



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 42ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**19/09/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Ricardo Ferraço
Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/09/2013.**

42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 62/2013 - Não Terminativo -	SEN. MOZARILDO CAVALCANTI	9
2	MSF 79/2013 - Não Terminativo -	SEN. ARMANDO MONTEIRO	34
3	MSF 66/2013 - Não Terminativo -	SEN. CYRO MIRANDA	76
4	MSF 67/2013 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	107

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)		SUPLENTES
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(59)(51)(52)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(17)(13)(16)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
	Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)		
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(32)(35)(48)(31)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(20)(21)(36)(22)(41)	AC (61) 3303-6706 a 6713
	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)		
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(18)(65)(38)(53)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)		
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(62)(61)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(57)(54)(42)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(57)(39)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(44)(43)(33)(57)(34)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(45)(28)(57)(27)(64)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPDSB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPDSB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
- (65) 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 19 de setembro de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
42ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senado Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - *Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - *Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS

BASTOS, *Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.*

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 05/09/2013, designado relator "ad hoc" o Senador Cyro Miranda, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório apresentado na comissão](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 12/09/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 62, de 2013 (Mensagem nº 303, de 29/7/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.*

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1950, filho de Carlos Auto de Andrade e Maria Dulce Seixas de Andrade, o Sr. **LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE** graduou-se em Economia pela Faculdade Cândido Mendes em 1974. No ano seguinte concluiu o Curso de



SF/13721.18246-96

Página: 1/3 10/09/2013 17:20:40

5030796a599f69e39a0334a39bf5446b696fe712



Preparação da Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores. Em 2000, com a dissertação “Privilégios e Imunidades: o Sistema Brasileiro e Proposta para Aperfeiçoamento do Sistema”, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Ascendeu a Conselheiro em 1990 e a Ministro de Segunda Classe, em 2001, sempre por merecimento.

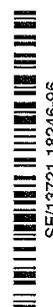
Na carreira diplomática e na Chancelaria desempenhou, entre outras, as funções de Cônsul-Geral Adjunto em Londres em 1991; Conselheiro na Embaixada em Montevidéu em 1994; Chefe da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades em 1998; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague em 2001; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma em 2007; e Embaixador em Georgetown, de 2009 até o presente.

Quanto a Barbados, importa registrar nesse relatório, para subsidiar acessoriamente a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Barbados tem cerca de 431 km² (área equivalente à da Ilha de Santa Catarina, onde se situa a cidade de Florianópolis) e população estimada em 2012 de 278 mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto em valores calculados pelo poder de compra (PPP), em 2012, foi de 7,1 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita PPP de US\$ 25.510 (em comparação, o do Brasil é de US\$ 12.038).

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,793, o que lhe coloca em 47º lugar no cenário mundial. A expectativa de vida de sua população é de 77 anos e seu índice de alfabetização é de 99,7%.

Brasil e Barbados estabeleceram relações diplomáticas em 1971, cinco anos após a independência do país caribenho, que se deu em 30 de novembro de 1966. Os anos recentes registram aproximação crescente entre Brasil e Barbados, evidenciada pela abertura da Embaixada de Barbados em Brasília, em abril de 2010, e pelo estabelecimento, em junho do mesmo ano, de vôo direto entre São Paulo e Bridgetown.



SF13721.18246-96

Página: 2/3 10/09/2013 17:20:40

5030796a599f69e39a0334a39bf5446b696fe712



A corrente de comércio bilateral em 2012 foi da ordem de US\$ 18 milhões, representando queda em relação aos quase US\$ 20 milhões do ano anterior, sendo que em 2010 o intercâmbio havia alcançado o recorde de US\$ 125,3 milhões, com saldo negativo para o lado brasileiro. Esse resultado *sui generis* de 2010 foi motivado pelo aumento de nossas importações, em especial a compra de óleos brutos de petróleo processados em território barbadiano.

As empresas brasileiras que atuam em Barbados são a Gol/Varig Linhas Aéreas, a Dedini S.A., que está em fase final de negociação para a construção de usina de etanol em Barbados, e o Instituto Zorovich, cujo projeto é instalar no país um escritório de representação, especializado em cursos e treinamentos para o mercado marítimo, portuário e *offshore*.

Reitere-se, por fim, que, apesar da população relativamente pequena, Barbados tem o quinto maior PIB entre os 14 membros da Comunidade do Caribe (CARICOM) e a terceira maior renda per capita do bloco. No Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, em 2011 o país encontrava-se na faixa considerada de desenvolvimento “muito alto”, ocupando a 47ª posição (para comparar, o Chile ocupava a 44ª e a Argentina, a 45ª).

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator



Página: 3/3 10/09/2013 17:20:40

5030796a599f69e39a0334a39bf5446b696fe712





SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 62, DE 2013

(Nº 303/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

Os méritos do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'L. Seixas de Andrade', with a large, stylized flourish at the end.

EM nº 00171/2013 MRE

Brasília, 22 de Maio de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto a Barbados.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00171 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de maio de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto a Barbados.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE

CPF.: 296.621.257-87

ID.: 6225 MRE

1950 Filho de Carlos Auto de Andrade e Maria Dulce Seixas de Andrade, nasce em 21 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 Economia pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
 1975 CPCD - IRBr
 1981 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBr, Privilégios e Imunidades. O Sistema Brasileiro. Proposta para Aperfeiçoamento do Sistema

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário
 1979 Segundo-Secretário
 1986 Primeiro-Secretário
 1990 Conselheiro, por merecimento
 2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1976 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
 1980 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
 1983 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro-Secretário
 1987 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assessor
 1987 Divisão da América Meridional-I, assistente
 1991 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral Adjunto
 1994 Embaixada em Montevidéu, Conselheiro
 1998 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Chefe
 2001 Embaixada em Copenhague, Ministro-Conselheiro
 2007 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro
 2009 Embaixada em Georgetown, Embaixador

Condecorações:

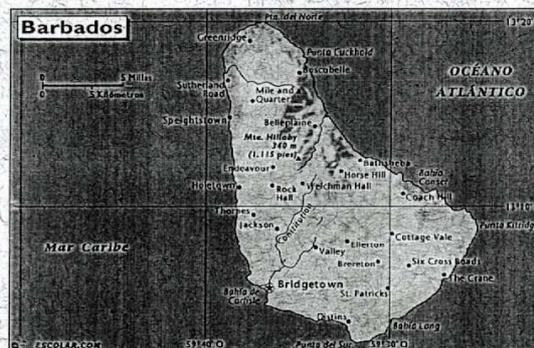
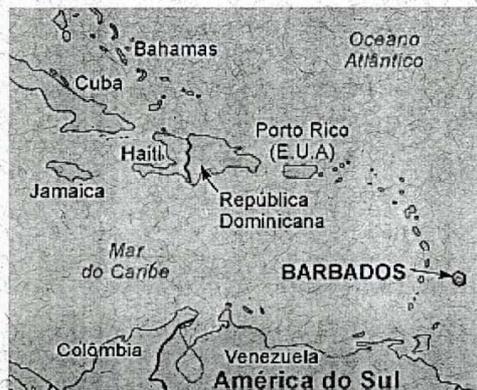
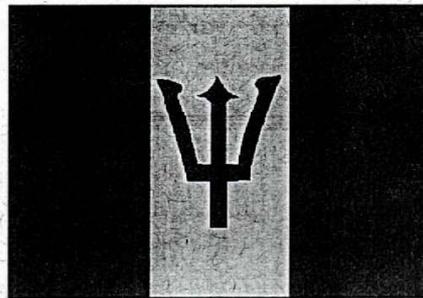
2000 Medalha da República Oriental do Uruguai
 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BARBADOS



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Barbados
GENTÍLICO	Barbadiano
CAPITAL	Bridgetown
ÁREA	431 km ² (a Ilha de Santa Catarina, onde se situa a maior parte do município de Florianópolis, tem 424 km ²)
POPULAÇÃO	278 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos, 28,3%; pentecostais, 18,7%; metodistas, 5,1%; católicos, 4,2%
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia Parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com Senado e Assembleia
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Sir Elliott FitzroyBelgrave
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Freundel Stuart
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO INTERNACIONAL	MaxineMcClean
PIB nominal (2012, est.)	US\$ 4,5 bilhões (Brasil: US\$ 2,425 tri)
PIB PPP (2012 est.)	US\$ 7,1 bilhões (Brasil: US\$ 2,366 tri)
PIB <i>per capita</i> (2012, est.)	US\$ 16.307(Brasil: US\$ 12.340)
PIB PPP <i>per capita</i> (2012, est.)	US\$ 25.510(Brasil: US\$ 12.038)
VARIAÇÃO DO PIB	1,0% (est. 2013); 0,7% (est. 2012); 0,6% (2011); 0,2% (2010); -4,1% (2009); 0,3% (2008); 1,7% (2007)
IDH	0,793 / 47º lugar (Brasil 0,718 / 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	77 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011)	11,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar barbadiano
EMBAIXADOR EM BRIDGETOWN	Appio Claudio Acquarone
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Yvette Godard
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2010)	40 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil→Barbados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	03/2013
Intercâmbio	15,1	51,8	20,7	36,4	53,3	54,3	18,9	125,3	19,9	17,6	4,31
Exportações	12,3	13,9	13,2	23,9	20,9	17,8	17,6	48,5	19,2	16,2	4,04
Importações	2,9	37,9	7,5	12,4	32,4	36,5	1,3	76,7	0,7	1,4	0,27
Saldo	9,4	-24,0	5,7	11,5	-11,5	-18,7	16,3	-28,2	18	14,8	3,77

PERFIS BIOGRÁFICOS**SIR ELLIOTT FITZROY BELGRAVE****Governador-Geral**

Nascido em 16 de março de 1931, Elliott Fitzroy Belgrave graduou-se nas Universidades de Cambridge e de Londres.

Foi diretor da Promotoria Pública de Barbados e juiz da Suprema Corte e da Corte de Apelação de Barbados.

É membro do “Queen's Counsel” e foi laureado com o “Companion of Honour of Barbados” por sua contribuição para o sistema jurídico de Barbados.

Tornou-se o sétimo Governador-Geral de Barbados em junho de 2012.

FREUNDEL STUART**Primeiro-Ministro**

Nascido em 27 de maio de 1951, no distrito rural de St. Philip.

Graduado em 1975 em Ciência Política e História pela “University of the West Indies”.

Diplomado em Direito pela mesma Universidade, em 1980. Foi professor de língua espanhola e história, e exerceu a advocacia.

Exerceu posições de destaque (inclusive a de Presidente do Partido) no “Democratic Labour Party” (DLP), ao qual é filiado desde os anos 1960.

Eleito membro do Parlamento nos períodos 1994-1999 e 2008-2013, foi também Senador, entre 2003 e 2007.

Desde 2008, foi Advogado-Geral e Político de Assuntos Domésticos, além de Vice-Primeiro-Ministro.

Com o falecimento do então Primeiro-Ministro David Thompson, tornou-se, em 23 de outubro de 2010, o sétimo Primeiro-Ministro de Barbados.

Após a vitória do DLP nas eleições parlamentares de fevereiro de 2013, foi reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro.

MAXINE McCLEAN**Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional**

Graduou-se em Administração Pública em 1978 pela “University of the West Indies”. Obteve grau de Mestre em Relações Internacionais pela “Louisiana State University” (EUA).

Lecionou durante 17 anos no Departamento de Administração da “University of West Indies”. Em 1999, fundou consultoria no ramo de Administração.

Nomeada Ministra do Gabinete do então Primeiro-Ministro David Thompson em janeiro de 2008; em novembro do mesmo ano, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Barbados estabeleceram relações diplomáticas em 1971, cerca de cinco anos após a independência do país caribenho, em 30 de novembro de 1966. A Embaixada brasileira em Bridgetown foi criada em 1985 e estabelecida no ano seguinte, após 15 anos de cumulatividade em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago.

Os anos recentes registram aproximação crescente entre Brasil e Barbados, evidenciada pela abertura da Embaixada de Barbados em Brasília, em abril de 2010, e pelo estabelecimento, em junho do mesmo ano, de voo direto entre São Paulo e Bridgetown.

O então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim realizou duas visitas a Barbados durante sua gestão, em 2004 e 2005, enquanto o ex-Primeiro-Ministro David Thompson (falecido em 2010) esteve no Brasil em dezembro de 2008 (Cúpula da América Latina e do Caribe). Compareceu à I Cúpula Brasil-CARICOM a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional Maxine McClean. Por ocasião da Cúpula (Brasília, 26 de abril de 2010), foram firmados quatro acordos de cooperação, nas áreas de saúde e agricultura.

Em março de 2012, o Diretor do Departamento de América Central e Caribe do Itamaraty realizou visita de trabalho a Barbados, ocasião em que foi avaliado o atual quadro de cooperação, bem como possíveis oportunidades de aprofundamento das relações, com destaque para o desenvolvimento da agricultura familiar no país.

Em junho de 2012, o PM Freundel Stuart chefiou a delegação do país à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Em agosto de 2012, o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Barbados, ocasião em que manteve encontro de trabalho com a Ministra Maxine McClean. Em setembro, a Chanceler McClean esteve em Brasília para participar da reunião do grupo BASIC. Em janeiro de 2013, os Chanceleres mantiveram encontro à margem da I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Santiago, quando a Ministra McClean manifestou sua intenção de visitar Brasília no corrente ano para inaugurar a Embaixada de Barbados.

Em março de 2013, veio ao Brasil missão da Universidade das Índias Ocidentais. A visita realizou-se no contexto dos trabalhos para instalação de um Centro de Segurança Alimentar e Empreendedorismo, no campus de Cave Hill, Barbados. Em Brasília, a delegação reuniu-se com representantes da EMBRAPA e

com o Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De Brasília, a missão seguiu para visita à Universidade Estadual de Campinas, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e à Universidade Estadual Paulista,

Relações econômico-comerciais

A corrente de comércio Brasil-Barbados em 2012 foi da ordem de US\$ 18 milhões, representando queda em relação aos quase US\$ 20 milhões do ano anterior. O intercâmbio de 2010 alcançou montante recorde de US\$125,3 milhões, com saldo negativo para o lado brasileiro. Os resultados *sui generis* de 2010 foram motivados pelo aumento de importações, em especial a compra de “óleos brutos de petróleo” processados em território barbadiano.

As empresas brasileiras que atuam em Barbados são a “Gol/Varig Linhas Aéreas”, que opera rota regular semanal para o Brasil; a “Dedini S.A. Indústrias de Base”, que está em fase final de negociação para a construção de usina de etanol em Barbados; e o “Instituto Zorovich”, cujo projeto é instalar no país um escritório de representação, especializado em cursos e treinamentos para o mercado marítimo, portuário e “offshore”.

Cooperação

Encontram-se em execução três projetos de cooperação técnica bilateral: (i) Capacitação de Recursos Humanos para a Produção de Etanol a partir de Cana-de-Açúcar em Barbados; (ii) Treinamento de Técnicos Barbadianos na Produção de Vegetais e Frutas em estufas e em Campos Abertos; e (iii) Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS em Barbados.

Barbados também é contemplado nas iniciativas de cooperação voltadas à Comunidade do Caribe (CARICOM). O Brasil estabeleceu um programa de cursos na área agrícola, que foi apresentado pelo Senhor Ministro de Estado durante o 22º Encontro Intersessional da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, realizado em fevereiro de 2011. O programa possibilitou, entre 2011 e 2012, a realização de dez ações pontuais de cooperação (treinamentos, cursos de capacitação, missões de diagnóstico e consultoria especializada) abertas a todos os países da Caricom, que contaram com a coordenação e o apoio financeiro da Agência Brasileira de Cooperação. Ressalta-se que, desde 2010, o montante destinado pela cooperação brasileira à região foi de, aproximadamente, US\$ 7,29 milhões.

Para execução nos anos de 2012 e inícios de 2013, o Governo brasileiro elaborou novo programa de cooperação técnica que contempla oito atividades de capacitação nas áreas de pecuária, produção de sementes, planejamento do uso do solo e preservação ambiental.

Assuntos Consulares

Não há representação consular em Barbados fora da Embaixada residente em Bridgetown. A comunidade brasileira é composta por cerca de 40 pessoas, dentre as quais a maioria possui educação superior e boas condições financeiras. Os brasileiros encontram-se, de maneira geral, bem inseridos na sociedade local, onde é boa a oferta de serviços de educação e saúde. A inexistência de formas de associativismo é um reflexo da ausência de demandas específicas por parte dos brasileiros residentes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não foram feitas concessões de crédito oficiais a tomador soberano de Barbados.

POLÍTICA INTERNA

Membro da “Commonwealth of Nations”, Barbados é uma democracia parlamentar, tendo como Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada por Governador-Geral. O Chefe de Governo é o líder do partido majoritário no Parlamento.

O Parlamento é bicameral. A Câmara alta, o Senado, é composto por 21 membros, nomeados pelo Governador-Geral, sendo 12 indicados pelo Primeiro-Ministro, 2 pelo líder da oposição e 7 de acordo com sua discricionariedade. A Assembleia é a Câmara baixa, composta por 30 deputados, eleitos pelo voto popular. As eleições ocorrem de 5 em 5 anos, podendo ocorrer antes deste prazo, se o partido do Primeiro-Ministro perder sua maioria no Parlamento.

Marco recente da política interna barbadiana foi a morte do Primeiro-Ministro David Thompson em 23 de outubro de 2010, em decorrência de um câncer. Em substituição, assumiu o cargo o então Ministro do Interior, Freundel Stuart.

A coincidência da morte do PM David Thompson com os efeitos da crise financeira internacional representou fator de instabilidade para o governo do DLP. Outro elemento complicador é a delicada situação de ter de optar entre, por um lado, a implementação de medidas de austeridade econômica, ou, por outro lado, buscar atenuar o descontentamento popular com a maior crise econômica da história recente de Barbados.

Ainda que pesquisas apontassem para vitória do opositorista “Barbados Labour Party” nas eleições de 21 de fevereiro de 2013, o DLP obteve vitória por apertada maioria, ocupando 16 dos 30 assentos do Parlamento. O DLP manteve, desta forma, a tradição que remonta desde a independência do país, em 1966, de um Governo não ficar menos de dez anos no poder.

Após a derrota de seu partido, o então líder do BLP e ex-Primeiro-Ministro por 13 anos, Owen Arthur, ainda que eleito para o Parlamento, renunciou à liderança em favor da ex-Advogada-Geral de Barbados, Mia Mottley.

POLÍTICA EXTERNA

Barbados apresenta tradição diplomática na região, com exercício de liderança natural entre os países caribenhos. Suas relações bilaterais têm-se caracterizado pela proximidade com parceiros tradicionais (EUA, Canadá e Reino Unido), alimentada por laços nos planos de idioma, trajetória histórica, comércio e população (fluxos de imigrantes), ao mesmo tempo em que busca estreitar o relacionamento com outros parceiros, sobretudo China, Brasil e Venezuela.

Existem oito representações diplomáticas residentes no país. São cinco Embaixadas (Brasil, China, Cuba, EUA e Venezuela), dois Altos-Comissariados (Grã Bretanha e Canadá) e a delegação da União Europeia. Bridgetown sedia diversos organismos regionais e agências especializadas: o “Caribbean Development Bank” (CDB); o “Caricom Development Fund” (CDF); a “Caribbean Disaster Emergency Management Agency” (CDEMA); a “Caribbean Export Development Agency”; a “Caribbean Tourism Organization”; o “Caribbean Centre for Development Administration”; o “Caribbean Examinations Council”; e o “Caricom Office of Trade Negotiations”.

A integração caribenha consiste em prioridade da política externa barbadiana, que participa ativamente de fóruns regionais como a CARICOM. O endurecimento da política migratória de Barbados a partir de 2009, no entanto, leva a frequentes críticas por parte de seus vizinhos regionais. Está em curso, perante a Corte Caribenha de Justiça, ação por reparação de danos iniciada pela jovem jamaicana Shanique Myrie, que alega ter sofrido discriminação no aeroporto de Barbados, de onde foi deportada em seguida.

Barbados mantém densa relação com a China. Em junho de 2011, o Primeiro Ministro Freundel Stuart realizou, a convite do governo chinês, visita de uma semana a Pequim. Foram assinados dois acordos bilaterais: um na área educacional e outro na seara esportiva.

Ao contrário de muitos de seus vizinhos, Barbados não é parte signatária do Acordo Petrocaribe, mas sua relação com a Venezuela é intensa, havendo mecanismos de consultas políticas, cooperação em educação, agricultura, turismo e transportes.

ECONOMIA

Após queda de 4,1% do PIB em 2009, a economia barbadiana tem apresentado reduzidas taxas de crescimento (0,2% em 2010; 0,6% em 2011; e 0,7% em 2012), em razão, sobretudo, das dificuldades apresentadas pelo cenário internacional. A exemplo de outros países da região, a economia barbadiana caracteriza-se por forte dependência externa (particularmente dos EUA), vulnerabilidade a choques de preços de produtos básicos (alimentos e petróleo) e grande relevância do setor turístico. O turismo responde por cerca de 15% do PIB, mas, se considerados seus efeitos

indiretos sobre imóveis, construção e consumo, esse número alcança estimados 40%. A estagnação econômica nos EUA e na Europa tem tido impacto sobre esse setor, o que, por sua vez, tem se refletido no aumento do desemprego (próximo de 12% em 2012). Na economia barbadiana também se destacam o setor financeiro “offshore” e a agricultura, em especial a produção de cana-de-açúcar.

O elevado índice de endividamento (108% do PIB) é um dos principais desafios da economia barbadiana. O setor externo do país é marcado por déficit na conta corrente (9,1% do PIB em 2011). O FMI tem chamado a atenção para os riscos resultantes do alto endividamento, baixo crescimento do PIB e cenário internacional desfavorável. O Governo tem buscado seguir política fiscal restritiva, mas, dada a fraca economia da ilha e a probabilidade de desemprego crescente, o caminho para a consolidação fiscal será comprometido pela necessidade de não reduzir os gastos sociais.

A agência de classificação de risco *Standard and Poor's* reduziu, em julho de 2012, o grau de crédito soberano do país, de “BB+/B” para “BBB/A3”, em razão da deterioração dos fundamentos econômicos barbadianos, reflexo não apenas da conjuntura global, mas também de questões estruturais internas – situação fiscal insegura resultante do crescente peso da dívida pública e de gastos extraorçamentários.

Apesar da população relativamente pequena, Barbados tem o quinto maior PIB entre os 14 membros da Comunidade do Caribe (CARICOM) e a terceira maior renda per capita do bloco. No Índice de Desenvolvimento Humano da ONU (2011), o país encontra-se na faixa considerada de desenvolvimento “muito alto”, ocupando a 47ª posição (Chile: 44º; Argentina: 45º).

ANEXOS

Cronologia Histórica

Séc. XIII	Os índios Caraíbas dominam a tribo local Arawak.
1492	Descoberta pelos espanhóis. Os índios Caraíbas gradativamente foram dizimados pela escravidão imposta e pelas doenças trazidas pelos europeus.
Séc. XVI	A ilha é preterida pelos espanhóis, que se ocupam de ilhas e territórios mais extensos na América.
Séc. XVI e XVII	A ilha é visitada por portugueses, os quais, se crê, nomearam o local de "Barbados", em razão das figueiras locais (que aparentam possuir uma "barba").
1625-1644	Ocupação inglesa, inicialmente com 80 colonos e 10 escravos. Iniciaram cultivos de algodão e tabaco, e, posteriormente, cana-de-açúcar. Em 1639, foi instalado o Parlamento local, criando, assim, a terceira democracia parlamentar mais antiga da Commonwealth.
1644-1700	Auge da cultura açucareira barbadiana, que era a principal produtora nas Antilhas, até ser ultrapassada pela Jamaica e pelas "Ilhas de Barlavento". Nesse período, recebeu grande quantidade de escravos africanos.
1834	Abolição da escravidão. Enquanto parte dos libertos permaneceu nas plantações de cana-de-açúcar, outros ingressaram no já avançado sistema educacional local, chegando a cargos de destaque na administração de Barbados.
1937	Revoltas locais em razão da precária situação econômica. Nesse contexto, o Barbados Labour Party (BLP) é fundado por Grantley Adams.
1951	O BLP vence as eleições parlamentares.
1955	Da dissidência do BLP, o Democratic Labour Party (DLP) é fundado.
1961	Com a total autonomia concedida pela Grã-Bretanha, Barbados deixa de ser "colônia". O líder do DLP, Errol Barrow, torna-se Primeiro-Ministro.
1966	Independência de Barbados. O país mantém-se como membro da

	Commonwealth.
1972	Barbados estabelece relações diplomáticas com Cuba.
1983	Barbados apoia e base militar norte-americana é instalada no país para a intervenção em Granada.
2008	Com a alternância de poder, tradicionalmente, a cada dez anos, o DLP obtém maioria parlamentar. Seu líder, David Thompson, é nomeado Primeiro-Ministro.
2009	O Primeiro-Ministro Thompson mantém-se no poder após Moção de Desconfiança, apresentada após período de turbulência política e econômica que seguiu o colapso da companhia de seguros trinitária Clico, afetada pela crise financeira internacional.
2010	O Primeiro-Ministro falece durante seu mandato, sendo substituído pelo então Ministro do Interior, Freundel Stuart.
2013	O DLP obtém maioria parlamentar nas eleições de fevereiro e Freundel Stuart mantém o cargo de Primeiro-Ministro.

Cronologia das Relações Bilaterais

1971	Estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Barbados. Decreto nº 69.607, promulgado em 26.11.1971. Representação Externa cumulativa em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago.
1976	Abertura do Vice-Consulado em Bridgetown.
1985	Instalação da Embaixada brasileira residente em Bridgetown, em novembro.
06/2002	Visita do Secretário-Geral a Bridgetown, para assinatura do “Memorando de Entendimento de Consultas Políticas”.
08/2002	Visita a Barbados do Diretor da ABC, assinatura do “Protocolo de Cooperação na área de saúde”.
11/2003	I Reunião de Consultas Políticas, em Brasília.
10/2004	Visita da Ministra Billie Miller a Brasília, assinatura do “Acordo de Cooperação Educacional”.
11/2004	Visita do Ministro Celso Amorim, assinatura do “Acordo de Cooperação Cultural”.
07/2005	Visita do Ministro da Agricultura, Senador Erskine Griffith, ao Brasil.
09/2005	Criação do Litorado brasileiro junto à Universidade das Índias Ocidentais.
02/2007	Missão de adensamento de relações com Estados insulares do Caribe, pelo Embaixador José Marcus Vinicius de Souza recebido pela Chanceler Billie Miller.
12/2008	Primeiro-Ministro Thompson comparece à I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Saupe-BA.
04/2010	Chanceler Maxine Mclean comparece à I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe, em Brasília. Foram assinados acordos de serviços aéreos e cooperação técnica.

06/2012	O Primeiro-Ministro Freundel Stuart chefia a delegação barbadiana na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro.
08/2012	Visita do Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota a Bridgetown, onde se reuniu com a Chanceler Mclean.

ATOS BILATERAIS

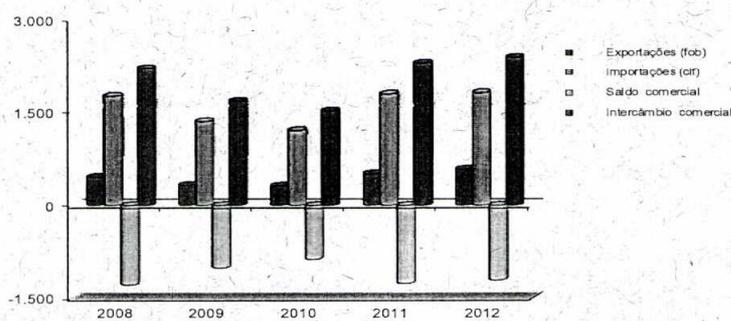
Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor Pesca	15/02/1978	Em vigor
Acordo de Cooperação Educacional	05/10/2004	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica	21/11/2004	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural	17/05/2005	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados	26/04/2010	Em tramitação na Casa Civil; aguarda encaminhamento para a apreciação do Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

BARBADOS: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	454	323	314	508	579
Importações (cif)	1.744	1.341	1.196	1.775	1.795
Saldo comercial	-1.290	-1.018	-883	-1.267	-1.216
Intercâmbio comercial	2.198	1.663	1.510	2.284	2.374

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Abril 2013.

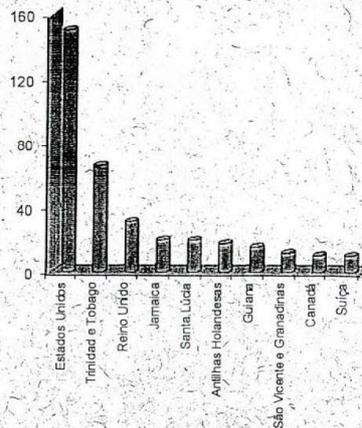


O comércio exterior de Barbados apresentou, em 2012, variação de 8% em relação a 2008, passando de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 2,4 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011, Barbados figurou como o 170º mercado mundial, sendo o 166º exportador e o 167º importador.

BARBADOS : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Estados Unidos	150,7	26,0%
Trinidad e Tobago	66,4	11,5%
Reino Unido	31,9	5,5%
Jamaica	20,1	3,5%
Santa Lúcia	19,9	3,4%
Antilhas Holandesas	17,8	3,1%
Guiana	15,6	2,7%
São Vicente e Granadinas	12,0	2,1%
Canadá	10,4	1,8%
Suíça	10,4	1,8%
...		
Brasil	1,25	0,2%
Subtotal	356,5	61,6%
Outros países	222,4	38,4%
Total	578,9	100,0%



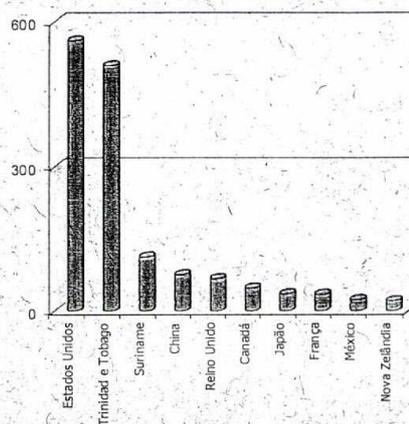
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Abril 2013.

Os Estados Unidos foram o principal destino das vendas de Barbados em 2012, com participação 26% da pauta exportadora do país. Seguiram-se Trinidad e Tobago com 11,5%, Reino Unido com 5,5%; e Jamaica com 3,5%. O Brasil obteve a 28ª posição entre os principais compradores do país, com 0,2% de participação.

BARBADOS : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Estados Unidos	560,7	31,2%
Trinidad e Tobago	509,5	28,4%
Suriname	112,2	6,3%
China	76,0	4,2%
Reino Unido	67,8	3,8%
Canadá	48,7	2,7%
Japão	36,6	2,0%
França	35,5	2,0%
México	24,8	1,4%
Nova Zelândia	21,9	1,2%
Brasil	20,58	1,1%
Subtotal	1.514,5	84,4%
Outros países	280,9	15,6%
Total	1.795,3	100,0%

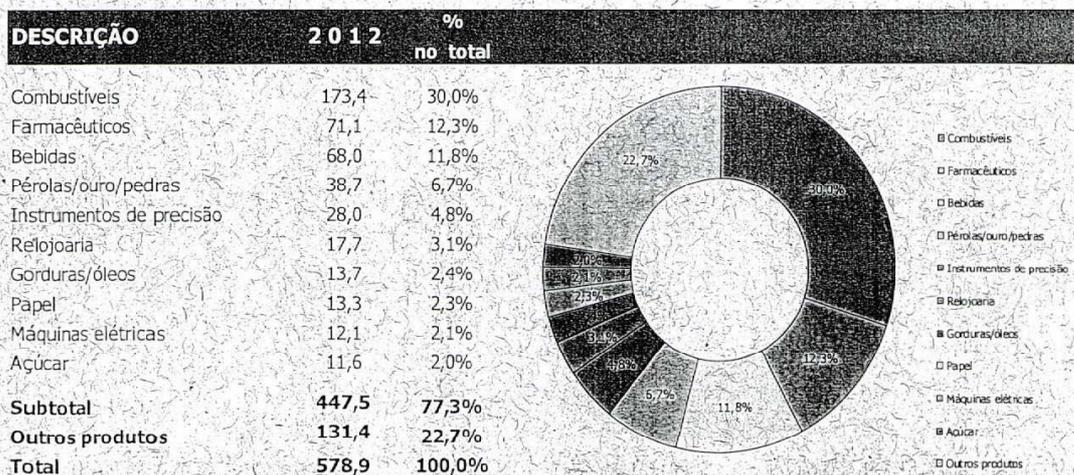


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Abril 2013.

Como nas exportações, as principais importações de Barbados são originárias dos Estados Unidos, que supriram 31,2% da demanda do país em 2012. Seguiram-se Trinidad e Tobago (28,4%) e Antilhas Holandesas (6,3%). O Brasil obteve o 11º lugar, representando 1,1% do total das compras de Barbados em 2012.

BARBADOS : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

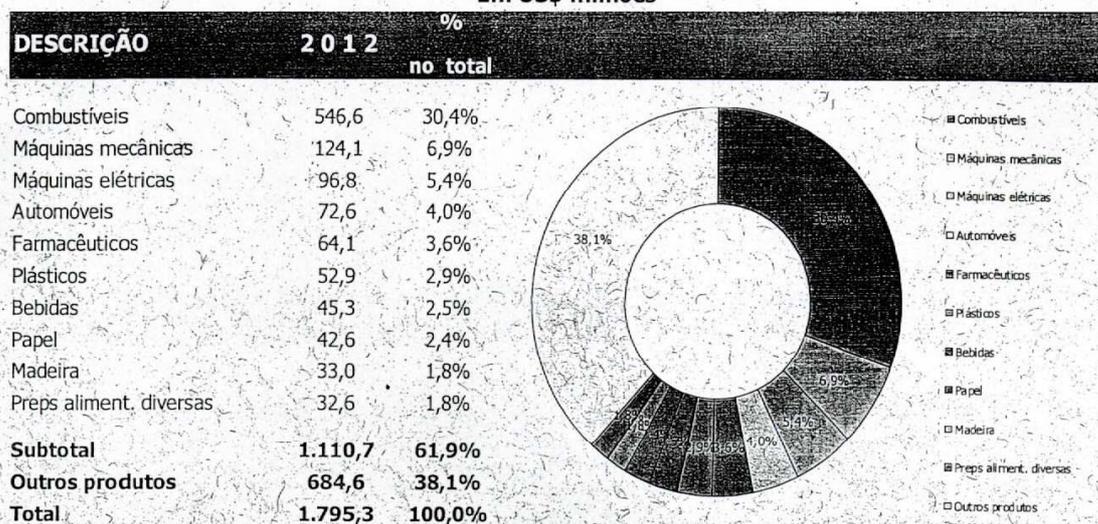
US\$ milhões



A pauta de exportações de Barbados é concentrada em produtos de alto valor agregado, liderados por combustíveis (basicamente óleo de petróleo refinado) com 30% do total e farmacêuticos (medicamentos preparados para fins terapêuticos ou profiláticos) com 12,3% que juntos somaram 42,3% do total das vendas do país em 2012. Seguiram-se bebidas (em sua maioria álcool etílico, aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas) com 11,8%, pérolas/ouro/pedras (14,8%) e instrumentos de precisão (4,8%).

BARBADOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

Em US\$ milhões



Assim como nas exportações, a pauta de importações de Barbados é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado, especialmente a importação de combustíveis, máquinas e automóveis, que juntos somaram 46,7% das compras do país em 2012. Combustíveis (óleos de petróleo refinado, basicamente) foram os principais produtos importados, representando 30,4% do total. Máquinas mecânicas e elétricas representaram 12,3%.

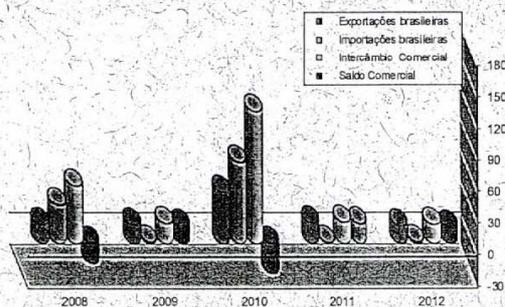
BRASIL-BARBADOS : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Exportações brasileiras	17,8	17,6	48,5	19,2	16,2	3,2	4,0
Varição em relação ao ano anterior	-14,9%	-1,0%	175,5%	-60,4%	-15,7%	-4,1%	26,3%
Importações brasileiras	36,50	1,28	76,76	0,71	1,39	0,46	-0,26
Varição em relação ao ano anterior	12,6%	-96,5%	(+)	-99,1%	95,0%	253,5%	-42,8%
Intercâmbio Comercial	54,3	18,9	125,3	19,9	17,6	3,7	4,3
Varição em relação ao ano anterior	1,8%	-65,2%	563,1%	-84,1%	-11,7%	5,5%	17,7%
Saldo Comercial	-18,7	16,3	-28,2	18,5	14,8	2,8	3,8

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

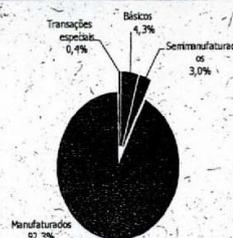
(+) Variação igual ou superior a 1.000%.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, Barbados figurou como o 150º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou um decréscimo de 67,6%, causado pelas retrações ocorridas nas importações e exportações brasileiras de 96,2% e 9%, respectivamente. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países diminuiu de US\$ 54,3 milhões em 2008 para US\$ 17,6 milhões em 2012. O saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 14,8 milhões para o Brasil em 2012.



BRASIL-BARBADOS : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

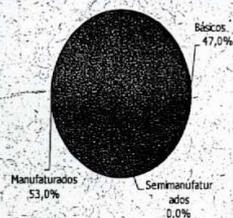
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,7	4,3%
Semimanufaturados	0,5	3,0%
Manufaturados	15,0	92,4%
Transações especiais	0,1	0,4%
Total	16,2	100,0%



As exportações brasileiras para a Barbados são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 92,4% do total em 2012, com destaque para madeira e papel.

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,655	47,0%
Semimanufaturados	0,000	0,0%
Manufaturados	0,738	53,0%
Transações especiais	---	---
Total	1,392	100,0%



Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 53% do total em 2012, seguidos dos produtos básicos com 47%.

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-BARBADOS : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Barbados, 2012
			Valor	% no total	
Madeira	4,79	4,22	4,78	29,5%	Madeira 4,78
Papel	2,27	2,40	2,58	15,9%	Papel 2,58
Preparações de carne	1,25	3,02	1,68	10,3%	Preparações de carne 1,68
Máquinas mecânicas	1,37	1,46	1,37	8,4%	Máquinas mecânicas 1,37
Cerâmicos	1,09	1,11	1,15	7,1%	Cerâmicos 1,15
Automóveis	0,91	1,12	1,06	6,6%	Automóveis 1,06
Cereais	0,02	0,66	0,65	4,0%	Cereais 0,65
Borracha	0,52	0,40	0,64	4,0%	Borracha 0,64
Máquinas elétricas	0,28	2,87	0,57	3,5%	Máquinas elétricas 0,57
Malte/amidos	0,00	0,00	0,23	1,4%	Malte/amidos 0,23
Subtotal	12,50	17,26	14,71	90,8%	
Outros produtos	36,04	1,96	1,49	9,2%	
Total	48,55	19,21	16,20	100,0%	

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

Madeira (basicamente madeira compensada e folheada e portas/soleiras/alizares de madeira) foi o principal grupo de produtos brasileiros exportado para Barbados em 2012, representando 29,5% da pauta. Seguiram-se: papel (de polietileno ou polipropileno, em ambas as faces, base para papel fotográfico); com 15,9%, e preparações de carne (em sua maioria carne bovina), com 10,3%.

BRASIL-BARBADOS : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias de Barbados, 2012
			Valor	% no total	
Sal/pedras/cimento	0,0	330,9	654,9	47,0%	Sal/pedras/cimento 654,9
Extratos tanantes/tintoriais	41,0	111,0	237,8	17,1%	Extratos tanantes/tintoriais 237,8
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	203,2	14,6%	Químicos inorgânicos 203,2
Bebidas	30,5	115,3	169,1	12,1%	Bebidas 169,1
Aviões	6,7	6,9	74,7	5,4%	Aviões 74,7
Obras de ferro/aço	0,5	7,7	31,6	2,3%	Obras de ferro/aço 31,6
Objetos de arte	0,0	0,0	10,4	0,7%	Objetos de arte 10,4
Máquinas elétricas	5,5	21,8	9,8	0,7%	Máquinas elétricas 9,8
Combustíveis	76.527,7	0,0	1,1	0,1%	Combustíveis 1,1
Subtotal	76.611,8	593,7	1.392,5	100,0%	
Outros produtos	143,8	120,8	0,0	0,0%	
Total	76.755,6	714,4	1.392,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECX/Akreweb.

Caullim foi o principal produto importado de Barbados em 2012, representando 47% do total das compras brasileiras daquele país. Seguiram-se extratos tanantes/tintoriais, com 17,1%, e químicos inorgânicos, basicamente carbonato de cálcio, com 14,6%.

BRASIL-BARBADOS : COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012		2013		Exportações bras. para Barbados em 2013 (jan-mar)
	(jan-mar)	% do total	(jan-mar)	% do total	
Exportações					
Madeira	999	31,2%	774	19,1%	Madeira 999
Preparações de carne	291	9,1%	718	17,7%	Preparações de carne 718
Papel	627	19,6%	711	17,6%	Papel 711
Cereais	76	2,4%	297	7,3%	Cereais 297
Máquinas mecânicas	231	7,2%	291	7,2%	Máquinas mecânicas 291
Cerâmicos	293	9,2%	287	7,1%	Cerâmicos 287
Automóveis	185	5,8%	250	6,2%	Automóveis 250
Obras de ferro/aço	30	0,9%	181	4,5%	Obras de ferro/aço 181
Máquinas elétricas	139	4,3%	134	3,3%	Máquinas elétricas 134
Borracha	124	3,9%	114	2,8%	Borracha 114
Subtotal	2.995	93,4%	3.757	92,8%	
Outros produtos	211	6,6%	292	7,2%	
Total	3.207	100,0%	4.049	100,0%	
Importações					
Sal/pedras/cimento	100	21,9%	115	43,8%	Sal/pedras/cimento 115
Extratos tanantes/tintoriais	113	24,8%	88	33,5%	Extratos tanantes/tintoriais 88
Máquinas mecânicas	0	0,0%	39	14,9%	Máquinas mecânicas 39
Plásticos	0	0,0%	10	3,9%	Plásticos 10
Máquinas elétricas	5	1,1%	7	2,8%	Máquinas elétricas 7
Subtotal	218	47,8%	259	98,9%	
Outros produtos	238	52,2%	3	1,1%	
Total	456	100,0%	262	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECX/Akreweb.

Aviso nº 544 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Barbados.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 24/07/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$) /2013

2



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 79, de 2013 (Mensagem nº 341, de 14/8/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *FLAVIO MAREGA*, *Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.*

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Flavio Marega, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega, tendo nascido a 28 de maio de 1960, em Paranavaí, Paraná.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984). Em 1985, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1986. Tornou-se



SF/13548.87799-17

Página: 1/3 10/09/2013 19:44:16

3eab6810a63e26af77890b783ce9e4f252a591

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Nº 79, de 2013, Fls. 50





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

2

Segundo-Secretário em 1992 e Primeiro-Secretário em 1999. Foi a Conselheiro em 2004. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul – Mercosul (1999); subchefe da Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros (2001); e Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Contenciosos (2006).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Washington (2002); e Ministro Conselheiro na Embaixada em Londres (2008). Além disso, o indicado chefiou importantes delegações brasileiras no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores anexou, ainda, à mensagem presidencial informe sobre as relações entre os países.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Arábia Saudita se deu em 1968. Em 1973, foram abertas embaixadas em Brasília e Jedá. No ano de 1986, a Embaixada brasileira foi transferida para Riade, nova capital saudita.

O relacionamento bilateral, que teve momento de relevo nos anos 1980, foi incrementado em tempos recentes. Com efeito, nos últimos dez anos foram realizadas visitas de alto nível de parte a parte. Em 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Arábia Saudita. Desde então se observa incremento nas relações bilaterais nos planos público e privado.

Na esfera econômica, o intercâmbio comercial segue em crescimento. O comércio ultrapassa a casa dos 6 bilhões de dólares estadunidenses. O Reino saudita é o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. Cuida-se do segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil, ficando atrás apenas da Nigéria. De nossa parte, seguimos exportando produtos agrícolas, mas, a partir de 2005, houve importante incremento na pauta de exportações. Ela passou a contar também com produtos de alto valor agregado (p.ex. aviões). As perspectivas são, ainda, promissoras nas áreas de petroquímica, mineração, engenharia e construção. O Brasil responde, de um



SF/13546.87799-17

Página: 2/3 10/09/2013 19:44:16

3eab6810a6e3e26a777890b783ce9e4f252a591

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSE nº 29/2013 Fis. 5A





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

3

lado, por cerca de 0,9% das exportações sauditas; de outro, representamos 2,3% das compras daquele país.

A comunidade brasileira em solo saudita conta com aproximadamente quatrocentas pessoas entre desportistas e profissionais de distintos setores (financeiro, tecnológico e de informação). Essa comunidade conta com a assistência do setor consular da Embaixada em Riade. De acordo com os dados do Departamento de Polícia Federal, residem no Brasil 25 súditos sauditas.

Com a unificação do Iêmen (do Norte e do Sul) em maio de 1990, o governo brasileiro optou pela Embaixada em Riade como responsável pelos assuntos junto a Sanaa. Os laços comerciais entre os dois países, apesar de superavitário para o Brasil, segue sendo pouco expressivo. Nossas exportações centram-se em: cereais, combustíveis, automóveis, máquinas mecânicas, açúcar. A economia iemenita, como de resto todo o país, enfrenta inúmeros desafios. A comunidade internacional, consciente dessas dificuldades, criou mecanismo denominado “Amigos do Iêmen” voltado a apoiar as iniciativas locais nos campos econômico, financeiro, político e de segurança. O Brasil é um dos 50 países que integram essa iniciativa.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/13546.87799-17

Página: 3/3 10/09/2013 19:44:16

3eab6810a6e3e26af77890b783ce9e4f252a591

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MEF nº 77/12013 Fls. 50





SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 79, DE 2013** (nº 341/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Os méritos do Senhor Flavio Marega que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma grafia cursiva e fluida.

EM nº 00293/2013/MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FLAVIO MAREGA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00293 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

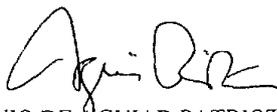
Brasília, 1º de agosto de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FLAVIO MAREGA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLAVIO MAREGA**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FLAVIO MAREGA*

CPF.: 070.799.528-08

ID.: 7560849 SSP-SP

1960 Filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega , nasce em 28 de maio, em Paranavaí/PR

Dados Acadêmicos:

1984 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/SP

1985 CPCD – IRBr

1989 Pós-graduação em Orçamento Governamental, Fundação Getúlio Vargas/DF

1995 CAD - IRBr

2005 CAE, IRBr, O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor-Estado nos Acordos Internacionais sobre Investimentos Estrangeiros: Implicações para o Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário

1992 Segundo-Secretário

1999 Primeiro-Secretário, por merecimento

2004 Conselheiro, por merecimento

2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1987 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1987 Feira Internacional do Equador, Diretor do Pavilhão

1989 Feira de Intercâmbio Comercial Brasil/Argentina - ABRA'89, Diretor do Pavilhão

1990 Embaixada do Brasil em Riade, Terceiro-Secretário

1990 Feira Rebuild Kuwait, Bareine, Diretor do Pavilhão

1992 Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo-Secretário

1995 Grupo Negociador sobre Serviços Financeiros, GATS/OMC, Chefe de delegação

1995 Grupo de Negociação sobre Telecomunicações Básicas, GATS/OMC, Chefe de delegação

1995 Grupo de Negociação sobre Serviços de Transporte Marítimo, GATS/OMC, Chefe de delegação

1996 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideo, Segundo e Primeiro-Secretário

1999 Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe

2000 Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL, Chefe

2001 V e VI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE (CNB) em Montevideu e

Bruxelas; Grupo Técnico 2-Serviços e Grupo Técnico 3-Compras Governamentais, Chefe de delegação

2001 Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, Subchefe

2001 Reuniões do Grupo Negociador de Serviços da ALCA em 2001 e 2002, Chefe de delegação

2001 Reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul em 2001 e 2002, Chefe de delegação

2001 Reuniões do Grupo Ad Hoc de Compras Governamentais do MERCOSUL em 2001 e 2002, Chefe de delegação

2002 Embaixada em Washington, Primeiro Secretário e Conselheiro

2006 Coordenação-Geral de Contenciosos, Coordenador-Geral

2006 Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Chefe de delegação

2007 Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Painel de Implementação, Chefe de delegação

2007 Contencioso Brasil-Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados (DS 332), Apelação, Chefe de delegação

2007 Contencioso EUA-Subsídios ao Algodão (DS 267), Apelação, Chefe de delegação
2008 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
2008 78ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Chefe de delegação
2008 101ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação
2008 34ª Reunião do Conselho Internacional do Açúcar, Chefe de delegação
2009 102ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação
2009 103ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, Chefe de delegação
2009 80a. Sessão do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Chefe de delegação
2012 Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, Chefe de delegação

Condecorações:

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009 Medalha Mérito Tamandaré
2010 Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador
2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador

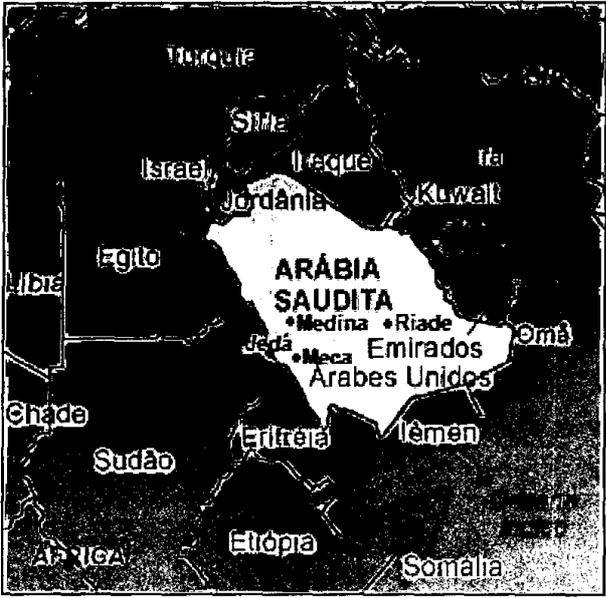
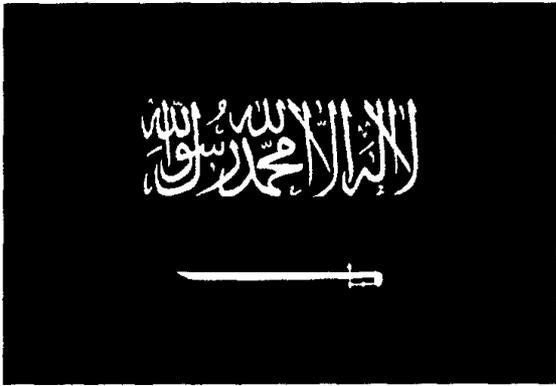


ANA PAULA SIMÕES SILVA

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DA ARÁBIA SAUDITA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL:	Riade
ÁREA:	2.153.168 km ²
POPULAÇÃO (2012):	28,9 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
RELIGIÃO OFICIAL:	Islamismo (aproximadamente 100% da população)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia absolutista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Rei e Primeiro-Ministro Abdullah bin Abdul-Aziz al Saud
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul-Aziz al Saud
PIB (2012)	US\$ 749,7 bilhões
PIB PPP (2012):	US\$ 835,2 bilhões
PIB per capita (2012):	US\$ 25,9 mil
PIB per capita PPP (2012)	US\$ 28,9 mil
VARIAÇÃO DO PIB:	5,7% (2012); 4,1% (est. 2013)
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (2012):	0,782 (56ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	74,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	86,6 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	10,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial saudita (SR)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Hisham al Qahtani
COMUNIDADE BRASILEIRA:	400 (estimada)

Intercâmbio Comercial Brasil – Arábia Saudita (em US\$) – Fonte: MDIC

	Intercâmbio	Exportações	Importações	Saldo
2003	1.560.958.395	672.722.445	888.235.950	-221.750.545
2004	2.057.681.080	825.821.862	1.231.859.218	-405.968.728
2005	2.542.842.223	1.203.338.542	1.339.503.681	-135.797.260
2006	3.128.420.714	1.486.313.093	1.642.107.621	-155.794.528
2007	2.693.818.520	1.220.218.523	1.473.599.997	-253.381.474
2008	5.473.793.991	2.563.557.130	2.910.236.861	-346.679.731
2009	3.550.197.956	1.952.775.781	1.597.422.175	355.353.606
2010	5.157.933.613	3.098.779.807	2.059.153.806	1.039.626.001
2011	6.569.391.140	3.476.358.580	3.093.032.560	383.326.020
2012	6.193.023.987	3.000.113.126	3.192.910.861	-192.797.735

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud
Rei e Primeiro-Ministro

Nasceu em 1924, em Riade. Assumiu o comando da Guarda Nacional em 1962 e tornou-se Príncipe Herdeiro e Primeiro Vice-Primeiro-Ministro em 1975.

No final da década de 1990, assume *de facto* o Governo saudita, em função da delicada situação de saúde de seu irmão, o Rei Fahd.

Ainda na condição de Príncipe Herdeiro, foi responsável pelo Plano Saudita de Paz para o Oriente Médio (“Terra por Paz”), do início de 2002.

Após a morte do irmão, Abdullah foi coroado Rei em 1º de agosto de 2005. Em 2008, o Rei Abdullah foi o idealizador e proponente de Conferência para o Diálogo Inter-Religioso, que reuniu religiosos cristãos, judeus, budistas, hinduístas e taoístas. A Conferência foi realizada em Madri, e teve por anfitrião o Rei da Espanha, Juan Carlos II.

O Rei Abdullah visitou o Brasil em 2000. Recebeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Riade, em visita de Estado, em maio de 2009.

Ministro dos Negócios Estrangeiros
Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul Aziz al Saud

Nascido em 1940, em Taif, na província saudita de Meca, graduou-se em Economia pela Universidade de Princeton, Estados Unidos.

É filho do falecido Rei Faisal e sobrinho dos atuais Rei e Príncipe Herdeiro.

Em 1970, foi designado Vice-Presidente da Petromin, a principal companhia estatal petrolífera saudita; em 1971, assumiu o cargo de Vice-Ministro do Petróleo e Recursos Minerais.

Desde 1975, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que o torna o Chanceler mais longo tempo atualmente em exercício.

Em 2009, o Instituto Real de Relações Exteriores, sediado em Londres, indicou o Príncipe Abdul Aziz como um dos três finalistas ao prêmio “Chatham House”, entregue a político que tenha feito importante contribuição para as relações internacionais no ano em questão. O Príncipe não chegou a receber o prêmio, tendo sido superado, na votação da Chatham House, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE SALMAN BIN ABDULAZIZ AL-SAUD

PRÍNCIPE HERDEIRO

Nasceu em Riade, em 1935. É filho do Rei Abdulaziz al Saud, o fundador do Reino da Arábia Saudita. Graduou-se em Teologia em instituição religiosa saudita, em princípios da década de 1950. Foi nomeado Governador de Riade em 1954, tendo exercido a função, de maneira intermitente, entre 1954 e 2011, com status de Ministro.

Foi nomeado Ministro da Defesa em 5 de novembro de 2011, e indicado para a posição de Príncipe Herdeiro e Vice-Primeiro-Ministro em 18 de junho de 2012, pelo Rei Abdullah. Preside diversas organizações de caráter filantrópico e humanitário no Reino, em especial no campo da assistência a vítimas de desastres.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Arábia Saudita estabeleceram relações diplomáticas em 1968. Em 1973, houve abertura da Embaixada do Brasil em Jedá e da Embaixada da Arábia Saudita em Brasília. Em 1986, a Embaixada do Brasil foi transferida para Riade, dentro do processo de mudança da capital saudita.

Entre as visitas de altas autoridades sauditas na última década, destacam-se as do então Príncipe Herdeiro (hoje Rei) Abdullah, em 2000, e do Príncipe Bandar Bin Sultan, em 2004. O Chanceler, Príncipe Faisal, esteve em Brasília por ocasião da I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), em maio de 2005.

Em 16 e 17 de maio de 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Arábia Saudita, acompanhado por missão empresarial de cerca de 50 pessoas. Durante a visita, Lula encontrou-se com o Rei Abdullah e com autoridades e empresários sauditas, com o objetivo de aprofundar o diálogo bilateral, ampliar as oportunidades de negócios para as empresas brasileiras, estimular investimentos no Brasil e obter o apoio da Arábia Saudita às negociações do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e à candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Segundo informações da Embaixada do Brasil em Riade, em março de 2012, a comunidade brasileira residente na Arábia Saudita montava a aproximadamente 400 pessoas, sendo basicamente formada por jovens profissionais altamente qualificados, em particular nos setores financeiros e de tecnologia da informação. Um pequeno grupo de desportistas brasileiros e suas famílias também integravam essa comunidade.

Em Damman, terceira cidade do Reino pelo critério de população, está sediada a base da empresa aérea SAMA, na qual trabalham cerca de 60 brasileiros, a maioria ex-pilotos e ex-funcionários da Varig.

No Brasil, residem em caráter permanente 22 sauditas e, em caráter temporário, 3, segundo informações da Polícia Federal.

Relações econômicas e comerciais bilaterais

O intercâmbio comercial é crescente, tendo o comércio total bilateral superado os US\$ 6 bilhões em 2013. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, sendo o segundo maior fornecedor brasileiro de petróleo, atrás apenas da Nigéria. As exportações do Brasil para a Arábia Saudita - anteriormente dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcar -, desde 2005, passaram a incluir produtos de alto valor agregado, graças à venda de aviões da Embraer. Ainda assim, o peso dos produtos agrícolas é forte.

O setor de energia saudita já conta com a participação de empresas brasileiras. A petroquímica Braskem, por exemplo, assinou memorando de entendimento com a Saudi Aramco para a cooperação técnica e tecnológica, treinamento de recursos humanos e estudo de oportunidades de novos negócios. Mantém, igualmente, conversações com a *Saudi Basic Industries Corporations* e com empresas de menor porte do setor petroquímico.

O exemplo mais representativo da evolução da pauta comercial pode ser encontrado no setor de aviação. Em dezembro de 2005, a Embraer vendeu 15 aeronaves EMB-170 à Saudi Airlines, no valor de US\$ 400 milhões. Em novembro de 2007, foi assinado contrato entre a empresa brasileira e outra empresa de aviação saudita, a NAS, para a venda de cinco jatos EMB-190, com opção para compra de cinco outras aeronaves (já confirmada). O contrato incluiu, também, direito de compra para outros 12 jatos de mesmo modelo. A NAS opera, ainda, outros cinco E-Jets (três EMB-190 e dois EMB-195), por meio de contrato de *leasing*.

Para o Brasil, há possibilidades de negócios e de investimentos nas áreas em que as empresas brasileiras têm reconhecida competência e experiência internacional (petróleo, gás, petroquímica, mineração, aviação, engenharia e construção).

O Brasil e a Segurança Alimentar Saudita

Convém observar que, em tempos recentes, um dos assuntos que tem conhecido significativa visibilidade na Arábia Saudita é a questão de sua segurança alimentar. A agricultura é atividade de pouca amplitude no país,

quase todo tomado por áreas desérticas e com limitados recursos hídricos. A maior parte dos alimentos consumidos por sauditas vem do exterior, o que deixa o país sempre vulnerável às condições impostas pelo mercado internacional de alimentos.

Nesse contexto, o Rei Abdullah vem adotando uma série de medidas para garantir o fluxo necessário de alimentos para a Arábia Saudita. Uma dessas medidas diz respeito a investimentos sauditas em agricultura feitos no exterior de modo a garantir que parte da produção resultante desses investimentos seja exportada para o Reino. Para a realização desse objetivo, o Governo saudita criou a empresa Agroinvest, com capitalização inicial de US\$ 500 milhões. A empresa apresentou lista de países prioritários com os quais a Arábia Saudita deverá estabelecer cooperação em matéria de produção de alimentos, estando em primeiro lugar na nômima o Brasil.

A Arábia Saudita pretende transferir toda sua produção de trigo para o exterior até 2016, devido à exaustão de seus aquíferos subterrâneos domésticos por intensiva irrigação e busca países com condições adequadas para o processo de relocação desse cultivo. O país já dispõe de 1,6 milhão de hectares na Indonésia para o plantio de arroz. A Arábia Saudita importa mais de 60% de seu consumo de produtos agrícolas.

Há na Arábia Saudita conhecimento suficiente de que o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. O próprio mercado consumidor saudita é dominado por alguns produtos agroalimentares brasileiros, como as carnes de frango (mais de 85%) e de vaca (mais de 50%). Por outro lado, há pouco conhecimento, tanto por parte de autoridades de governo quanto de empresários, sobre condições de investimento no Brasil. Além do mais, a inexistência de acordo para a proteção de investimentos entre Brasil e Arábia Saudita agrava o problema.

Comunidade brasileira estimada

Estimam-se em cerca de 400 os brasileiros residentes na Arábia Saudita. Todos os serviços consulares e a assistência a brasileiros naquele país são de responsabilidade do setor consular da Embaixada do Brasil em Riade.

POLÍTICA INTERNA

A Arábia Saudita é um Estado unitário, governado por uma monarquia absolutista. O Rei é, ao mesmo tempo, Chefe de Estado e de Governo, acumulando o título de Primeiro-Ministro. O Alcorão é considerado a Constituição do país e é observado pelo Poder Judiciário. O Conselho dos Ministros, criado em 1953, representa os poderes Executivo e Legislativo. Seus membros são designados pelo Rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho no prazo de 30 dias. O Governo compõe-se, ainda, do Conselho Consultivo, constituído por 120 membros nomeados pelo Rei, que não dispõem de poder decisório.

A maioria dos setores do Governo é controlada por membros da família real saudita (os descendentes diretos do fundador, Abdul Aziz bin Abdul Rahman al Saud, que, estima-se, podem chegar a dez mil indivíduos, todos com os títulos de príncipes e princesas). Não há partidos políticos.

Tradicionalmente, os *ulemas* (clérigos muçulmanos) têm sustentado a legitimidade da família *al Saud*, embora a relação tenha sofrido desgastes em função do descontentamento decorrente da situação econômica interna e do surgimento dos radicais islâmicos nos últimos anos. A maioria da população do Reino abraça o credo islâmico wahabita, conhecido por seu conservadorismo e que interdita às mulheres, entre outros, os direitos de dirigirem automóveis e de viajarem desacompanhadas.

O Rei também detém o controle da Guarda Nacional, grupo poderoso que atua como base de poder para seus três filhos.

A internacionalização da luta contra o terrorismo levou a Arábia Saudita a viver momentos de tensão política e social; a maioria dos terroristas do atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA era de nacionalidade saudita. Os sucessivos atentados ocorridos em seu território, a partir de maio de 2003, exigiram das lideranças locais a revisão do apoio político e financeiro a correntes extremistas. O Governo tem empreendido ampla campanha para mostrar que o país está efetivamente engajado em ações contra o terrorismo. Em fevereiro de 2005, Riade patrocinou a Conferência Internacional sobre Contraterrorismo e lançou a ideia da criação do Centro de Contraterrorismo da ONU, aprovada com o apoio do Brasil em 18 de novembro de 2011. Nos últimos quatro anos, a incidência de ataques terroristas diminuiu significativamente.

O Rei Abdullah tem promovido um programa cauteloso e gradual de reformas políticas e culturais, iniciado quando ainda era Príncipe Herdeiro. Em 2006, foi criada, sob inspiração governamental, uma Comissão de Direitos Humanos, que publica relatórios periódicos sobre a situação dos direitos humanos no país. Em outubro de 2007, decreto real introduziu salvaguardas e mecanismos com vistas a fortalecer a independência do

sistema judiciário, com o estabelecimento de uma Corte Suprema e de tribunais especializados nas áreas trabalhista e comercial.

POLÍTICA EXTERNA

A Arábia Saudita deve boa parte de seu prestígio junto aos países árabes e muçulmanos ao fato de ser a sede das Mesquitas Sagradas de Meca e Medina. Essas credenciais islâmicas e os imensos recursos petrolíferos e financeiros de que dispõe garantem ampla projeção ao país no plano externo.

A política exterior saudita tem como princípios, entre outros, a solidariedade islâmica e a defesa da unidade árabe. Considerando-se líder natural do islã e do arabismo, o país transformou-se em importante doador assistencial, além de grande investidor nos mercados financeiros ocidentais. Nesse contexto se inserem a ajuda financeira prestada à Autoridade Nacional Palestina e a vários projetos em nações islâmicas, especialmente na África.

A Organização da Cooperação Islâmica (OCI) constitui importante instrumento de atuação saudita, ao possibilitar a Riade foro para avançar seus interesses políticos. O braço religioso da OCI, a Liga Islâmica Mundial, com sede em Meca, é controlada pela Arábia Saudita. A Liga financia associações muçulmanas e a construção de mesquitas em todo o mundo.

Nos últimos anos, o país tem ampliado sua força na política regional. A questão palestina é, para Riade, o ponto focal da instabilidade e estagnação do Oriente Médio. Em 1981, o Rei Fahd apresentou na Cúpula Árabe um plano de paz, que, indiretamente, reconhecia o Estado de Israel e que constitui, até hoje, a base da política saudita em relação a Tel Aviv. Em 2002, uma nova proposta de paz – Iniciativa Árabe de Paz, Plano de Paz de Abdullah ou Terra pela Paz – foi lançada por Riade e aprovada pela Liga Árabe.

A iniciativa preconizava o reconhecimento de Israel e o consequente estabelecimento de relações diplomáticas normais por parte dos 22 países integrantes da Liga Árabe, em troca da retirada do exército israelense das áreas ocupadas desde 1967 e de uma solução para os refugiados palestinos. Mais recentemente, a Arábia Saudita teve participação central no entendimento conhecido como Acordo de Meca, que possibilitou a formação de um Governo de unidade nacional na Palestina, vigente nos primeiros meses de 2007.

A tradicional parceria com os EUA encontra-se em momento de aparente redefinição. Desde a retirada das tropas norte-americanas de seu território, em 2003, o Reino tem procurado agir com crescente independência em relação aos interesses de Washington. O intenso papel desempenhado pelos EUA na segurança do Golfo provoca reações sauditas ambivalentes. Se, por um lado, traz a certeza de que qualquer ataque externo levará a um

engajamento norte-americano imediato, por outro permite que ativistas islâmicos desafiem o Governo ao explorar ressentimentos nacionalistas e religiosos sobre o que chamam de “invasão estrangeira”.

Nos foros multilaterais, a atuação saudita se dedica a conter iniciativas tidas como anti-islâmicas, a promover a causa palestina e a se defender das acusações de violação de direitos humanos. Esforça-se também, no âmbito de temas ambientais, como aquecimento global, para conter iniciativas que impliquem redução do consumo mundial de combustíveis fósseis.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O petróleo continua a representar cerca de 90% das exportações sauditas, sendo a produção do país, atualmente, de 7,8 milhões barris/dia.

Como parte do esforço para diversificar a economia, diminuir a dependência do petróleo e atrair investimentos do exterior, o país acedeu à condição de membro da Organização Mundial de Comércio, em dezembro de 2005. Desde então, o Governo tem encorajado maior participação do setor privado na economia saudita. A promoção do setor privado envolve a participação estrangeira na indústria de energia, telecomunicações, gás natural e petroquímica.

A economia saudita é fortemente dependente de mão-de-obra estrangeira e encontra dificuldades em identificar nacionais qualificados para exercer funções de alto nível. O Governo tem buscado diminuir a alta taxa de desemprego doméstico, em especial na faixa etária dos 18-30 anos (onde a desocupação alcança o patamar de 20%), por meio de uma política de “saudização”, que estabelece quotas mínimas para nacionais sauditas em cada empreendimento. As quotas variam de 5 a 30%, dependendo do setor (o objetivo final é de que, no longo prazo, 75% da mão-de-obra utilizada no país seja de sauditas), e são apontadas, por vários executivos, como óbice ao crescimento dos negócios, especialmente no setor da saúde.

A determinação do Governo saudita em diversificar a economia, expandir a urbanização do país e executar um conjunto de reformas modernizantes gerou novo ambiente econômico. Agregue-se, a esse ambiente, energia abundante e a preços competitivos e posição geográfica estratégica junto a um mercado, doméstico e regional, com demanda crescente em diversos setores. Diante de todas essas circunstâncias, a Arábia Saudita tornou-se importante polo de investimento e desenvolvimento de novos negócios.

A despeito da crise financeira mundial, o Reino empreende amplo programa de obras públicas de infraestrutura, da ordem de US\$ 400 bilhões, do qual empresas brasileiras de engenharia poderiam beneficiar-se, em particular do desenvolvimento das quatro “cidades econômicas” sauditas.

Além de projetos de infraestrutura, importantes projetos nos setores de petroquímicos, fertilizantes, dessalinização, metalurgia e minerais químicos estão também em desenvolvimento.

ANEXOS	
Cronologia Histórica	
1902	Abdul Aziz Ibn Saud dá início à campanha de reconquista do território da Península da Arábia.
1926	Ibn Saud proclama-se Rei do Hejaz e Sultão do Najd.
1932	Ibn Saud funda o Reino da Arábia Saudita.
1953	Saud al Saud, filho de Ibn Saud, ascende ao trono.
1962	O Príncipe Feisal bin Abdulaziz, irmão de Saud, torna-se Primeiro-Ministro.
1964	Saud é deposto pelo irmão Feisal, que introduz reformas e declara a abolição da escravidão.
1967	A Arábia Saudita declara guerra contra Israel, mas não há luta.
1969	Tentativa frustrada de golpe de Estado.
1973	Participação, na frente síria, na Guerra do Yom Kippur. Primeiro choque do petróleo.
1975	Assassinato de Feisal. Khaled Ibn Abdulaziz assume o trono.
1979	Ruptura com o Egito, após os Acordos de Camp David. Invasão da Mesquita de Meca por radicais islâmicos. Segundo choque do petróleo.
1981	Criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), do qual fazem parte, além da Arábia Saudita, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã.
1982	Morte de Khaled. O Príncipe Fahd Bin Abdulaziz assume o trono.
1990	Guerra do Golfo. O território saudita é atacado por mísseis iraquianos e é usado como plataforma para a invasão do território kuaitiano por tropas norte-americanas.
2001	Atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Vários dos terroristas envolvidos possuíam nacionalidade saudita.
2002	O então Príncipe Herdeiro Abdullah al Saud lança a “Iniciativa Árabe de Paz” para o conflito israelo-palestino.
2005	Morte do Rei Fahd. O Príncipe Herdeiro Abdullah Bin Abdulziz Al Saud ascende ao trono.
2011	No contexto dos eventos da Primavera Árabe, tropas sauditas, sob o amparo do “Escudo da Península” do CCG, intervêm na crise política do Bareine (14 de março). Criação do Centro de Contraterrorismo da ONU - projeto de autoria saudita.

Cronologia das Relações Bilaterais	
1968	Estabelecimento das relações entre Brasil e Arábia Saudita.
1973	Em maio, quando voltava da cerimônia de posse de Juan Perón como Presidente da Argentina, o Chanceler da Arábia Saudita, Omar Al Sakkaf, passou pelo Rio de Janeiro e encontrou-se com o então Presidente da Petrobras, Gen Geisel, e com o futuro Chanceler Azevedo da Silveira.
1975	Brasil e Arábia Saudita assinam Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.
1979	Em 12 de junho, o Ministro da Agricultura e Recursos Hídricos da Arábia Saudita, Abdul Rahman Aziz Alsheik, visita Brasília e discute com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, sobre o interesse saudita em uma cooperação do Brasil no setor agrícola.
1982	Visitas à Arábia Saudita do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e do Ministro da Fazenda, Ernane Galveas.
1984	Assinatura do Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar. Visita ao Brasil do Príncipe Sultan Bin Abdul Aziz al Saud, Ministro da Defesa e da Aviação da Arábia Saudita.
1986	Transferência da Missão diplomática brasileira de Jedá para Riade. Visita à Arábia Saudita do Chanceler Roberto de Abreu Sodré.
1990	Em teste comparativo com outros blindados, o Osório, fabricado pela Engesa, venceu a concorrência para fornecimento de material militar ao Reino (1988). Com o início da Guerra do Golfo, em agosto de 1990, aliado à pressão política e diplomática norte-americana, as autoridades sauditas terminaram por se inclinar pelo tanque norte-americano Abrams AM-1. A Engesa, que já havia fabricado 300 carcaças do Osório, teve sua falência decretada alguns anos depois.
2000	Visita ao Brasil do então herdeiro do trono saudita, o Príncipe (hoje Rei) Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud (setembro). Missão empresarial brasileira (outubro).
2002	Missão comercial brasileira (janeiro). Visita à Arábia Saudita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi.
2003	Visita à Arábia Saudita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan (junho).
2005	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Jedá e Riade (fevereiro). Participação de delegação saudita, chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Príncipe Saud al Faisal Bin Abdul Aziz al Saud, na I Cúpula ASPA, em Brasília (maio). Missão comercial brasileira a Riade (novembro).

2006	Missão financeira brasileira à Arábia Saudita.
2007	Missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Arábia Saudita (novembro).
2008	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Arábia Saudita (fevereiro). Visita ao Rio de Janeiro do Príncipe Nawaf Abdulaziz, Vice-Presidente do Youth Welfare e membro votante do Comitê Olímpico Internacional (COI). Participação do Ministro de Minas e Energia e do Presidente da Petrobras na Jedah Energy Meeting (junho).
2009	Visita do Presidente Lula a Riade (16 a 17 de maio). Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita. Assinatura de diversos acordos bilaterais.
2010	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura do Reino da Arábia Saudita, Fahad Bin Abdulrahman Balghunaim, acompanhado de missão empresarial (3-6 de outubro). Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Riade, acompanhado de missão empresarial.
2011	O Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, viaja a Riade para participar de reunião do Foro Internacional de Energia (27 de fevereiro). O Embaixador Mohammed Kurdi encerra sua missão em Brasília (25 de novembro).
2012	Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Riade, acompanhado de missão empresarial. O Embaixador Hisham al Qahtani assume suas funções como representante saudita junto ao Governo brasileiro.
2013	Missão empresarial brasileira Ministério das Relações Exteriores (MRE), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB) a Jedá (fevereiro).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita	16/05/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	02/04/1975	Em vigor

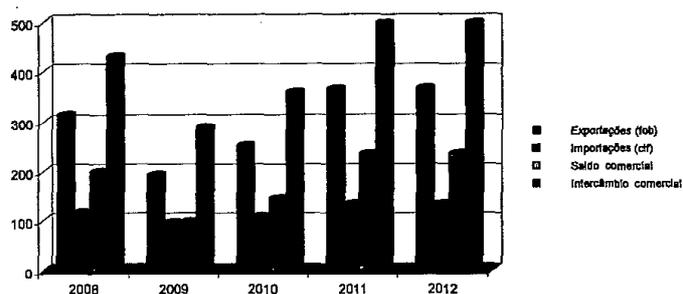
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ARÁBIA SAUDITA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	313,5	192,3	251,1	364,7	365,5
Importações (cif)	115,1	95,6	106,9	131,6	131,4
Saldo comercial	198,3	96,8	144,3	233,1	234,1
Intercâmbio comercial	428,6	287,9	358,0	496,3	496,9

Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD ITC TradeMap June 2013

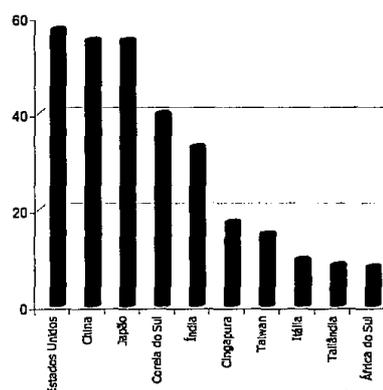
(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou seja pela informação dos parceiros.



Em 2012, o comércio exterior da Arábia Saudita aumentou 16% em relação a 2008, de US\$ 428,6 bilhões para US\$ 496,9 bilhões. No ranking do FMI de 2012, a Arábia Saudita figurou como o 20º principal mercado mundial, sendo o 16º principal exportador e o 31º importador.

ARÁBIA SAUDITA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Estados Unidos	57,3	15,7%
China	54,9	15,0%
Japão	54,8	15,0%
Coreia do Sul	39,7	10,9%
Índia	32,8	9,0%
Cingapura	17,2	4,7%
Taiwan	14,9	4,1%
Itália	9,6	2,6%
Tailândia	8,2	2,3%
África do Sul	7,9	2,2%
...		
Brasil	3,19	0,9%
Subtotal	300,6	82,3%
Outros países	64,9	17,7%
Total	365,5	100,0%



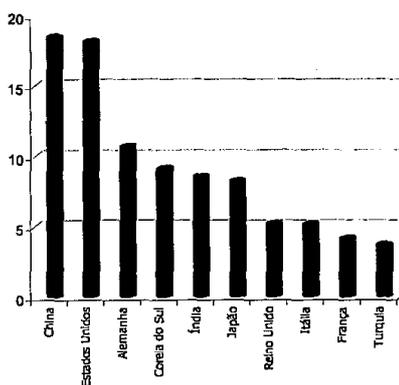
Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD-ITC Trademap, June 2013

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações sauditas são direcionadas, em grande parte, aos países membros da APEC, representando 72,3% do total de suas exportações em 2012, seguidas da União Europeia com 11,7%. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal destino das exportações do país, com 15,7%. Seguiram-se China e Japão, com 15% do total, respectivamente, e Coreia do Sul com 10,9% do total. O Brasil foi o 44º comprador do país e absorveu 0,9% das vendas sauditas em 2012.

ARÁBIA SAUDITA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
China	18,44	14,0%
Estados Unidos	18,12	13,8%
Alemanha	10,64	8,1%
Coreia do Sul	9,11	6,9%
Índia	8,55	6,5%
Japão	8,23	6,3%
Reino Unido	5,17	3,9%
Itália	5,13	3,9%
França	4,14	3,1%
Turquia	3,68	2,8%
Brasil	3,00	2,3%
Subtotal	94,20	71,7%
Outros países	37,17	28,3%
Total	131,37	100,0%



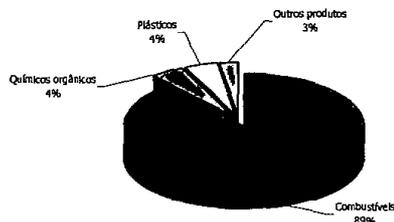
Elaborado pelo MRE/DEI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, Junho 2013.

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os países membros da APEC foram os principais fornecedores de bens ao mercado saudita em 2012, representando 52,3% do total das compras do país, seguidos da União Europeia, com 29,6%. Individualmente, a China abasteceu 14% do mercado consumidor saudita, seguido dos Estados Unidos, com 13,8%; Alemanha com 8,1%; e Coreia do Sul, com 6,9%. O Brasil foi 11º principal exportador para a Arábia Saudita, participando com 2,3% do total das compras sauditas.

ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Combustíveis	323,69	88,6%
Químicos orgânicos	16,40	4,5%
Plásticos	16,06	4,4%
Subtotal	356,15	97,4%
Outros produtos	9,34	2,6%
Total	365,50	100,0%



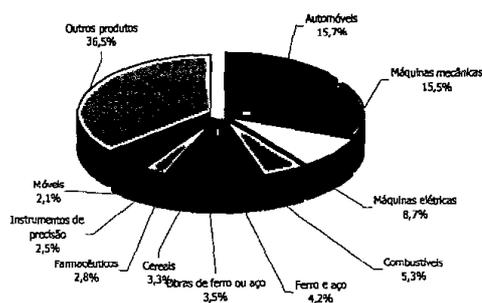
Elaborado pelo MRE/DEI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, Junho 2013.

(1) A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) são os principais itens da pauta exportadora saudita. Em 2012 responderam por 88,6% do total, seguido de produtos químicos orgânicos (4,5%) e plásticos (4,4%).

ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Automóveis	20,64	15,7%
Máquinas mecânicas	20,31	15,5%
Máquinas elétricas	11,43	8,7%
Combustíveis	6,97	5,3%
Ferro e aço	5,51	4,2%
Obras de ferro ou aço	4,57	3,5%
Cereais	4,35	3,3%
Farmacêuticos	3,62	2,8%
Instrumentos de precisão	3,25	2,5%
Móveis	2,80	2,1%
Subtotal	83,44	63,5%
Outros produtos	47,92	36,5%
Total	131,37	100,0%



Elaborado pelo MTE, DIRE-DIC. Divisão de Intelectos Comerciais, com base em dados da UNCTAD, ItC, Trade Map, June 2013.

(1): A Arábia Saudita não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD em 2012, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou baseados em informações disponíveis.

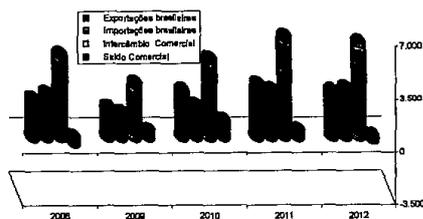
A pauta de importações da Arábia Saudita apresentou concentração em três grupos de produtos manufaturados, que responderam por 40% da pauta em 2012. São eles: automóveis - veículos automotivos, tratores e peças mecânicas - (15,7%), máquinas mecânicas - turborreatores, torneiras, válvulas para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas, aparelhos e dispositivos para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura, tais como aquecimento, cozimento, torrefação, dentre outras, aquecedores de água não elétricos, bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes para extração ou reciclagem - (15,5%), e máquinas elétricas - aparelhos telefônicos, incluídos os telefones celulares - (8,7%).

BRASIL-ARÁBIA SAUDITA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
Exportações brasileiras	2.564	1.953	3.099	3.476	3.000	1.436	1.466
Variação em relação ao ano anterior	73,4%	-23,8%	58,7%	12,2%	-13,7%	-14,5%	2,1%
Importações brasileiras	2.910	1.597	2.059	3.093	3.197	1.456	1.798
Variação em relação ao ano anterior	70,3%	-45,1%	28,9%	50,2%	3,4%	-4,1%	23,5%
Intercâmbio Comercial	5.474	3.550	5.158	6.569	6.197	2.892	3.264
Variação em relação ao ano anterior	71,8%	-35,1%	45,3%	27,4%	-5,7%	-9,6%	12,9%
Saldo Comercial	-347	355	1.040	383	-197	-20	-333

Elaborado pelo INZ, CFB/INZ. Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceatech
(*) Valores iguais ou superiores a 1.000*

A Arábia Saudita foi a 16ª principal parceira comercial brasileira em 2012, com participação de 1,33% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 13%, passando de US\$ 5,47 bilhões, para US\$ 6,2 bilhões. As exportações cresceram 17% e as importações 10%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil entre 2009 e 2011, apresentou déficit para o Brasil em 2008 e 2012. O saldo negativo em 2012 foi de US\$ 197 milhões.



BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		
	VALOR	PART. %	
Básicos	2.019	67,3%	
Semimanufaturados	458	15,3%	
Manufaturados	524	17,4%	
Transações especiais	0	0,0%	
Total	3.000	100,0%	

As exportações brasileiras para a Arábia Saudita são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 67,3% das vendas em 2012, com destaque para carnes. Seguiram-se os manufaturados, com 17,4%, com destaque para açúcar refinado e máquinas mecânicas, e os produtos semimanufaturados, com 15,3%, com destaque para outros aglicanos de cana.

Elaborado pelo INZ, CFB/INZ. Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceatech

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS		
	VALOR	PART. %	
Básicos	2.918	91,3%	
Semimanufaturados	0	0,0%	
Manufaturados	275	8,6%	
Transações especiais	---	---	
Total	3.197	100,0%	

Pelo lado das importações, os produtos básicos: óleos brutos de petróleo, responderam por 91,3% da pauta em 2012.

Elaborado pelo INZ, CFB/INZ. Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceatech

BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Arábia Saudita, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	1.040	1.339	1.357	45,2%	
Açúcar	573	659	592	19,7%	
Minérios	847	791	268	8,9%	
Cereais	167	138	249	8,3%	
Sementes/grãos	54	167	126	4,2%	
Máquinas mecânicas	69	97	119	4,0%	
Aviões	127	35	52	1,7%	
Madeira	18	26	32	1,1%	
Ferro e aço	25	38	31	1,0%	
Automóveis	8	10	21	0,7%	
Subtotal	2.928	3.300	2.848	94,9%	
Outros produtos	171	176	152	5,1%	
Total	3.099	3.476	3.000	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SCEV/ARemba

Carnes (carnes, pedaços e miudezas de frango e carnes bovinas), foram os principais produtos brasileiros exportados para a Arábia Saudita em 2012, participando com 45,2% do total. Seguiram-se açúcar (açúcares de cana e açúcar refinado) com 19,7%; minérios (minério de ferro e bauxita calcinada) com 8,9%; e cereais (milho e trigo) com 8,3%.

BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Imports bras originárias da Arábia Saudita, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	1.975	2.942	3.062	95,8%	
Plásticos	66	96	72	2,3%	
Subtotal	2.041	3.038	3.134	98,0%	
Outros produtos	18	55	62	2,0%	
Total	2.059	3.093	3.197	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SCEV/ARemba

As importações brasileiras originárias da Arábia Saudita concentraram-se em óleos brutos de petróleo, naftas para petroquímica e querosenes de aviação, que representaram 95,8% das compras brasileiras originárias da Arábia Saudita, em 2012.

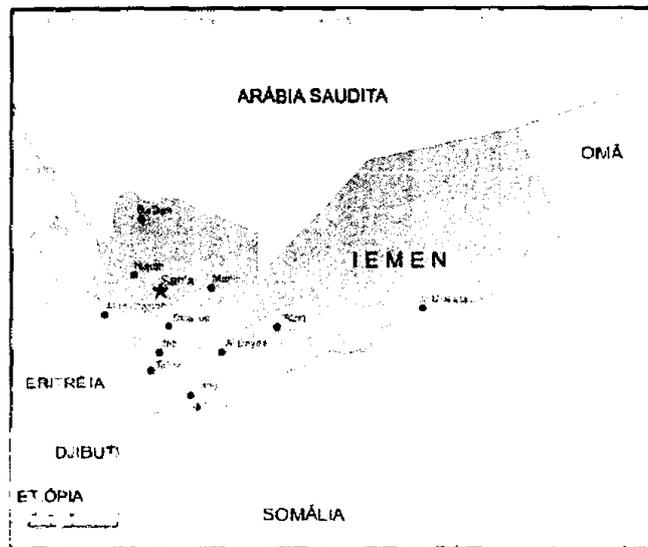
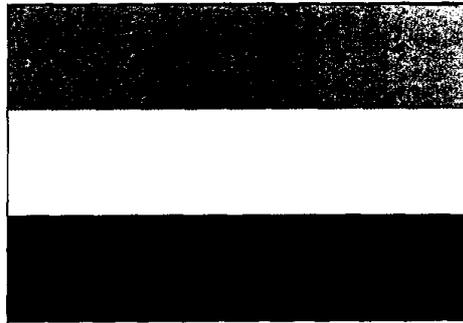
BRASIL-ARÁBIA SAUDITA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-jun)	2013(jan-jun)		Exports. Bras. para a Arábia Saudita em 2013(jan-jun)
		Valor	% no total	
Exportações				
Carnes	639	751	51,2%	
Açúcar	311	272	18,6%	
Sementes/grãos	90	137	9,4%	
Minérios	169	101	6,9%	
Cereais	44	75	5,1%	
Subtotal	1.253	1.335	91,1%	
Outros produtos	183	130	8,9%	
Total	1.436	1.466	100,0%	
Importações				
Combustíveis	1.386	1.739	96,7%	
Plásticos	35	39	2,2%	
Subtotal	1.421	1.778	98,9%	
Outros produtos	35	20	1,1%	
Total	1.456	1.798	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SCEV/ARemba

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO IÊMEN



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2013**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Iêmen
CAPITAL:	Sanaa
ÁREA:	527.968 km ²
POPULAÇÃO (2012):	25,4 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
RELIGIÃO OFICIAL:	Islamismo (xiitas 47%, sunitas 53%.)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abd Rabbu Mansour al Hadi
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mohammed Salim Basindwa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Abu Bakr al Qirbi
PIB (2012):	US\$ 42 bilhões
PIB PPP (2012):	US\$ 68,1 bilhões
PIB PER CAPITA (2012):	US\$ 1.680
PIB PPP PER CAPITA (2012):	US\$ 2.682
VARIAÇÃO DO PIB:	-10,5%
IDH (ÍNDICE DE DESENV. HUMANO) 2012:	0,458 (159ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,2 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	63,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	35%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial iemenita (YR)
EMBAIXADOR IEMENITA JUNTO AO GOVERNO BRASILEIRO (RESIDENTE EM CUBA):	Ahmed Ali Kalaz
EMBAIXADOR BRASILEIRO JUNTO AO GOVERNO IEMENITA (RESIDENTE NA ARÁBIA SAUDITA):	Sergio Luiz Canaes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IÊMEN (US\$ milhões)

Brasil-Iêmen	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-mar)
Intercâmbio	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91
Exportações	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91
Importações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo	117	179	279	162	214	365	416	307	425	91

Fonte: MDIC

PERFIS BIOGRÁFICOS**PRESIDENTE ABD RABBUH MANSOUR AL-HADI**

Nasceu em 1945 na cidade de Zkin, província de Abyan. Graduou-se, em 1964, na Escola do Exército do então Protetorado de Aden e, em seguida, foi enviado para a Grã-Bretanha para curso de aperfeiçoamento militar. Deslocou-se para o Cairo, onde se especializou em guerra de blindados na academia militar local.

Abd Al-Hadi entrou para o Exército do Iêmen do Sul em 1970 e, em 1972, foi membro da Comissão de Cessar-Fogo durante a guerra entre o Iêmen do Norte e o do Sul.

Após curso de especialização em liderança militar na antiga URSS (1976), tornou-se diretor da Escola de Blindados, membro do Estado-Maior do Corpo de Blindados e membro do Corpo Docente da Escola de Guerra. Tal currículo o alçou à posição de um dos comandantes militares mais importantes do Iêmen.

Em 1983, foi nomeado chefe do comitê de negociações para compra de armamento soviético. Após a renúncia de Ali Salim al-Beidh, foi nomeado Vice-Presidente do Iêmen pelo então Presidente Ali Abdullah Saleh, em 3 de outubro de 1994. Exerceu, ainda, o cargo de Ministro da Defesa.

Em 4 de junho de 2011, foi nomeado Presidente interino depois que Ali Abdullah Saleh foi ferido em atentado terrorista contra o palácio presidencial durante o levante iemenita, manifestação popular que exigia a renúncia do então Chefe de Estado.

Foi escolhido Presidente da República, em eleições que tiveram candidato único, realizadas em 21 de fevereiro de 2012.

CHEFE DE GOVERNO**O PRIMEIRO MINISTRO MOHAMMED SALIM BASINDWA**

Nasceu em janeiro de 1935, na província de Áden (sul do Iêmen). Foi ativista político e integrou as frentes populares contra o colonialismo britânico e chegou a ser membro do Partido Socialista, quando de sua fundação em 1962.

Anos mais tarde, transferiu-se para a República Árabe do Iêmen (RAI - Iêmen do Norte), onde ocupou o cargo de Ministro dos Assuntos Sociais, Trabalho e Juventude, no governo do ex-Presidente Ibrahim Al-Hamadi.

Em 1976, foi nomeado Ministro do Desenvolvimento e presidente da Organização de Planejamento Central no governo dos presidentes Al-Ghashmi e Ali Abdullah Saleh, durante o primeiro mandato deste último.

Em 1978, nomeado Ministro da Informação e Cultura pelo ex-presidente Al-Ghashmi. Após a unificação, em 1993 e 1994, foi Ministro do Exterior da República do Iêmen.

Foi membro do Congresso Geral do Povo, partido do ex-presidente Ali Abdullah Saleh, até 2006. Nesse mesmo ano, aderiu à oposição na qualidade de independente.

Em 27 de novembro de 2011, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo então Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansur Al Hadi, hoje Chefe de Estado.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ABU BAKR ABDULLAH AL QIRBI

Nasceu na ~~província de~~ Al-Bayda, em 1942. É casado e tem dois filhos. Formou-se em Medicina pela University of Edinburgh, em 1968.

Foi um dos fundadores do Congresso Geral do Povo, principal agremiação política iemenita, sendo membro de seu Comitê Geral desde 1992 e diretor de seu Departamento Político desde 2000.

De 1979 a 1983, foi reitor no Colégio de Ciências de Sanaa. De 1982 a 1993, exerceu a mesma função no Colégio de Medicina do Iêmen, ocupando a vice-reitoria da Universidade de Sanaa, no mesmo período. Entre 1993 a 1994, desempenhou as funções de Ministro da Educação.

Desde 4 de abril de 2001, é Ministro de Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Antes de 1990, o Brasil manteve relações diplomáticas tanto com a República Árabe do Iêmen (nossa representação em Sanaa, criada pelo Decreto Presidencial nº 89.912, de 04 de julho de 1984, era cumulativa com a Embaixada do Brasil em Riade) quanto com a República Democrática Popular do Iêmen (sendo nossa representação em Aden, criada pelo Decreto nº 89.913, de 04 de julho de 1984, cumulativa com a Embaixada do Brasil no Kuaite). Com a fusão das duas repúblicas e a consequente criação da República do Iêmen em maio de 1990, o Governo brasileiro optou pela Embaixada em Riade como a responsável por nossos assuntos junto a Sanaa.

Na área econômico-comercial, o intercâmbio bilateral floresce de maneira apreciável, com superávits históricos e crescentes para o Brasil, com exceção do ano de 2011, quando, como consequência dos eventos da Primavera Árabe no Iêmen, as vendas brasileiras caíram aproximadamente 30% em relação a 2010. Há evidências de que o Iêmen importa maiores quantidades de produtos brasileiros do que o registrado na balança bilateral. Esses produtos seriam fornecidos por outros países por meio de triangulação.

O Brasil não dispõe de Embaixada residente em Sanaa e tampouco de consulados honorários no país. Não há registro de cidadãos brasileiros ora residentes no Iêmen (primeiro trimestre de 2013). No Brasil, residem em caráter permanente oito cidadãos iemenitas e, em caráter temporário, cinco, segundo informações da Polícia Federal.

Desde maio de 2012, o Brasil integra o mecanismo "Amigos do Iêmen", tendo participado das reuniões realizadas em maio e setembro de 2012 e em março de 2013. O mecanismo, que congrega cerca de cinquenta países, objetiva angariar apoio internacional para ajudar o país a enfrentar os múltiplos desafios que enfrenta nos setores econômico, político, financeiro e de segurança.

O Brasil, contudo, encontra dificuldades para efetuar doações em numerário, pois trabalha preferencialmente como prestador de cooperação técnica. Nesse sentido, proposta de acordo-quadro de cooperação técnica já foi apresentada ao governo de Sanaa, mas, até o momento, Brasília aguarda resposta para avançar projetos de cooperação, em especial no setor agrícola.

Durante a crise política iemenita, o Governo brasileiro emitiu duas notas à imprensa, as de nº 31 (de 28/1/2011) e 108 (de 18/3/2011), cujos trechos transcrevo a seguir:

“Nota nº 31.

O Governo brasileiro acompanha com atenção o desenrolar dos acontecimentos no Egito, na Tunísia e no Iêmen.

O Governo brasileiro expressa sua expectativa de que as nações amigas encontrarão o caminho de uma evolução política capaz de atender às aspirações da população em ambiente pacífico e sem interferências externas, de modo a dar suporte ao desenvolvimento econômico e social em curso.

O Brasil e os países da América do Sul desenvolvem cooperação crescente com os países árabes. Em 16 de fevereiro, em Lima, terá lugar a III Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). Será uma oportunidade de renovação do diálogo com lideranças da região.

O Egito é um importante parceiro do Mercosul (em 2010, foi assinado acordo de livre comércio). O bloco tem ampliado seu relacionamento com os países árabes, como se verifica nas negociações em curso com Jordânia, Síria e Palestina.”

“Nota nº 108

O Governo brasileiro manifesta grande preocupação com os episódios de violência registrados hoje no Iêmen, em que choques ocorridos durante manifestações resultaram em dezenas de vítimas fatais e centenas de feridos.

O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso de violência contra manifestantes pacíficos e conclama o Governo e a oposição iemenitas a se engajarem em diálogo com vistas a uma solução negociada para a crise.”

POLÍTICA INTERNA

O Iêmen, por ser um país de baixo PIB, populoso e republicano, representa exceção na Península Árábica, região dominada por formações estatais adeptas de regimes monárquicos absolutistas e detentoras de

abundantes jazidas de hidrocarbonetos. Em 1990, o país foi unificado e se tornou uma democracia representativa, sob regime multipartidário, ainda que de forma frágil, pois a nação enfrenta graves problemas, como alto índice de desemprego, incapacidade do Estado de exercer seus poder de polícia e soberania fora das principais cidades e a atuação de movimentos secessionistas ao sul do país.

A Primavera Árabe motivou onda de manifestações no Iêmen a partir de janeiro de 2011, originalmente voltada a protestar contra os problemas crônicos do país e a proposta governamental de reforma da Constituição. Pouco a pouco, a exemplo do que aconteceu em outras nações do Mundo Árabe, os protestos passaram a demandar a renúncia do Chefe de Estado do país, no caso o Presidente Ali Abdullah Saleh, então há 32 anos no poder.

No dia 2 de março de 2011, ocorreu a primeira grande concentração de manifestantes nas ruas de Sanaa pedindo a renúncia do Presidente. Novas manifestações tiveram lugar nas cidades de Seyón, Mukalla, Shahr e Gail Bawazir, com a participação de estudantes secundários, universitários e integrantes do governo e do setor privado.

Em 18 de março de 2011, ocorreu o mais grave incidente na onda iemenita de protestos. Choques entre manifestantes pró e contra Saleh, no centro da capital, provocaram mais de 40 mortes e centenas de feridos. A oposição acusou o Governo de ter disparado nos manifestantes, por meio de agentes à paisana e franco-atiradores, alegações essas refutadas terminantemente pelo então Chefe de Estado.

No dia 21 de março, dezenas de altos funcionários, embaixadores e membros do partido governista deixaram seus cargos em protesto contra a violência do dia 18. Vários comandantes militares, sob a liderança do General Ali Mohsen, passaram para a oposição ao Presidente. O referido General deu ordens para que tropas sob seu comando protegessem os manifestantes contra eventual violência da parte das forças de segurança leais ao Presidente iemenita. Paralelamente, o Governo central iemenita passou a perder de modo paulatino, desde princípios de abril de 2011, o controle em muitas províncias, como Saada, Jawf, Abyan e Shabwa, para grupos rivais, como os rebeldes houthis (tribo xiita) e a Al Qaeda, que declarou emirado islâmico a província de Abyan.

Sob forte pressão dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Saleh acabou por aceitar, no final de 2011, a fórmula de transição política apresentada por aquele agrupamento para a crise do Iêmen. Com isso, em 21 fevereiro de 2012 realizaram-se eleições presidenciais na república, para mandato-tampão de 2 anos. Os principais partidos de oposição e a agremiação governista propuseram a candidatura de consenso do Vice-Presidente Abd Hadi, que foi eleito com 99,8% dos votos, embora a abstenção tenha atingido aproximadamente 30% dos 10 milhões de votantes.

A deterioração do quadro político no Iêmen, durante a onda de protestos relacionada à Primavera Árabe, inquietava os principais parceiros árabes e ocidentais do Iêmen por temor de que o colapso caótico da ordem política do país mais pobre da Península Arábica enviasse ondas de choque para outros países do Mundo Árabe, o que, graças ao processo de transição política adotado, acabou por não ocorrer de forma significativa até o momento.

Não obstante, a ação da Al Qaeda no Iêmen e o sempre presente risco de secessão do sul do país (antiga República Popular Democrática do Iêmen) apresentam-se como fatores adicionais de indefinição sobre os acontecimentos em curso nos demais países da região.

Com a saída de Saleh do poder, as manifestações populares perderam parte de seu ímpeto e passaram a se direcionar para demandas relacionadas ao gravíssimo quadro socioeconômico do Iêmen.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No plano econômico, os principais problemas a afetar a economia iemenita são: tensões políticas internas; controle insuficiente do Governo sobre o conjunto do território iemenita; limitada capacidade administrativa; corrupção; inflação; desemprego; alto crescimento populacional (taxa de crescimento de 3,7%, das mais altas do mundo); e falta de confiança para investimentos.

Petróleo e agricultura são os dois suportes principais da economia do Iêmen. O petróleo geralmente responde por aproximadamente 80% dos ganhos com exportação e perto de 70% da receita do governo. Esta dependência deixa as contas externas e fiscais do Iêmen altamente vulneráveis às flutuações no preço internacional do petróleo. Entretanto, as reservas de hidrocarbonetos do país são, para os padrões do Golfo, relativamente limitadas, com a produção de petróleo iemenita permanecendo em somente 460.000 barris por dia (BPD). O petróleo é encontrado no norte e no sul do país. Masila - até o presente, o maior campo de produção do país - está localizado no sul, enquanto Marib, o segundo maior campo, está localizado no norte.

Enquanto o setor de petróleo domina a exportação do país, a agricultura é o suporte principal da economia interna, empregando a maioria da mão-de-obra do Iêmen. O Banco Mundial estima que mais da metade da população economicamente ativa do Iêmen trabalhe neste setor. Tal situação está, no entanto, ameaçada pelos altos níveis de extração de água nas áreas rurais. Além disso, o aumento da demanda urbana por água tem ameaçado seriamente os aquíferos do Iêmen nos anos recentes.

O combate à pobreza (16% da população ganha menos de US\$ 30 por mês; 47%, conta mensalmente com menos de US\$ 60), no qual o Governo

iemenita se acha engajado, visa sobretudo a reverter a queda do produto nacional e, por extensão, das taxas de crescimento econômico; o alto crescimento populacional; o fraco desempenho nas áreas dos recursos primários e da infraestrutura; e o baixo nível de proteção social, em termos de escolaridade, saúde e segurança social. Neste sentido, os objetivos do país incluem maior desenvolvimento econômico, criação de empregos, melhores serviços básicos e segurança social efetiva para o pobre, sob uma administração pública eficiente e honesta. Neste plano, o setor privado teria especial responsabilidade.

Segundo o Banco Mundial, 42% da população vive ainda abaixo da linha da pobreza; o analfabetismo atinge 50% e o desemprego está acima de 30%.

Para criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento econômico e social, o país precisaria de, segundo analistas da cena iemenita: estabilidade interna; consolidação das relações externas; controle populacional e expansão da educação para beneficiar toda a população, independentemente do sexo; criação de condições favoráveis para o investimento; e favorecimento, no curto prazo, da emigração de mão-de-obra.

Ainda no curto prazo, as prioridades recairiam, ao mesmo tempo, na estabilização, segurança e reforma do país e, por extensão, na criação de condições para o investimento estrangeiro. Com a estabilidade do país, aumentaria o potencial para que os países estrangeiros mantenham a assistência financeira ao país, essencial para o combate à pobreza.

Segundo dados do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Iêmen é o décimo país com maior insegurança alimentar, problema que foi agravado com as inundações de 2008 e com o início da Primavera Árabe no país. Além de seus próprios problemas, o Iêmen tem que abrigar 160.000 somalis, refugiados da guerra civil que assola o país do Chifre da África.

Em 2010, o Iêmen concluiu acordo de reestruturação de sua dívida com o FMI, tendo recebido crédito de US\$ 369,8 milhões a fim de apoiar programa de reforma econômica do país. De acordo com o FMI, o Iêmen enfrenta toda uma série de dificuldades devido à sua grande dependência do petróleo, à pobreza e à falta de água, e o programa de reforma econômica em pauta visa a permitir um crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza no país. O centro do programa de ajuste está na reorientação da política fiscal baseada em déficits "insustentáveis" complementada por uma "reforma tributária que aumente a base de arrecadação". Posteriormente, segundo o Fundo, far-se-á necessária a formulação de uma agenda de ampla reforma estrutural no país.

Resumidamente, o foco do programa iemenita envolve: a) aceleração do crescimento de setores não ligados a hidrocarbonetos, enquanto se mantém a inflação estável; b) combinação de ajuste fiscal com remanejamento dos gastos públicos; c) viabilização de política tarifária impulsionadora de setores não ligados a hidrocarbonetos; d) manutenção de reservas internacionais adequadas; e) criação de clima mais atrativo a negócios no país.

ANEXOS

Cronologia Histórica	
1839	A Grã-Bretanha ocupa o porto de Aden.
1918	Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, cessa o controle dos turcos sobre o restante do território iemenita. Surge o Reino Mutawakelita do Iêmen.
1937	Aden adquire o <i>status</i> de Colônia da Coroa Britânica.
1945	O Reino do Iêmen (que ocupa apenas parte do atual Iêmen) ingressa na Liga dos Estados Árabes.
1947	O Reino do Iêmen é admitido como membro da ONU.
1962	O último rei do Iêmen é derrubado e é proclamada a República Árabe do Iêmen, no território conhecido como Iêmen do Norte, fortemente influenciada pelo Egito de Gamal Abdel Nasser.
1967	Sublevação marxisto-nacionalista força os britânicos a abandonarem a colônia de Aden. Surge a República Popular Democrática do Iêmen, consolidada em 1969.
1979	Guerra entre o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul.
1982	Descoberta de petróleo no território iemenita.
1988	Começam as negociações para a unificação dos dois Iêmens.
1990	Unificação da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) e da República Popular Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul): surge a atual República do Iêmen, sob o comando do presidente Ali Abdullah Saleh. O Iêmen se alinha diplomaticamente com o Iraque, durante a Primeira Guerra do Golfo (1990-91); em represália, outros países árabes aliados do Kuaite expulsam cidadãos iemenitas de seu território. Assim, mais de um milhão de iemenitas são forçados a deixar a Arábia Saudita e a voltar ao Iêmen.
1994	Forças militares do antigo Iêmen do Norte tentam reverter a unificação do país. Nova guerra civil, que termina com a manutenção da unidade nacional.
2000	Atentado perpetrado pela Al Qaeda contra o vaso-de-guerra norte-americano <i>Cole</i> , no porto de Aden.
2011	Os eventos da Primavera Árabe chegam ao Iêmen. O Presidente Ali Abdullah Saleh é vítima de atentado terrorista e se afasta da presidência por razões de convalescência. O Vice-Presidente Abd Hadi assume o poder transitoriamente. Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) propõem plano de transição política ao Governo Saleh.
2012	Saleh aceita o plano de transição do CCG e deixa a chefia de Estado após 32 anos no poder. O Vice-Presidente Abd Rabbu Mansour Hadi é eleito Presidente como candidato único com 99% dos votos, para mandato-tampão de 2 anos.

Cronologia das Relações Bilaterais	
1880	A corveta-encouraçada Vital de Oliveira, então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala da primeira viagem de circunavegação da Marinha brasileira (14-19 de abril).
1890	O cruzador Almirante Barroso, então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala de viagem de circunavegação (5-8 de março).
1984	Em Nova York, à margem de encontro da ONU, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen e com a República Popular Democrática do Iêmen (7 de maio).
1984	Pelo Decreto nº 89.912 de 4 de julho, fica criada a Embaixada do Brasil na República Árabe do Iêmen, cumulativa com a Arábia Saudita.
1990	Fusão das duas Repúblicas na República do Iêmen (22 de maio). A Embaixada do Brasil em Riade passa a acumular as funções de representação do Brasil na nova República do Iêmen.
1996	O Embaixador do Brasil na Arábia Saudita, Sérgio Thompson Flores, apresenta suas credenciais junto ao governo do Iêmen, como Embaixador não-residente.
1999	Abdalla Saleh Al-Ashtal, chefe da missão permanente da República do Iêmen na ONU, Embaixador não-residente do Iêmen no Brasil, visitou o Rio de Janeiro e Brasília (março).
2004	Ahmed Amin Mohamed Zaidan, Embaixador da República do Iêmen em Havana, apresenta ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva suas cartas credencias como Embaixador não-residente no Brasil (setembro).
2004	Início das negociações para a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2005	Governo iemenita manifesta sua intenção de inaugurar Missão diplomática em Brasília (abril). Interrompidas as negociações do acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2006	O então Ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdul Rahman Al-Eryani, participou da convenção sobre a diversidade Biológica em Curitiba (março).
2008	O Embaixador Sérgio Canaes apresentou suas cartas credenciais ao então Presidente Ali Abdullah Saleh, na qualidade de Embaixador não-residente em Sanaa, cumulativamente com Riade (14 de agosto).
2010	O Embaixador Ahmed Ali Kalaz apresentou suas cartas credenciais ao então Presidente Lula, na qualidade de Embaixador não-residente, cumulativamente com Havana.
2012	O Embaixador Fernando Marroni de Abreu, na qualidade de

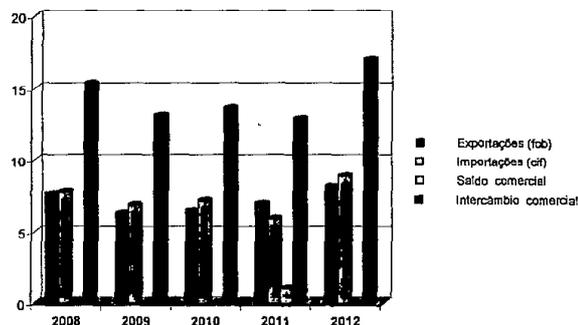
	diretor designado da Agência Brasileira de Cooperação, participa em Riade da III Reunião Ministerial do agrupamento "Amigos do Iêmen", em representação do Ministério das Relações Exteriores (23 de maio).
	O Ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdou Razaz Saleh, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio+20 (20-24 de junho), no Rio de Janeiro.
	O Brasil participa do encontro ministerial do grupo "Amigos do Iêmen", em Nova York, em 27 de setembro.
	A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a iemenita Tawakkol Karman, é recebida em audiência pela Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília (7 de novembro).
2013	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (março).

IÊMEN: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	7,58	6,26	6,44	6,95	8,12
Importações (cif)	7,77	6,84	7,17	5,91	8,86
Saldo comercial	-0,18	-0,58	-0,73	1,04	-0,74
Intercâmbio comercial	15,35	13,10	13,61	12,86	16,98

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

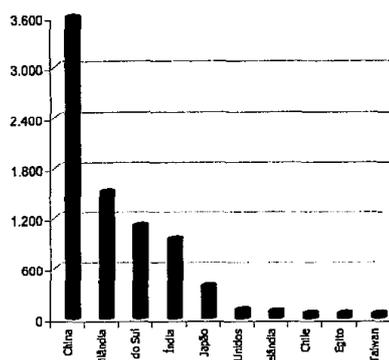
(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



O comércio exterior do Iêmen apresentou, em 2012, variação de 11% em relação a 2008, de US\$ 15,35 bilhões para US\$ 16,98 bilhões. No ranking da UNCTAD de 2012, o Iêmen figurou como o 101º mercado mundial, sendo o 96º exportador e o 104º importador.

IÊMEN: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
China	3.596	44,3%
Tailândia	1.514	18,7%
Coreia do Sul	1.102	13,6%
Índia	943	11,6%
Japão	376	4,6%
Estados Unidos	99	1,2%
Nova Zelândia	78	1,0%
Chile	55	0,7%
Egito	52	0,6%
Taiwan	45	0,6%
...		
Brasil	0,44	0,0%
Subtotal	7.860	96,8%
Outros países	259	3,2%
Total	8.119	100,0%



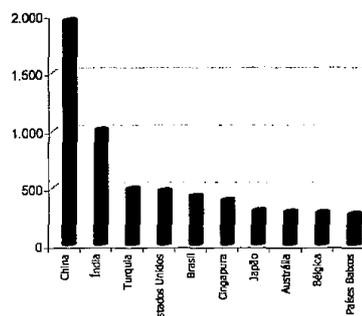
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.

(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações do Iêmen são destinadas, em grande parte, aos vizinhos asiáticos, que responderam por 94,3% do total das vendas do país em 2012. Individualmente, a China foi o principal destino com 44,3%, seguida da Tailândia (18,7%); Coreia do Sul (13,6%); e Índia (11,6%). O Brasil foi o 31º mercado de destino das vendas do Iêmen.

IÊMEN: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
China	1.951	22,0%
Índia	1.003	11,3%
Turquia	486	5,5%
Estados Unidos	469	5,3%
Brasil	425,69	4,8%
Cingapura	390	4,4%
Japão	299	3,4%
Austrália	289	3,3%
Bélgica	282	3,2%
Países Baixos	271	3,1%
Subtotal	5.865	66,2%
Outros países	2.994	33,8%
Total	8.858	100,0%



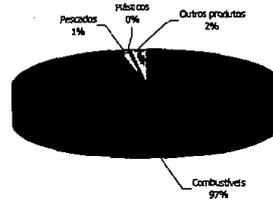
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.

(1) O Iêmen não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por extrapolação ou seja, pela informação dos parceiros.

A Ásia foi a principal fornecedora de bens ao Iêmen, representando 58,8%, seguida da União Europeia, com 17,2% do total das compras do país. Individualmente, a China foi a principal exportadora, com 22% do total. Seguiram-se Índia com 11,3%; Turquia (5,5%); e Estados Unidos (5,3%). O Brasil ocupou o quinto lugar entre os principais exportadores para o Iêmen e participou com 4,8% do total em 2012.

IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Combustíveis	7.839	96,6%
Pescados	96	1,2%
Plásticos	36	0,4%
Subtotal	7.972	98,2%
Outros produtos	147	1,8%
Total	8.119	100,0%

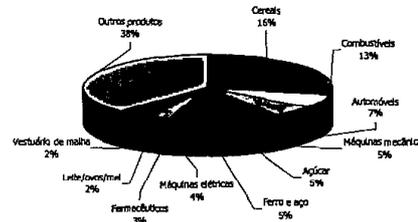


Exportações em US\$ milhões. Fonte: Centro de Investimentos e Comércio Internacional da OCDE. Última atualização: Abr 2013.
[1] - Os dados não incluem as exportações de petróleo bruto e refinado para o Irã, o Vietnã e o Vietnã, pois o Iêmen não possui acesso ao mar.

A pauta de exportações do Iêmen é concentrada em combustíveis (óleos brutos e refinados de petróleo e gases de petróleo) representando 96,6% do total das vendas do país.

IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Cereais	1.382	15,6%
Combustíveis	1.126	12,7%
Automóveis	617	7,0%
Máquinas mecânicas	472	5,3%
Açúcar	465	5,2%
Ferro e aço	418	4,7%
Máquinas elétricas	398	4,5%
Farmacêuticos	228	2,6%
Leite/ovos/mel	201	2,3%
Vestuário de malha	201	2,3%
Subtotal	5.508	62,2%
Outros produtos	3.350	37,8%
Total	8.858	100,0%



Exportações em US\$ milhões. Fonte: Centro de Investimentos e Comércio Internacional da OCDE. Última atualização: Abr 2013.
[1] - Os dados não incluem as importações de petróleo bruto e refinado do Irã, o Vietnã e o Vietnã, pois o Iêmen não possui acesso ao mar.

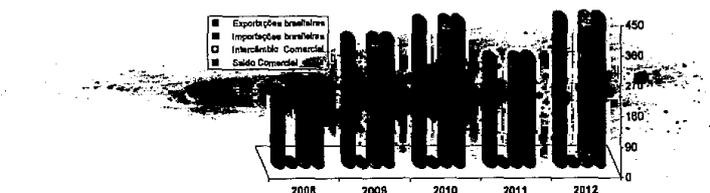
Cereais (trigo, arroz e milho), combustíveis (óleo de petróleo refinado) e automóveis foram os principais produtos importados pelo Iêmen em 2012, representando mais de 1/3 das compras do país (35,5%). Seguiram-se máquinas mecânicas (5,3%); e açúcar (5,2%).

BRASIL-IÊMEN: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)
Exportações brasileiras	215	366	416	308	426	221	208
Variação em relação ao ano anterior	32,4%	70,5%	13,8%	-26,1%	38,4%	62,9%	-5,6%
Importações brasileiras	0,77	0,00	0,00	0,01	0,44	0,00	0,01
Variação em relação ao ano anterior	(+)	-99,8%	34,0%	596,7%	(+)	-97,5%	(+)
Intercâmbio Comercial	216	367	416	307	427	221	208
Variação em relação ao ano anterior	33,1%	69,9%	13,6%	-26,2%	38,8%	62,9%	-5,6%
Saldo Comercial	214	366	416	308	425	221	208

Elaborado pelo IBR, do IBR/IBIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do NDIC/SECEX/Aleceb

O Iêmen foi o 73º parceiro comercial brasileiro em 2012, participando com 0,09% do total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 97,7%, de US\$ 216 milhões para US\$ 427 milhões. As exportações cresceram 98,3% e as importações reduziram-se em 42,5%. No período analisado, o saldo da balança comercial brasileira foi superavitária, tendo alcançado, em 2012, total de US\$ 425 milhões.



BRASIL-IÊMEN : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	116,0	27,2%
Semimanufaturados	0,1	0,0%
Manufaturados	309,7	72,7%
Transações especiais	0,0	0,0%
Total	425,7	100,0%

As exportações brasileiras para o Iêmen são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 72,7% do total em 2012, com destaque para açúcar refinado. Seguiram-se os básicos, com 27,2%, com destaque para carnes de frango.

Elaborado pelo IBR, do IBR/IBIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do IBIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	0,00	0,0%
Semimanufaturados	0,00	0,0%
Manufaturados	0,44	100,0%
Total	0,44	100,0%

A pauta importadora foi composta integralmente por bens manufaturados. Unidades de discos magnéticos foram os principais produtos importados pelo Brasil em 2012.

Elaborado pelo IBR, do IBR/IBIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do IBIC

BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Iêmen, 2012
			Valor	% no total	
Açúcar	299	168	302	71,0%	
Carnes	95	89	115	26,9%	
Máquinas mecânicas	1	0	2	0,5%	
Subtotal	395	257	419	98,4%	
Outros produtos	21	51	7	1,6%	
Total	416	308	426	100,0%	

Elaborado pelo IBGE/ANVIA. Dados de Importações e Exportações, com base em dados do MDT/SECEX/Ministério

Açúcar, principalmente açúcar refinado, foi o principal produto brasileiro exportado para o Iêmen em 2012, representando 70% da pauta. Seguiram-se carnes de frango (27% do total).

BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Iêmen, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	0	9	393	88,8%	
Máquinas elétricas	0	2	49	11,0%	
Materias albuminóides	0	0	1	0,2%	
Subtotal	1	11	443	99,9%	
Outros produtos	1	3	0	0,1%	
Total	2	14	443	100,0%	

Elaborado pelo IBGE/ANVIA. Dados de Importações e Exportações, com base em dados do MDT/SECEX/Ministério

A pauta de importação brasileira originária do Iêmen é composta por bens com alto valor agregado. As máquinas mecânicas, especificamente unidades de discos magnéticos e partes e acessórios para máquinas automáticas de processamento de dados, representaram 88,8% do total das compras brasileiras em 2012. Outros aparelhos para telefonia e telegrafia e discos para reprodução de fenômenos de som e imagem representaram 11% do total.

BRASIL-IÊMEN: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012(jan-jun)		2013(jan-jun)		Exportações bras. para o Iêmen em 2013 (jan-jun)
	Valor	% no total	Valor	% no total	
Exportações					
Açúcar	157	71,0%	114	54,6%	
Carnes	60,6	27,4%	78	37,7%	
Cereais	0	0,0%	10	4,9%	
Fumo	0	0,0%	2	0,9%	
Subtotal	217	98,5%	204	98,0%	
Outros produtos	3	1,5%	4	2,0%	
Total	221	100,0%	208	100,0%	
Importações					
Máquinas mecânicas	0,000	0,0%	0,006	59,9%	
Máquinas elétricas	0,000	0,0%	0,004	38,8%	
Subtotal	0,000	0,0%	0,010	98,7%	
Outros produtos	0,000	100,0%	0,000	1,3%	
Total	0,000	100,0%	0,010	100,0%	

Elaborado pelo IBGE/ANVIA. Dados de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDT/SECEX/Ministério

Aviso nº 605 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

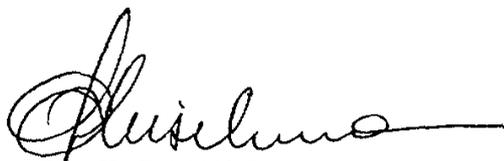
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF,

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 66, de 2013 (Mensagem nº 307, de 29 de junho de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de PEDRO FERNANDO BRETAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.



RELATOR: Senador **GIM**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer do Senhor PEDRO FRENANDO BRETAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos

início à análise curricular do Senhor Ministro de Primeira Classe, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério.

Consta no documento que o Ministro Pedro Fernando Bretas Bastos entrou para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, em 1970, e para o de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, três anos após. Em 1977, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco, tornando-se Terceiro-Secretário no ano consecutivo. No mesmo Instituto, cursou o Curso de Aperfeiçoamento à Carreira Diplomática (1981) e o Curso de Altos Estudos (1994), pelo qual defendeu a tese “Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança. Considerações sobre as Relações com o Brasil”.

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência da Divisão da América Central e Setentrional (1978); a coordenadoria-executiva do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1990); a chefia da Divisão da América Meridional-I (1999); a Assessoria Especial do Gabinete do Ministro dos Transportes (2005) e a Direção da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência desta Casa Parlamentar (2005).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros em Washington (1981); Lisboa (1984 e 1992); Lagos (1987); e Assunção (1996). Figurou, ainda, como Representante Político Alterno do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (1999); Chefe de delegação junto à XXVIIIª à XXXIIIª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (1999 a 2004); Coordenador de Delegação junto às Reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-Santo Tomé (COMAB) (1999 a 2004); Representante do Governo Brasileiro junto ao Conselho Superior de Preparação do Projeto Aquífero Guarani (CSPP) (2000 a 2003); Chefe da delegação brasileira junto às Reuniões da Comissão do Acordo de Transportes Fluviais pela Hidrovia Paraguai-Paraná (2002 a 2004); Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) junto à Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da bacia do Rio Quarai (CLQ) (2002 a 2004); Representante do MRE junto às Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética entre Brasil e Argentina (2003 e 2004); Representante do MRE



junto ao Grupo de Trabalho para a Construção da Hidrelétrica de Garabi, Rio Grande do Sul (2004).

Em razão de sua excelência no desempenho de suas funções, o Senhor Pedro Fernando Bretas Bastos foi laureado com as seguintes comendas: Ordem de Mayo, Argentina, grau de Oficial (1990); Ordem do Mérito, Portugal, grau de Oficial (1990); Ordem Condor de los Andes, Bolívia, grau de Cavaleiro (1990); Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1990); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (1994); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Comendador (2000); Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, grau de Grande Oficial (2001); Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2006); Ordem do Mérito Naval, grau de Grande Oficial (2012); Ordem do Mérito Militar, grau de Grande Oficial (2013).

O país para o qual o Ministro Pedro Fernando Brêtas Bastos é indicado para assumir a função de Embaixador, o Canadá, é norte-americano. Seu sistema político é uma monarquia constitucional parlamentarista, com Poder Legislativo bicameral, cujo chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II e o chefe de governo o Primeiro-Ministro Stephen Harper. O contingente brasileiro naquele país é de 30 mil pessoas e o fluxo comercial, de US\$ 6.152 milhões, é praticamente igualitário em termos de exportações e importações, sendo o Canadá o principal destino de investimentos brasileiros no exterior (US\$ 18 bilhões) e será o principal destino de estudantes beneficiados pelo programa Ciências Sem Fronteiras (12 mil, nos próximos 4 anos). A cooperação bilateral em comércio e investimentos, infraestrutura, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa e segurança é vasta.

Assim descreve a Chancelaria os pontos de convergência entre os países:

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. Ambos detêm identidade de princípios e valores; são sociedades democráticas multiétnicas e multiculturais, com dois dos maiores



territórios do mundo (5º e 2º, respectivamente); possuem duas das maiores economias do mundo (6ª e 11ª), que demonstram resiliência diante das incertezas da economia global e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de bens e serviços de exportação; possuem expressivas reservas de água doce; são grandes produtores de alimentos e energia; e compartilham desafios e oportunidades pois vastas parcelas de seus territórios contam com baixa densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas (Amazônia e Ártico canadense).

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 66, DE 2013** **(nº 307/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Os méritos do Senhor Pedro Fernando Brêtas Bastos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um ministro de Estado, com uma inicial grande e decorativa.

EM nº 00197/2013 MRE

Brasília, de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e curriculum vitae de **PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00197 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 07 de junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

CPF.: 16129512791

ID.: 7251 MRE

1947 Filho de Pedro Brêtas Bastos e Alda Dutra Corrêa Bastos, nasce em 5 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1970 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil/RJ
 1973 Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas/RJ
 1977 CPCD – IRBr
 1981 CAD – IRBr
 1994 CAE - IRBr, Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança. Considerações sobre as Relações com o Brasil

Cargos:

1978 Terceiro-Secretário
 1980 Segundo-Secretário
 1986 Primeiro-Secretário
 1991 Conselheiro
 1999 Ministro de Segunda Classe
 2005 Ministro de Primeira Classe
 2012 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1978 Divisão da América Central e Setentrional, Assistente
 1981 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
 1984 Embaixada em Lisboa, Segundo e Primeiro-Secretário
 1987 Embaixada em Lagos, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Comissionado
 1990 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
 1992 Embaixada em Lisboa, Conselheiro
 1996 Embaixada em Assunção, Conselheiro
 1999 Divisão da América Meridional-I, Chefe
 1999 Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), Representante Político Alternado do MRE (1999 a 2004)
 1999 XXVIIIª a XXXIIIª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação (1999 a 2004)
 1999 Reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-Santo Tomé (COMAB), Coordenador da delegação (1999 a 2004)
 2000 Conselho Superior de Preparação do Projeto Aquífero Guarani (CSPP), Representante do Governo brasileiro (2000 a 2003)
 2002 Reuniões da Comissão do Acordo de Transportes Fluviais pela Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação, (2002 a 2004)
 2002 Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CLQ), Representante do MRE (2002 a 2004)
 2002 Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), Representante do MRE (2002 a 2004)
 2003 Reuniões do do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética entre Brasil e Argentina, Representante do MRE (2003 e 2004)
 2004 GT para a Construção da Hidrelétrica de Garabi, Rio Grande do Sul, Representante do MRE
 2005 Ministério dos Transportes, Gabinete, Assessor Especial
 2005 Senado Federal, Presidência do Senado, Secretaria de Relações Internacionais, Diretor
 2008 Embaixada em Dublin, Embaixador

Condecorações:

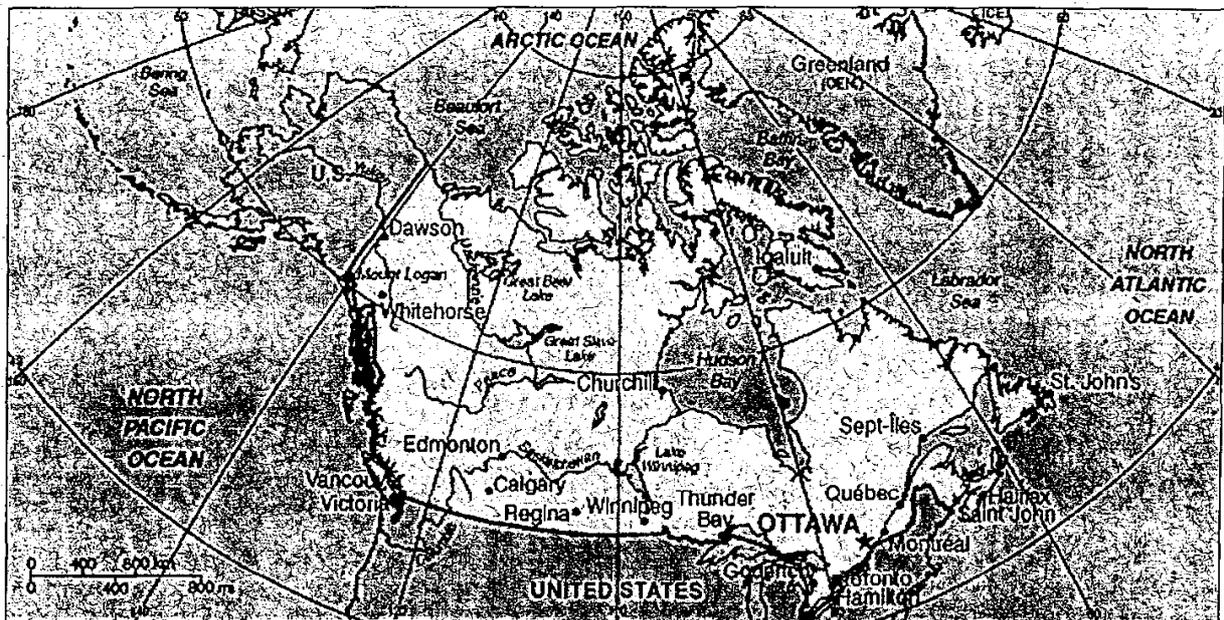
1990	Ordem de Mayo, Argentina, Oficial
1990	Ordem do Mérito, Portugal, Oficial
1990	Ordem Cóndor de los Andes, Bolívia, Cavaleiro
1990	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1994	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem Bernardo O`Higgins, Chile, Grande Oficial
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2012	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2013	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CANADÁ



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Canadá
CAPITAL	Ottawa
ÁREA	9.984.670 km ² (segundo maior país do mundo)
POPULAÇÃO (2011)	34,03 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (42,6%), protestantes (23,3%), outros grupos cristãos (4,4%), muçulmanos (1,9%), outras (11,8%); ateus (16%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista (Estado Federal)
PODER LEGISLATIVO	Poder Legislativo Bicameral (Senado e Câmara dos Representantes)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, David Johnston (desde 01/10/2010)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Stephen Harper (desde 06/02/2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	John Baird (desde 18/05/2011)
PIB (2011)	US\$ 1,7 trilhão (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 1,4 trilhão (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2011)	US\$ 50.435 (Brasil: US\$ 12.789)
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)	US\$ 40.541 (Brasil: US\$ 11.769)
CRESCIMENTO DO PIB	2,2% (est. 2013); 2% (est. 2012); 2,5% (2011); 3,2% (2010); -2,8% (2009); 0,7% (2008); 2,2% (2007)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar canadense
EXPECTATIVA DE VIDA	81 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,5%
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (2012)	0,911 (11º entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
EMBAIXADOR EM OTTAWA	Piragibe dos Santos Tarragô
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jamal Khokhar
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Aproximadamente 30 mil pessoas

Intercâmbio Comercial (US\$ milhões FOB) – fonte: MDIC

Brasil - Canadá	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	1.730,1	2.068,6	2.966,2	3.474,7	4.070,2	5.076,6	3.314,0	5.035,2	6.685,5	6.152
Exportações	979,8	1.202,3	1.947,2	2.280,7	2.361,7	1.866,2	1.712,2	2.321,1	3.129,5	3.079,9
Importações	750,3	866,3	1.019,0	1.194,0	1.708,5	3.210,4	1.601,8	2.714,1	3.556,0	3.072,1
Saldo	229,5	336	928,2	1.086,7	653,2	-1.344,2	110,4	-393,0	-426,5	7,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Johnston **Governador-Geral do Canadá** **(Representante da Rainha Elizabeth II no Canadá)**

Nascido em Sudbury, Ontário, em 1941, David Johnston é anglicano. Formou-se em Harvard ("*Bachelor of Arts*") em 1963, especializando-se posteriormente em Direito, tanto na Universidade de Cambridge (1965) como na Universidade de Queen's (1966).

Tem extensa carreira acadêmica, especializando-se em Direito Corporativo, Regulação, Políticas Públicas e Direito da Tecnologia da Informação. Foi professor das universidades de Queen's e de Toronto até 1974, quando se tornou reitor da Escola de Direito da Universidade de Western Ontário. Em 1979, assumiu como Diretor da Universidade de McGill, exercendo o cargo até 1994. Em 1999, tornou-se Presidente da Universidade de Waterloo, cargo que ocupou até outubro de 2010. Durante seu mandato, Johnston contou com o apoio do Governo e do setor privado para modernizar a Universidade de Waterloo, o que contribuiu para transformar a região de Waterloo no principal polo de alta tecnologia do Canadá. Também atuou em diversas funções públicas, principalmente em nível provincial, tanto em Governos liberais quanto conservadores, e integrou o Conselho de Administração de diversas companhias.

Em 1º de outubro de 2010, Johnston tornou-se Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. O Governador-Geral é o representante da Rainha Elizabeth II, na qualidade de Chefe de Estado do Canadá.

Em abril de 2012, o Governador-Geral – a mais alta autoridade canadense do Poder Executivo, representante direto da Rainha Elizabeth II – David Johnston visitou oficialmente o Brasil.

Stephen Harper **Primeiro-Ministro do Canadá**

Nasceu em 30 de abril de 1959 em Toronto, Ontário. Mudou-se para Edmonton (na província de Alberta), para trabalhar no setor de comunicações da petrolífera canadense Imperial Oil. Em 1985, formou-se em Economia pela Universidade de Calgary. Em 1993 obteve, pela mesma Instituição, o título de Mestre em Economia. Nesse mesmo período, elegeu-se Deputado por Calgary Oeste, permanecendo no cargo até 1997.

Em 2003, Harper liderou os esforços de unir a Aliança Canadense com o Partido Conservador Progressista em um único partido de direita. Esses esforços resultaram na criação do Partido Conservador do Canadá, do qual Harper foi escolhido líder em janeiro do ano seguinte.

Nas eleições federais de 2004, o Partido Conservador foi o segundo mais votado, atrás apenas do Partido Liberal. Este resultado fez de Harper o principal líder opositor. Nas eleições de 2006, o Partido Conservador obteve o maior número de votos, embora não tenha atingido a maioria. Assim, Harper formou um Governo de minoria e, em fevereiro de 2006, assumiu o posto de Primeiro-Ministro. Em 2008, convocou novas eleições com o objetivo de obter maioria no Parlamento. Embora o Partido Conservador tenha aumentado seu número de deputados, não foi capaz de obter a maioria e assim, liderou um Governo de minoria até maio de 2011. Em maio de 2011, após as eleições, Harper é reconfirmado no cargo como Primeiro-Ministro e, pela primeira vez, governa com maioria no Parlamento.

O Primeiro-Ministro Stephen Harper visitou oficialmente Brasília em agosto de 2011.

John Baird **Ministro das Relações Exteriores**

Nascido em 26 de maio de 1969, na Província de Ontário, John Baird foi eleito pela primeira vez para a Câmara dos Comuns em 2006, e reeleito em 2008 e em 2011. Em fevereiro de 2006, Baird assumiu como Presidente do Conselho do Tesouro (*Treasury Board*) – como tal, implementou o novo *Federal Accountability Act* tanto na Câmara dos Comuns como no Senado. Em janeiro de 2007, foi nomeado Ministro do Meio Ambiente e, em outubro de 2008, Baird tornou-se o Ministro do Transporte e Infraestrutura, tendo sido a força motora de 12.000 projetos de infraestrutura em todo o país. Em agosto de 2010, foi nomeado líder do governo na Câmara dos Comuns – ademais, entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, foi Ministro do Meio Ambiente.

John Baird, antes de estreiar no cenário político federal, foi representante da região de Nepean-Carleton, Província de Ontário (1995 a 2005). No decorrer desse período, Baird foi líder de governo local e atuou como Secretário da Comunidade e Serviços Sociais, de Energia, de Assuntos Francófonos e de Serviços para Crianças e Adolescentes.

John Baird é formado em Ciências Políticas pela Universidade de Queen's.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. Ambos detêm identidade de princípios e valores; são sociedades democráticas multiétnicas e multiculturais, com dois dos maiores territórios do mundo (5º e 2º, respectivamente); possuem duas das maiores economias do mundo (6ª e 11ª), que demonstram resiliência diante das incertezas da economia global e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de bens e serviços de exportação; possuem expressivas reservas de água doce; são grandes produtores de alimentos e energia; e compartilham desafios e oportunidades pois vastas parcelas de seus territórios contam com baixa densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas (Amazônia e Ártico canadense).

As relações entre Brasil e Canadá, atualmente, são marcadas pelo diálogo político e por uma ampla agenda de cooperação em comércio e investimentos; infraestrutura; energia; meio ambiente; educação; ciência, tecnologia e inovação; defesa; e segurança. O Canadá é o principal destino de investimentos brasileiros no exterior, abrigando o estoque acumulado de US\$ 18 bilhões; e será o segundo principal destino de estudantes beneficiados pelo programa Ciência sem Fronteiras, ao receber 12 mil alunos brasileiros nos próximos quatro anos.

O dinamismo do relacionamento Brasil-Canadá tem se refletido no grande número de visitas bilaterais de alto nível ocorridas nos últimos dois anos, com destaque para a missão de vice-Ministros canadenses ao Brasil, em março de 2009; a visita de altas autoridades de 16 Ministérios e órgãos federais brasileiros, em outubro de 2010, tendo à frente o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota; a visita do vice-Chanceler canadense ao Brasil, em novembro de 2010, para a realização da Reunião de Consultas Políticas de Alto Nível; a visita do Ministro de Comércio Internacional, Edward Fast, em junho de 2011; a visita do Primeiro-Ministro Stephen Harper ao Brasil, em agosto de 2011; a visita do Governador-Geral David Johnston ao Brasil, em abril de 2012; e a visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Canadá em outubro de 2012, para a primeira reunião do Diálogo de Parceria Estratégica.

O Diálogo de Parceria Estratégica, conduzido pelos chanceleres dos dois países, tem por objetivo passar em revista a agenda bilateral e dar diretrizes para a implementação da agenda Brasil-Canadá, além de promover diálogo sobre temas regionais e globais. Outros dois importantes mecanismos de consulta e cooperação são: o Diálogo Político-Militar, cuja primeira reunião foi realizada em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro de 2010, no formato 2+2 (Relações Exteriores e Ministérios da Defesa); e o

Foro de Altos Empresários. Ressalte-se que, da seção brasileira do Foro, participam a Vale (presidência), MMX, Embraer, Gerdau e Ambev, ao passo que, da seção canadense, participam o Scotiabank (presidência), Blackberry, Kinross Gold (mineração), Weatherhaven (abrigos pré-fabricados), Bombadier, Brookfield Asset Management e Led Roadway Lighting (iluminação e design).

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Canadá é estimada em 30 mil pessoas, havendo predomínio de brasileiros com nível superior completo. As principais cidades onde tal comunidade se encontra são, pela ordem, Toronto, Montreal e Vancouver. Além da Embaixada em Ottawa, há no Canadá mais 4 postos de representação diplomática do Brasil: os Consulados-Gerais em Toronto, cujo chefe é o Embaixador Afonso José Sena Cardoso; Montreal, cujo Chefe é o Embaixador Oswaldo Eurico Balthazar Portella; Vancouver, cujo chefe é o Embaixador Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobriaho; e a Delegação Brasileira junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), cujo chefe é o Embaixador Jorge d'Escragnolle Taunay Filho.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos do Canadá sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Em maio de 2011, Stephen Harper, do Partido Conservador (PC), Primeiro-Ministro desde 2006, conseguiu a maioria parlamentar. Os Novos Democratas (NDP), liderados por Thomas Mulcair, assumiram a posição de partido oficial da oposição, função desempenhada anteriormente pelo Partido Liberal (PL).

Poder Legislativo

O Parlamento do Canadá (em inglês *Parliament of Canada*; em francês *Parlement du Canada*) constitui o Poder Legislativo do Governo do Canadá, sediado na Parliament Hill, na capital do país, Ottawa, província de Ontário. De acordo com o Ato da América do Norte Britânica de 1867, como o Canadá é uma monarquia democrática, o Parlamento é composto pelo monarca do Reino Unido, o Senado e a Casa dos Comuns.

O monarca, como Chefe de Estado do país, é representado oficialmente pelo Governador-Geral. Este aprova os 105 membros do Senado, políticos indicados pelo Primeiro-Ministro do Canadá. Os 308 membros da Câmara dos Comuns são eleitos diretamente pela população do país, e cada um representa um dos 308 distritos eleitorais em que o país está dividido.

A Câmara dos Comuns, ou Câmara Inferior, é o ramo dominante do Parlamento do Canadá. Já o Senado, ou Câmara Superior, raramente se opõe à Câmara dos Comuns, e as tarefas do monarca e do Governador-Geral são puramente cerimoniais e simbólicas. O Primeiro-Ministro e o Gabinete precisam ter o suporte da maioria dos membros da Câmara dos Comuns para permanecer em ofício, mas não da confiança do Senado ou do monarca. O Senado tem por função rever a legislação, e a monarquia fornece a aprovação real às leis.

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia canadense tornou-se mais assertiva desde que o Partido Conservador obteve maioria parlamentar e assumiu o Governo, em 2011. Isso deu ao Primeiro-Ministro Stephen Harper e ao Chanceler John Baird lastro para uma articulação de duas vertentes na frente externa: a diretriz diplomática de “princípios e valores”, e a ênfase no comércio para resguardar-se da instabilidade econômica global.

No plano comercial, o Canadá busca a diversificação de mercados por meio de negociação de acordos de livre comércio e investimentos (e.g., MERCOSUL, Índia, União Europeia, Coreia do Sul, Jordânia, Marrocos, etc). O Canadá vem procurando ampliar as relações com a China, vista como potencial mercado para exportações canadenses, em especial de hidrocarbonetos do Oeste canadense. Também busca articular-se com foros de diálogo e/ou negociação econômico-comercial, a exemplo da “Trans-Pacific Partnership” (TPP), Aliança do Pacífico, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e Cooperação

Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC). Expandiu a rede de escritórios comerciais, com a abertura de representações no Brasil, China e Índia.

Nas Américas, o Governo canadense age conforme os três pilares da “Iniciativa para as Américas”, lançada pelo Primeiro Ministro Harper em 2007: comércio e investimentos, governança democrática e segurança.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Canadá sustenta trajetória de crescimento anual em torno de 2%, e taxa de desemprego de 7,3%, a despeito da conjuntura de incerteza da economia global. Esse desempenho singulariza o país entre seus pares da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O Governo tem enfrentado com êxito o desafio de equacionar a meta de corte pela metade do déficit público, no biênio 2012/14, com medidas de estímulo para manter a atividade econômica, ante as periódicas turbulências provocadas pela instabilidade das economias dos países da zona do euro, a modesta recuperação dos EUA e a desaceleração dos emergentes, especialmente a China.

Para uma economia sob austeridade fiscal e altamente dependente do comércio exterior, como a canadense, o desempenho modesto que se observa desde a crise de 2008 pode, contudo, ser considerado um feito notável.

Comércio exterior do Canadá

O Canadá tem envidado esforços para a diversificação de sua matriz comercial, buscando intensificar a presença em mercados com alto potencial de crescimento, como a China e outros países emergentes.

As exportações canadenses somaram US\$ 454,8 bilhões FOB em 2012. Mais de 74% das exportações canadenses destinam-se aos Estados Unidos, seguidos de longe por China (4,3%), Reino Unido (4,1%), Japão (2,3%) e México (1,2%). As vendas para a União Europeia somaram 9%. Em relação à estrutura da pauta de exportações, os principais grupos exportados são combustíveis e lubrificantes (25,5% do total); automóveis e autopeças (13,5%); máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos (7,2%); e ouro e pedras preciosas (5%). As exportações canadenses de aviões e helicópteros somaram cerca de US\$ 10,3 bilhões (2,3% do total).

Em 2012, as importações canadenses somaram US\$ 462,2 bilhões. Os principais fornecedores do Canadá foram Estados Unidos (51%); China (11%); México (5,5%); Japão (3,3%); e Alemanha (3,1%).

As aquisições canadenses originárias da União Europeia somaram 12%. Os cinco principais grupos de produtos importados foram automóveis (15,3%); máquinas mecânicas (14,6%); combustíveis (11,1%); máquinas elétricas (9,8%) e ouro e pedras preciosas (3,3%).

Mesmo em face dos bons resultados das exportações canadenses nos três últimos anos, o saldo comercial do país tem sido deficitário. Em 2011, o país teve déficit comercial de US\$ 0,1 bilhão. Em 2012, o déficit comercial aumentou para US\$ 7,4 bilhões.

Relações comerciais Brasil-Canadá

De 2007 a 2011, o intercâmbio comercial bilateral cresceu em média 13,2% ao ano. Em 2012, os fluxos de comércio alcançaram US\$ 6,1 bilhões, com redução de 7,98% em relação a 2011. O Canadá foi o 10º parceiro comercial do Brasil entre os países desenvolvidos, representando 3,1% do comércio brasileiro com esse grupo de países.

a) Principais grupos de produtos exportados para o Canadá 2012 (US\$ FOB)

Discriminação	US\$ milhões	Participação
Óleos brutos de petróleo	714	23,20%
Alumina calcinada	608	19,76%
Açúcares e produtos de confeitaria	476	15,48%
Ouro para uso não monetário	152	4,94%

Fonte: MDIC/SECEX/Aliceweb – fevereiro de 2013.

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para o Canadá tiveram desempenho positivo, com crescimento médio de 7,3% ao ano. Em 2011, os embarques brasileiros alcançaram o valor de US\$ 3,1 bilhões, o que representou expansão de 34,8% em relação a 2010. Em 2012, as exportações caíram para US\$ 3,079 bilhões, o que significou uma redução de 1,58% com relação ao ano anterior. O Canadá foi o 11º destino das exportações brasileiras entre os países desenvolvidos, e o 19º no mundo. A pauta de exportações brasileiras para o Canadá é majoritariamente composta por produtos manufaturados, que, em 2012, corresponderam a 45,7% do total. Alumina calcinada foi o principal produto manufaturado embarcado, representando 19,76 % do total.

b) Principais grupos de produtos importados, originários do Canadá – 2012 (US\$ FOB)

Discriminação	US\$ milhões	Participação
Adubos ou fertilizantes	1.092,08	35,55%
Hulha betuminosa (carvão)	338,24	11,01%
Papel jornal	188,02	6,12%
Automóveis	136,04	4,43%
Minérios de cobre	77,93	2,54%

Fonte: MDIC/SECEX/Aliceweb – fevereiro de 2013

Nos últimos cinco anos, as importações brasileiras originárias do Canadá cresceram, em média, 20,1% ao ano. Em 2011, somaram US\$ 3,5 bilhões, o que representou crescimento de 30,9% em relação a 2010. Em 2012 caíram 13,61% e atingiram US\$ 3,072 bilhões. O Canadá foi a 11ª origem das importações brasileiras entre os países desenvolvidos e a 21ª no mundo. Em 2012, os produtos manufaturados corresponderam a 46,1% do total da pauta de importações. Os principais produtos importados foram adubos/fertilizantes, que corresponderam a 35,55% da pauta.

De 2007 a 2011, o resultado da balança comercial bilateral foi superavitário para o Brasil apenas em 2007 (US\$ 653,2 milhões) e em 2009 (US\$ 110,3 milhões). Em 2008 (US\$ - 1,3 bilhão), em 2010 (US\$ - 393 milhões) e em 2011 (US\$ - 426,5 milhões), o Brasil foi deficitário com o Canadá. Em 2012, a balança comercial foi ligeiramente superavitária para o Brasil, atingindo o saldo de US\$ 7,8 milhões. O resultado deveu-se a uma redução de 1,58% nas exportações brasileiras para o Canadá em 2012, por sua vez, compensada pela queda de 13,61% das importações brasileiras de produtos canadenses.

Investimentos Brasil-Canadá

O intercâmbio de investimentos diretos entre o Brasil e o Canadá apresentou grande crescimento de 2010 para 2011. Enquanto os ingressos de investimentos canadenses no Brasil totalizaram, em 2011, US\$ 1,78

bilhão (+ 138%), os investimentos brasileiros diretos no Canadá somaram US\$ 1,33 bilhão, em comparação com apenas US\$ 12 milhões em 2010.

De acordo com estatísticas do governo canadense, o Brasil é a sexta maior fonte de investimento direto no Canadá, tendo alcançado estoque de US\$ 18,63 bilhões em investimentos naquele país. Outras grandes empresas que têm ampliado a presença do Brasil no Canadá são GERDAU, VOTORANTIM CIMENTOS, INBÉV e VALE.

No que se refere ao estoque de investimento direto canadense no Brasil, os dados do Banco Central do Brasil (BCB) situam o Canadá na 12ª posição entre os maiores investidores no Brasil, com US\$ 13,89 bilhões acumulados em 2010 (ante US\$ 9,7 bilhões, segundo a estatística canadense). Os principais setores de destino desses investimentos são os de extração de minério de metais preciosos, comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (hipermercados e supermercados), fabricação de álcool, atividades imobiliárias de imóveis próprios e aquelas relacionadas à organização do transporte de carga.

Investimentos Bilaterais

	Estoque		Fluxo					2012 (jan-ago)
	2005	2010	2007	2008	2009	2010	2011	
Origem Canadá	6.690	13.896	818	1.438	1.371	751	1.789	1.450
Origem Brasil	41	1.976	2	33	10	12	1.330	17

Dados do Banco Central do Brasil

OBS: De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), um investimento é considerado direto quando o investidor adquire 10% ou mais das ações ordinárias ou do poder de voto de uma empresa no exterior

OBS: O estoque de investimento se refere ao valor de mercado das empresas estrangeiras instaladas no Brasil na data de referência. O fluxo de investimento consiste nas transferências efetivas de capital em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

ANEXOS

Cronologia histórica

ANO	Eventos
1812	Invasão pelos Estados Unidos; guerra termina com vitória britânica
1867	Criada a Confederação do Canadá; política externa permanece sob controle britânico
1896	Descoberta de ouro
1902	Canadá participa da II Guerra dos Boers, na África do Sul, ao lado dos ingleses
1914	I Guerra Mundial: apoio aos britânicos estimula nacionalismo no Quebec francês
1920	Primeiras descobertas de petróleo na região Norte do país
1929	Crise econômica provoca restrições à imigração de origem asiática
1931	Estatuto de Westminster estabelece soberania do Canadá sobre suas relações externas
1942	II Guerra Mundial; forças canadenses participam do desembarque na Normandia
1949	Canadá é membro fundador da OTAN
1954	Levantadas barreiras à imigração chinesa e ampliado o acesso de imigrantes ao país
1956	Na crise de Suez, Canadá apoia esforços de paz e criação dos "boinas azuis" da ONU
1964	Suprimidas leis que restringiam a imigração baseada em critérios étnicos
1969	Francês torna-se língua oficial no país, ao lado do inglês
1970	Atentados terroristas praticados pelo " <i>Front de Libération du Québec</i> "
1974	Aumenta a pesquisa e a produção de petróleo e gás
1975	Após reunião de Rambouillet, forma-se o G-7, com participação do Canadá
1980	Maioria do Quebec rejeita a independência da província em plebiscito
1982	Suprimidos direitos remanescentes do Reino Unido pelo "Canada Act"
1982	Constituição reconhece direitos de grupos indígenas (" <i>first nations</i> ", os povos originários; <i>inuit</i> (esquimós); e <i>métis</i> , mestiços)
1987	Tentativa de maior autonomia para províncias; conflitos em reservas indígenas
1987	Criada Área de Livre Comércio com os EUA
1989	Ingresso na Organização dos Estados Americanos (OEA)
1994	Entra em vigor o NAFTA, área de livre comércio da América do Norte
1995	Plebiscito decide manter, por estreita margem, o Quebec parte do Canadá
2001	Canadá envia tropas ao Afeganistão

2002	Canadá envia tropas ao Iraque
2006	Eleições dão vitória ao Partido Conservador (reeleição em 2008)
2007	Elevação dos preços do petróleo valoriza “areias betuminosas” da região de Alberta
2011	Canadá participa da coalização da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia
2011	Nova vitória do Partido Conservador nas eleições, desta vez com maioria parlamentar
2012	Canadá fecha sua Embaixada em Teerã e exige que o Irã feche sua Embaixada em Ottawa

Cronologia das relações bilaterais

1866 – Abertura do primeiro escritório comercial do Canadá no Brasil
1876 – Visita do Imperador Dom Pedro II ao Canadá
1896 – No dia 15 de setembro, o navio Moravia partiu do porto de Montreal com destino a Santos, levando a bordo quase 500 moradores daquela cidade, recrutados como imigrantes pelo estado de São Paulo
1941 - Brasil abre missão diplomática em Ottawa. O primeiro Embaixador do Brasil no Canadá foi João Alberto Lins de Barros
1944- Abertura da Embaixada do Canadá no Brasil. Jean Désy foi o primeiro Embaixador do Canadá no Brasil
1996 – Contencioso Brasil-Canadá (Embraer-Bombardier) na Organização Mundial do Comércio (OMC)
1998- Visita do Primeiro-Ministro canadense Jean Chrétien ao Brasil
2001 – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Canadá
2004 – Visita do Primeiro-Ministro canadense Paul Martin ao Brasil
2011 – Visita do Primeiro-Ministro canadense Stephen Harper ao Brasil
2012 – Visita do Governador-Geral do Canadá (mais alta autoridade do Executivo canadense, representante da Rainha Elizabeth II), David Johnston, ao Brasil

Atos bilaterais em vigor

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Tratado de Comércio	17/10/1941	17/04/1943	15/05/1943
Convênio Cultural	24/05/1944	24/05/1944	05/07/1944
Acordo de Radioamadorismo	01/02/1972	01/02/1972	25/02/1972
Acordo de Cooperação Técnica	02/04/1975	06/01/1976	28/01/1976

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Renda	04/07/1984	23/12/1985	27/01/1986
Acordo sobre Transporte Aéreo	15/05/1986	26/07/1990	09/03/1990
Tratado sobre Transferência de Presos	15/07/1992	16/05/1998	15/04/1998
Acordo de Coprodução Audiovisual	27/01/1995	05/01/1999	02/03/1999
Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal	27/01/1995	01/11/2008	23/01/2009
Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/05/1995	22/04/1997	27/05/1998

**Atos bilaterais a ser enviados ao Congresso Nacional
(ainda não em vigor)**

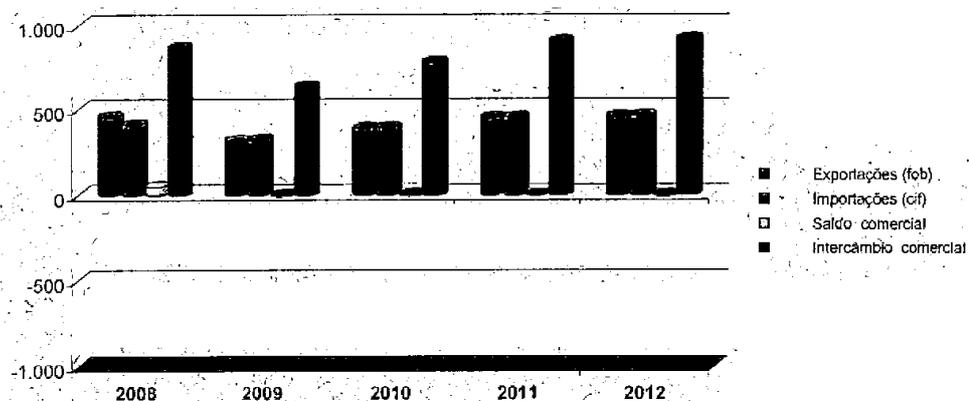
TÍTULO	DATA ASSINATURA	INSTÂNCIA
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá	08/08/2011	Em tramitação (os três Acordos devem ainda ser encaminhados, pela Casa Civil, para a apreciação do Congresso Nacional, antes de sua eventual entrada em vigor)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo	08/08/2011	
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Québec	26/10/2011	

Dados econômico-comerciais

CANADÁ: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	455,6	315,2	386,6	450,4	454,8
Importações (cif)	408,8	321,2	392,1	450,6	462,2
Intercâmbio comercial	864,4	636,4	778,7	901,0	916,9
Saldo comercial	46,9	-6,1	-5,5	-0,1	-7,4

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

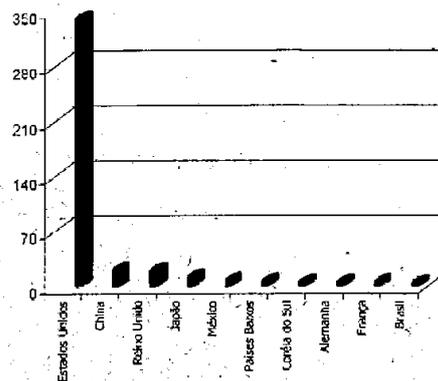


O comércio exterior do Canadá apresentou, em 2012, variação de 6% em relação a 2008, passando de US\$ 864,4 bilhões para US\$ 916,9 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011 (última posição disponível), o Canadá figurou como o 12º mercado mundial, sendo o 13º principal exportador e o 13º importador.

CANADÁ : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Estados Unidos	331,8	73,7%	339,3	74,6%
China	17,0	3,8%	19,3	4,3%
Reino Unido	19,0	4,2%	18,7	4,1%
Japão	10,8	2,4%	10,4	2,3%
México	5,5	1,2%	5,4	1,2%
Países Baixos	4,9	1,1%	4,5	1,0%
Coreia do Sul	5,1	1,1%	3,7	0,8%
Alemanha	3,9	0,9%	3,6	0,8%
França	3,1	0,7%	3,2	0,7%
Brasil	2,9	0,6%	2,6	0,6%
Subtotal	403,9	89,7%	410,6	90,3%
Outros países	46,6	10,3%	44,2	9,7%
Total	450,4	100,0%	454,8	100,0%



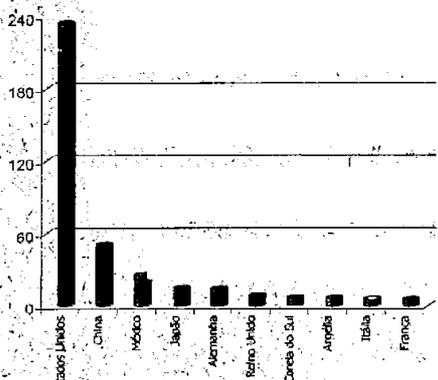
Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da COMIN/CTAD/ITC/CAN/PADE/TradeMap, March 2013

As exportações canadenses são direcionadas em grande parte ao mercado norte-americano, que absorveu 75% do total em 2012. Em seguida posicionaram-se China (4,3%); Reino Unido (4,1%); Japão (2,3%) e México (1,2%). O Brasil obteve o 10º lugar entre os principais destinos das vendas canadenses, com 0,6% do total.

CANADÁ : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Estados Unidos	223,2	49,5%	233,9	50,6%
China	48,7	10,8%	50,7	11,0%
México	24,8	5,5%	25,5	5,5%
Japão	13,2	2,9%	15,0	3,3%
Alemanha	12,9	2,9%	14,3	3,1%
Reino Unido	10,4	2,3%	8,5	1,8%
Coreia do Sul	6,7	1,5%	6,4	1,4%
Argélia	5,5	1,2%	6,0	1,3%
Itália	5,2	1,1%	5,2	1,1%
França	5,6	1,2%	5,0	1,1%
Brasil	3,92	0,9%	4,03	0,9%
Subtotal	360,1	79,9%	374,6	81,0%
Outros países	90,5	20,1%	87,6	19,0%
Total	450,6	100,0%	462,2	100,0%

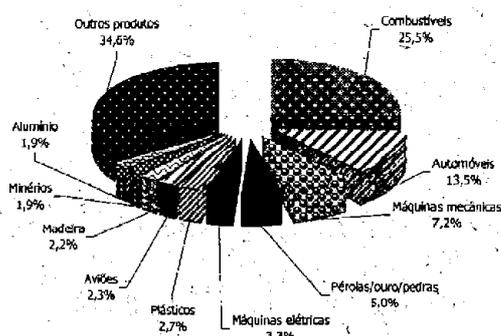


Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da COMIN/CTAD/ITC/CAN/PADE/TradeMap, March 2013

Ao exemplo das exportações, as importações canadenses também são originárias em grande parte dos países dos Estados Unidos, representando 51% do total em 2012. Em segundo lugar posicionaram-se China (11%); México (5,5%); Japão (3,3%); e Alemanha (3,1%). O Brasil foi o 12º principal fornecedor de bens aos pais, com 0,9% do total.

CANADÁ : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2012 - US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	115,9	25,5%
Automóveis	61,3	13,5%
Máquinas mecânicas	32,8	7,2%
Pérolas/ouro/pedras	22,9	5,0%
Máquinas elétricas	15,0	3,3%
Plásticos	12,1	2,7%
Aviões	10,3	2,3%
Madeira	10,0	2,2%
Minérios	8,8	1,9%
Alumínio	8,6	1,9%
Subtotal	297,6	65,4%
Outros produtos	157,2	34,6%
Total	454,8	100,0%

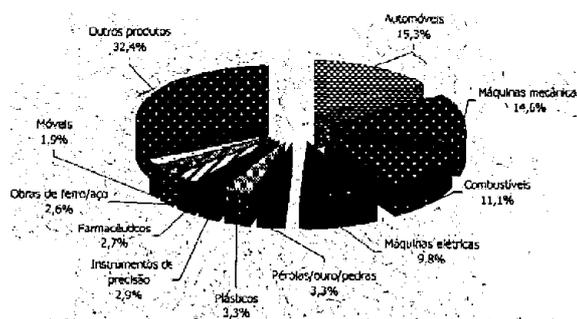


Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da OIU/UNCTAD/ITC/CUI/TRADE/Trademap, March 2013.

A pauta de exportações do Canadá é composta por bens com alto valor agregado. Em 2012, combustíveis, automóveis e máquinas somaram 49,5% do total. Destacaram-se também pérolas/ouro/pedras (5%); plásticos (2,7%); aviões (2,3%); e madeira (2,2%).

CANADÁ : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2012 - US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Automóveis	70,7	15,3%
Máquinas mecânicas	67,4	14,6%
Combustíveis	51,5	11,1%
Máquinas elétricas	45,4	9,8%
Pérolas/ouro/pedras	15,4	3,3%
Plásticos	15,1	3,3%
Instrumentos de precisão	13,5	2,9%
Farmacêuticos	12,3	2,7%
Obras de ferro/aço	12,2	2,6%
Móveis	9,0	1,9%
Subtotal	312,4	67,6%
Outros produtos	149,7	32,4%
Total	462,2	100,0%



Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da OIU/UNCTAD/ITC/CUI/TRADE/Trademap, March 2013.

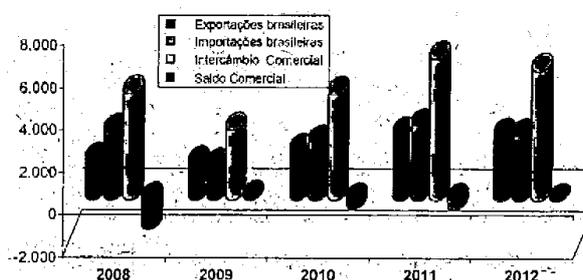
A pauta de importações canadense também é concentrada em três grupos de produtos: automóveis, máquinas e combustíveis. Em 2012, somaram 50,8% do total, seguidos de pérolas/ouro/pedras (3,3%); plásticos (3,3%); instrumentos de precisão (2,9%); produtos farmacêuticos (2,7%) e obras de ferro/aço (2,6%).

BRASIL-CANADÁ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
Exportações brasileiras	1.866	1.712	2.321	3.130	3.080	441	385
Variação em relação ao ano anterior	-21,0%	-8,3%	35,6%	34,8%	-1,6%	-2,4%	-13,3%
Importações brasileiras	3.210	1.602	2.714	3.556	3.072	424	395
Variação em relação ao ano anterior	87,9%	-50,1%	69,4%	31,0%	-13,6%	6,1%	-6,1%
Intercâmbio Comercial	5.077	3.314	5.035	6.686	6.152	865	780
Variação em relação ao ano anterior	24,7%	-34,7%	51,9%	32,8%	-8,0%	1,6%	-9,7%
Saldo Comercial	-1.344	110	-393	-427	8	16	-11

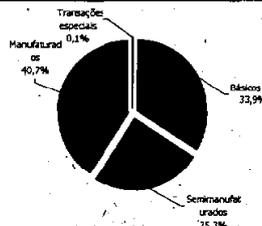
Elaborado pelo MRL/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SI-CFEx/AliceWeb.

O Canadá foi o 17º principal parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 1,32% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 21,2%, de US\$ 5,1 bilhões, para US\$ 6,2 bilhões, crescimento de 65% nas exportações e retração de 4,3% nas importações. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil nos anos de 2008, 2010 e 2011, logrou superávit no ano de 2012, de US\$ 8 milhões.



BRASIL-CANADÁ : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

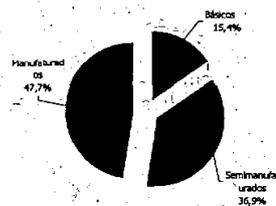
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	1.043	33,9%
Seminanufacturados	778	25,3%
Manufaturados	1.254	40,7%
Transações especiais	4	0,1%
Total	3.080	100,0%



As exportações brasileiras para o Canadá são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 40,7% das vendas em 2012, com destaque para químicos inorgânicos e ouro em barras. Seguiram-se os semimanufacturados com 25,3% e os básicos com 33,9% (destaque para óleos brutos de petróleo).

Elaborado pelo IBRD/DIR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	475	15,4%
Seminanufacturados	1.132	36,9%
Manufaturados	1.465	47,7%
Transações especiais	—	—
Total	3.072	100,0%



Nas importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 47,7% das compras em 2012, seguidos dos semimanufacturados com 36,9% e dos básicos, com 15,4%.

Elaborado pelo IBRD/DIR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-CANADÁ : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012		Exportações brasileiras para o Canadá, 2012
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Combustíveis	335	652	730	23,7%	730	23,7%	730
Químicos inorgânicos	621	743	611	19,8%	611	19,8%	611
Açúcar	375	521	499	16,2%	499	16,2%	499
Pérolas/ouro/pedras	51	147	190	6,2%	190	6,2%	190
Máquinas mecânicas	118	221	162	5,3%	162	5,3%	162
Ferro e aço	109	128	129	4,2%	129	4,2%	129
Minérios	56	60	105	3,4%	105	3,4%	105
Café/chá/especiarias	84	128	102	3,3%	102	3,3%	102
Máquinas elétricas	89	60	80	2,6%	80	2,6%	80
Obras de pedra/gesso/cimento	46	44	47	1,5%	47	1,5%	47
Subtotal	1.884	2.703	2.655	86,2%	2.655	86,2%	
Outros produtos	437	426	425	13,8%	425	13,8%	
Total	2.321	3.130	3.080	100,0%	3.080	100,0%	

Elaborado pelo IBRD/DIR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do MDIC/SECRETARIA.

Óleo bruto de petróleo foi o principal produto brasileiro exportado para o Canadá em 2012, representando 23,7% do total. Seguiram-se os produtos químicos inorgânicos (alumina calcinada) com 19,8%; açúcar (outros açúcares de cana) com 16,2%; pérolas/ouro/pedras (bulhão dourado, para uso não monetário, ouro em barras, fios) com 6,2%; máquinas mecânicas (5,3%); ferro e aço (4,2%).

BRASIL-CANADÁ : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Canadá, 2012
			Valor	% no total	
Adubos	570	1.203	1.094	35,5%	1.094
Combustíveis	393	675	363	11,8%	363
Máquinas mecânicas	322	313	307	10,0%	307
Papel	207	224	209	6,8%	209
Automóveis	71	149	178	5,8%	178
Máquinas elétricas	154	193	146	4,8%	146
Aviões	105	72	110	3,6%	110
Minérios	0	28	78	2,5%	78
Plásticos	72	94	77	2,5%	77
Instrumentos de precisão	64	73	75	2,4%	75
Subtotal	1.958	3.025	2.637	85,8%	
Outros produtos	756	532	435	14,2%	
Total	2.714	3.556	3.072	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPRE/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MPO/SECEX/Alicevés.

Adubos (direto de potássio) foi o principal grupo de produtos canadenses importados pelo Brasil em 2012, representando 35,6% da pauta. Combustíveis (hulhas) representaram 11,8% do total, seguidos de máquinas mecânicas (10%); papel (6,8%); e automóveis (5,8%).

BRASIL-CANADÁ : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)		Exportações brasileiras para o Canadá em 2013 (jan-fev)
		Valor	% no total	
Exportações				
Químicos inorgânicos	88,2	96,2	25,2%	96,2
Combustíveis	137,1	95,4	25,0%	95,4
Açúcar	47,7	51,8	13,5%	51,8
Pérolas/pedras preciosas/ouro	5,9	31,4	8,2%	31,4
Café/chá/especiarias	18,4	15,2	4,0%	15,2
Máquinas mecânicas	41,3	11,1	2,9%	11,1
Ferro e aço	9,2	9,6	2,5%	9,6
Químicos orgânicos	7,0	8,4	2,2%	8,4
Máquinas elétricas	14,9	7,7	2,0%	7,7
Sal; enxofre; cal e cimento	5,5	7,3	1,9%	7,3
Subtotal	375,0	334,0	87,4%	
Outros produtos	65,7	48,3	12,6%	
Total	440,7	382,3	100,0%	

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)		Importações brasileiras originárias do Canadá em 2013 (jan-fev)
		Valor	% no total	
Importações				
Adubos ou fertilizantes	58,6	107,1	26,9%	107,1
Máquinas mecânicas	51,1	84,4	21,2%	84,4
Combustíveis	65,4	41,4	10,4%	41,4
Papel	40,7	29,8	7,5%	29,8
Automóveis	33,1	20,5	5,2%	20,5
Máquinas elétricas	22,1	15,3	3,8%	15,3
Plásticos	11,3	12,8	3,2%	12,8
Instrumentos de precisão	11,9	11,8	3,0%	11,8
Químicos orgânicos	1,6	11,7	2,9%	11,7
Aviões	30,0	9,9	2,5%	9,9
Subtotal	364,8	344,6	86,5%	
Outros produtos	59,6	54,0	13,5%	
Total	424,4	398,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPRE/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MPO/SECEX/Alicevés.

Aviso nº 548 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 02/08/2013

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 14057/2013

4

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 67, de 2013 (Mensagem nº 67, de 29/7/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 67, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria da Graça Nunes Carrion, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração – Aladi e ao Mercado Comum do Sul – Mercosul.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da referida diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filha de Lisboa Carrion e Julieta Nunes Carrion, a Sra. Maria da Graça Nunes Carrion nasceu em Porto Alegre, RS, em 29 de julho de 1950.



SF/13696.17357-40

Página: 1/6 11/09/2013 11:39:22

e473f1c5fcd2c87abba8f0220d1985fa1400ebfe



Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em 1973 e o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1974. Em 1994, completou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, quando apresentou a tese “O Protocolo de Integração Cultural Brasil-Argentina – Perspectivas para o Mercosul”.

Foi nomeada Terceira-Secretária em 1974, e, subsequentemente, promovida a Segunda-Secretária, em 1978, a Primeira-Secretária, em 1982, a Conselheira, em 1989, a Ministra de Segunda Classe, em 1996 e a Ministra de Primeira Classe em 2003, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: chefe, substituta, da Divisão de Produtos de Base, em 1988; chefe da Divisão de Integração Regional, em 1994; Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, em 2000 e Secretária-Executiva da Seção Nacional Brasileira de Assuntos relacionados à Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia (SENEUROPA), 2000/2001 e Diretora do Departamento da Europa, em 2003.

No exterior, atuou, entre outros postos, na Embaixada em Santiago como Ministra-Conselheira, em 1997 e como Cônsul-Geral em Buenos Aires e em Santiago, em 2006 e 2009, respectivamente.

O Ministério das Relações Exteriores anexou documento informativo sobre as organizações junto às quais a diplomata em questão deverá atuar como Delegada Permanente, se sua designação para a função receber a aprovação dessa Casa.

A ALADI foi estabelecida pelo Tratado de Montevideu de 12 de agosto de 1980 (TM80), em substituição à ALALC, criada em 1960. O TM80 definiu os seguintes objetivos: estabelecer, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano; prosseguir com o processo de integração e promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado da região. Esses fins deverão ser alcançados com base nos princípios do pluralismo, da convergência, da flexibilidade e do tratamento diferenciado.



SF/13696.17357-40

Página: 2/6 11/09/2013 11:39:22

e473f1c5fcd2c87abba8f0220d1985fa1400ebfe



A ALADI é o maior grupo latino-americano de integração, representando, em conjunto, mais de 500 milhões de habitantes. A conclusão de acordos no âmbito da ALADI dá-se em conformidade com o disposto no parágrafo 4(a) da Decisão das Partes Contratantes do GATT sobre “Tratamento diferenciado e mais favorável, reciprocidade e maior participação dos países em desenvolvimento” (cláusula de habilitação)”, incorporada ao acervo jurídico da OMC.

O principal efeito do enquadramento jurídico da ALADI é afastar, nos acordos negociados entre os países membros, a incidência da cláusula de “nação mais favorecida”, segundo a qual qualquer vantagem negociada entre os membros da OMC deveria ser estendida, automaticamente, aos demais países daquela Organização. Ao firmar instrumentos no âmbito da ALADI, os países membros preservam e exercem a liberdade de concluir acordos comerciais entre si, sem a obrigação de estender os benefícios desses acordos aos demais membros da OMC. É com base nesse mecanismo jurídico que são firmados os Acordos de Complementação Econômica (ACEs), principais instrumentos para a integração comercial na ALADI.

Sob o amparo da ALADI, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmaram o acordo constitutivo do Mercosul (ACE 18), e o Mercosul firmou ACEs com Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela. É também nesse âmbito que se dá a aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina, passo importante para a promoção da integração econômica sul-americana e a criação da UNASUL.

O órgão supremo da ALADI é o Conselho de Ministros, previsto nos artigos 30 a 32 do TM80, constituído pelos Ministros das Relações Exteriores dos países-membros. Ele adota as decisões para a condução política superior do processo de integração. Suas reuniões ocorrem por convocação do Comitê de Representantes e todas as decisões devem ser tomadas com a presença de todos os países-membros.

O Comitê de Representantes, previsto nos artigos 35 a 37 e 43 do TM80, é o órgão político permanente da Associação e também o foro negociador, onde são analisadas e aprovadas todas as iniciativas destinadas a cumprir os objetivos fixados pelo Tratado. O Comitê é constituído por um Representante Permanente titular e por um Representante Alternativo de país-



SF/13696.17357-40

Página: 3/6 11/09/2013 11:39:22

e473f1c5fcd2c87abba8f0220d1985fa1400ebfe



membro, com direito a um voto. O Comitê reúne-se regularmente a cada 15 dias e suas resoluções são aprovadas pelo voto afirmativo de pelo menos dois terços dos países-membros.

A Conferência de Avaliação e Convergência (arts. 33, 34 e 43 do TM80), integrada por plenipotenciários dos países-membros, reúne-se ordinariamente a cada três anos, a fim de examinar o funcionamento do processo de integração econômica, em todos os seus aspectos e verificar se os acordos de alcance parcial estão de acordo com a normativa da ALADI, podendo, se for o caso, recomendar ao Conselho a adoção de medidas corretivas de alcance unilateral.

Há, ainda, a Secretaria-Geral, prevista nos arts. 38 a 41 do TM80, que é o órgão técnico, com atribuições de elaborar propostas, avaliações, estudos e gestões orientados à melhor consecução dos objetivos da Associação.

Para o Brasil, a importância da ALADI reside no fato de ela fornecer o elemento institucional necessário para a viabilização dos acordos comerciais entre países e blocos latino-americanos. Esses acordos constituem exceção à cláusula da nação mais favorecida do GATT e a OMC reconhece os acordos regionais como compatíveis com o sistema multilateral.

Quanto ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, o documento elaborado pela Chancelaria informa que o território do bloco alcança 12.789.558 km², que corresponde a 71,8% do território da América do Sul. Possui cerca de três vezes a área da União Europeia. Composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela e tendo a Bolívia como Estado Parte em processo de adesão, o bloco conta com população da ordem de 275 milhões de habitantes, correspondendo a 69,78% da população da América do Sul, que compreende várias etnias e origens.

O Mercosul conta com PIB nominal de US\$ 3,32 trilhões e ocuparia a posição de quinta economia mundial se fosse considerado um único país.

No que diz respeito ao comércio exterior do Mercosul, estas mostraram dinamismo ao longo dos últimos cinco anos, tanto no interior do



SF/13696.17357-40

Página: 4/6 11/09/2013 11:39:22

e473f1c5fcd2c87abba8f0220d1985fa1400ebfe



bloco quanto no intercâmbio com o restante do mundo. Entre 2007 e 2011, as exportações intra-regionais saltaram de US\$ 39,6 bilhões para US\$ 62,69 bilhões (aumento de 58,44%) enquanto o intercâmbio comercial do bloco com o mundo passou de US\$ 508,64 bilhões para US\$ 782,41 bilhões (aumento de 53,82%).

Desde 1991, o comércio no interior do bloco multiplicou-se em mais de doze vezes, saltando de US\$ 4,5 bilhões para cerca de US\$ 60 bilhões em 2012. Em matéria de qualidade do comércio intrabloco, o mercado do Mercosul, em particular da ótica brasileira, é fundamental para o setor industrial. A participação de bens industrializados (manufaturados e semimanufaturados) nas exportações brasileiras para o bloco passou de 87% em 1990, para 92,19%, em 2011.

O Mercosul pode ser caracterizado como uma união aduaneira imperfeita, em fase de consolidação. Contudo, o bloco não se limita a aspectos comerciais e econômicos. A criação do Parlamento do Mercosul, cujo Protocolo Constitutivo data de 2005; o estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), com o objetivo de lidar com as assimetrias existentes no bloco e a criação do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul, que dotou o bloco de representação externa fortalecida, o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998), traduzem os objetivos mais amplos da integração regional, que deve alcançar também as dimensões política e social.

O documento elaborado pelo Itamaraty ressalta o fato de que, atualmente, cidadãos brasileiros ocupam cargos de relevância na estrutura institucional permanente do Mercosul: Ivan Ramalho é o Alto-Representante-Geral do Mercosul, com atribuições políticas relacionadas ao processo de integração; Jefferson Miolá é o Diretor da Secretaria do Mercosul, com funções administrativas e de gestão; e Raphael Vasconcelos é o Secretário do Tribunal Permanente de Revisão.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.



SF/13696.17357-40

Página: 5/6 11/09/2013 11:39:22

e473f1c5fcd2c87abba8f0220d1985fa1400ebfe



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 67, DE 2013** **(nº 308/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Os méritos da Senhora Maria da Graça Nunes Carrion que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma caligrafia fluida e elegante.

EM nº 00201/2013 MRE

Brasília, 7 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00201 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 07 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION**

CPF.: 369.577.717-68

ID.: 5333 MRE

1950 Filha de Lisboa Carrion e Julieta Nunes Carrion, nasce em 29 de julho, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1973 CPCD - IRBr
1974 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
1980 CAD - IRBr
1994 CAE - IRBr, O Protocolo de Integração Cultural Brasil-Argentina - Perspectivas para o Mercosul

Cargos:

1974 Terceira-Secretária
1978 Segunda-Secretária
1982 Primeira-Secretária, por merecimento
1989 Conselheira, por merecimento
1996 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2003 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1974 Divisão de Privilégios e Imunidades, assistente e chefe, interina
1975 Divisão de Transportes e Comunicação, assistente
1978 Departamento Econômico, assessora
1981 Delegação Permanente em Genebra, Segunda e Primeira-Secretária
1984 Embaixada em Montevidéu, Primeira-Secretária
1987 Divisão de Política Comercial, assessora e subchefe
1988 Divisão de Produtos de Base, chefe, substituta
1990 Embaixada em Buenos Aires, Conselheira
1994 Divisão de Integração Regional, chefe
1997 Embaixada em Santiago, Ministra-Conselheira
2000 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
2000 Seção Nacional Brasileira de Assuntos Relacionados à Associação Inter-Regional Mercosul-União Européia (SENEUROPA) 2000/2001, Secretária-Executiva
2003 Departamento da Europa, Diretora
2006 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Geral
2009 Consulado-Geral em Santiago, Cônsul-Geral

Condecorações:

1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial
2004 Ordem do Mérito Militar, Comendador
2010 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO
(ALADI)



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2013

Dados Básicos

Países-membros:	13 membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai. A Nicarágua encontra-se em processo de adesão.
Ano da fundação	1980
Ano de adesão do Brasil	1980 (país fundador)
Sede da ALADI	Montevideu, Uruguai
Principais Orgãos	Conselho de Ministros; Conferência de Avaliação e Convergência; Comitê de Representantes; Secretaria Geral.
Secretário-Geral	Carlos Alberto Álvarez, desde 11 de agosto de 2011.
Atual Chefe da Missão Permanente do Brasil junto à ALADI	Embaixador Ruy Carlos Pereira

Superfície Total: 19.465.854 km ²
População Total: 519 milhões de habitantes
Dados econômico-comerciais (2011):
(i) PIB: US\$ 5,3 trilhões (2 vezes o do Brasil, de US\$2,5 trilhões) (PIB Nominal);
(ii) Intercâmbio total: US\$ 1,95 trilhões (4 vezes o do Brasil, de US\$482 bilhões)
(iii) Exportações totais: US\$ 1,01 trilhões (cerca de 4 vezes as do Brasil, de US\$ 256 bilhões);
(iv) Importações totais: US\$ 937 bilhões (cerca de 4 vezes as do Brasil, de US\$ 226 bilhões);
(v) Intercâmbio total do Brasil com a ALADI (em 2012): US\$ 83 bilhões. Exportações: US\$ 45 bilhões (em 2012, 77% da pauta de produtos manufaturados). Importações (em 2012): US\$ 38,3 bilhões.

Perfil Biográfico

SECRETÁRIO-GERAL CARLOS (“CHACHO”) ALBERTO ÁLVAREZ

- Nasceu em Buenos Aires, em 26 de dezembro de 1948. Casado com Liliana Chiernajowsky.
- Formado em História pela Universidade de Buenos Aires
- Diretor da Revista “UNIDOS” entre 1985 e 1989.
- Assessor da Comissão de Economias Regionais do Senado da Nação Argentina (1983-1989).
- Deputado Nacional pelo Partido Justicialista (1989-1990).
- Em 1991, cria o Movimento pela Democracia e Justiça Social (MODEJUSO), que originou a corrente política Frente Grande.
- Eleito Deputado Nacional pela Frente Grande (1993-1997).
- Membro da Convenção Constituinte em 1994.
- Deputado Nacional pela Cidade de Buenos Aires pela “Aliança pelo Trabalho, Justiça e Educação” (1997).
- Eleito Vice-Presidente na chapa de Fernando de la Rúa (1999), renuncia em 2000 ao cargo.
- Designado Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (P-CRPM) para o período 2005-2009.
- Eleito Secretário-Geral da ALADI em 11 de agosto de 2011.

Informações Gerais

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é o maior grupo latino-americano de integração. É formado por treze países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba (adesão em 1999), Equador, México, Panamá (adesão em 2012), Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Nicarágua encontra-se em processo de adesão e deverá, em breve, tornar-se o 14.º membro da Associação.

Em seu conjunto, os países da ALADI representam um PIB de US\$ 5,3 trilhões (2011), exportações de US\$ 1,01 trilhão (2011), importações de US\$ 937 bilhões (2011), em 20 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 524 milhões de habitantes (2012).

A ALADI foi estabelecida pelo **Tratado de Montevideu de 12 de agosto de 1980 (TM80)**, promulgado pelo Decreto n.º 87.054, de 23 de março de 1982, em substituição à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). A ALALC havia sido criada em 1960 com o objetivo de conformar uma ambiciosa área de livre comércio na América Latina, sob a influência do pensamento desenvolvimentista da CEPAL.

O Tratado (TM80) estabeleceu os seguintes princípios gerais: **pluralismo** em matéria política e econômica; **convergência** progressiva de ações e acordos parciais de integração econômica para a criação de um mercado comum latino-americano; **flexibilidade**; tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros; e **multiplicidade** nas formas de concertação de acordos regionais de integração econômica.

A ALADI prevê a criação progressiva e gradual de um mercado comum latino-americano, por meio de três mecanismos:

- preferência tarifária regional (PTR), comum a todos os países-membros e diferenciado conforme o nível de desenvolvimento;
- acordos de alcance regional (AR), comuns a todos os países-membros; e
- acordos de alcance parcial (AAP), com a participação de dois ou mais países da área.

Entre 1993 e 2010, foram subscritos 129 acordos de integração econômica no marco da ALADI, 6 acordos de alcance regional (AAR) e 123 acordos de alcance parcial (AAP). Dos 123 acordos de alcance parcial (AAP), 60 deles corresponderam a Acordos de Complementação Econômica (ACE), que se caracterizam por ser o principal instrumento de integração econômica entre os países membros.

A América do Sul alcançará uma **virtual área de livre comércio em 2019**, em vista dos compromissos assumidos no conjunto dos acordos de integração econômica, bilaterais ou plurilaterais, firmados entre países e grupos de países sul-americanos no âmbito da ALADI. O resultado será a eliminação de tarifas de importação entre os países e os grupos de países da América do Sul que integram a Associação.

Estrutura Institucional

São órgãos políticos da ALADI:

Conselho de Ministros: Integrado por Ministros de Relações Exteriores e/ou de Comércio Exterior. Adota as decisões que correspondam à condução política superior do processo de integração econômica. Reúne-se anualmente como regra geral.

Comitê de Representantes: Integrado por Embaixadores dos países membros tem funcionamento permanente em Montevideú.

Conferência de Avaliação e Convergência: A Conferência pode ser convocada de forma extraordinária e tem a função, entre outras, de examinar o processo de integração em todos os seus aspectos e de recomendar ao Conselho a adoção de medidas corretivas.

O órgão técnico é a Secretaria-Geral da ALADI.

Importância, realizações e desafios

A ALADI fornece o marco jurídico e institucional para a integração econômico-comercial entre países da América Latina, que, nos termos da Constituição Federal, constituiu um dos objetivos da política externa do País.

Fornece, ademais, o marco para a realização de acordos de integração econômica entre países e blocos latino-americanos que constituem exceção à cláusula da nação mais favorecida do GATT/OMC, de modo que tais acordos sejam plenamente compatíveis com o sistema multilateral de comércio.

Os acordos de integração econômica da ALADI contribuíram para consolidar a América do Sul como espaço relevante para o comércio exterior brasileiro. Em 2011, o Brasil exportou para esses países cerca de US\$ 50 bilhões e manteve expressivo superávit comercial de US\$13,1 bilhões (cerca de 50% do superávit daquele ano, que totalizou US\$29,8 bilhões).

O vigor do comércio com a região refletiu uma mudança estrutural no comércio global e no dinamismo do mercado dos países da região vis-à-vis outros mercados mais maduros. Em 2012, a corrente de comércio entre Brasil e os países da ALADI (US\$ 83 bilhões) foi superior ao comércio do Brasil com os EUA (US\$ 60,8 bilhões).

Os acordos de integração econômica da ALADI são, ademais, instrumentos de promoção e consolidação de exportações de maior valor agregado. O comércio do Brasil com a região em 2012 foi composto, em 77%, por bens manufaturados. A ALADI absorveu 48% dos US\$ 92 bilhões de exportações de manufaturas brasileiras em 2012, o que dá a dimensão qualitativa da importância dessa região para o comércio brasileiro.

As economias de países da América do Sul apresentam grande complementaridade com a brasileira. As exportações brasileiras são particularmente relevantes para a Argentina, a Bolívia e o Paraguai, em relação aos quais as exportações brasileiras alcançam *market share* substantivo, superior a 18% das importações globais desses países.

No período recente, tem-se observado uma maior competição de parceiros de fora da região no comércio regional. Nesse sentido, entre 2008 e 2012, registrou-se queda na participação das exportações brasileiras em todos os mercados da América do Sul, à exceção do Uruguai, ao passo que as exportações de alguns países de fora da região para a América do Sul apresentaram incrementos.

Breve histórico

A industrialização como eixo de desenvolvimento e a criação de um mercado comum são componentes fundamentais do pensamento econômico da CEPAL nas décadas de 60 e 70, que nutriram a ideia da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960.

A ALALC era baseada em um programa de liberalização comercial recíproco, com vistas a integrar a América Latina. Diante do relativo insucesso da meta ambiciosa da Associação, seus onze países membros, entre eles o Brasil, assinaram o Tratado de Montevideu de 1980 (TM80), que constituiu a ALADI, em substituição à ALALC.

O TM 80 conferiu maior flexibilidade ao processo de integração, com multiplicidade nas formas de concertação de acordos comerciais. Manteve como objetivo de longo prazo a criação de um mercado comum, de forma gradual e progressiva.

Principais temas da Associação

O tema principal tratado na ALADI é a integração econômica regional e seu uso como instrumento de desenvolvimento. O aspecto comercial da Associação abrange, entre outras matérias, desgravação tarifária, nomenclatura comum, regras de origem, defesa comercial, regras sanitárias e fitossanitárias, matéria aduaneira, normas técnicas, cooperação, estatísticas e qualificação de origem regional.

Os acordos de integração econômica da ALADI promoveram importante crescimento dos fluxos comerciais e financeiros. O comércio intrarregional saltou de US\$ 44 bilhões para US\$ 155 bilhões entre 2002 e 2011, alcançando um crescimento de 250%.

Os resultados positivos do processo de integração regional, no entanto, não se avaliam somente por dados comerciais. Estendem-se também à dimensão social da integração. O Conselho de Ministros da ALADI, aprovou, em 2009, as Resoluções n.º 69 (dimensão social na ALADI) e n.º 71 (“integração além do comercial”) que encomendaram a elaboração de um “Plano de Ação” para o tratamento dos temas sociais na ALADI, a criação de uma instância institucional específica na estrutura orgânica funcional da Secretaria-Geral, bem como a apresentação de uma “Proposta de Programa”, com vistas a uma integração que transcenda o aspecto comercial.

Como proposta de reformulação das atividades de dimensão social da Associação, elaborada em 2012, priorizaram-se três eixos temáticos: micro, pequenas e médias empresas; economia social e/ou solidária; e cooperação na ALADI com outras organizações multilaterais (segurança alimentar, por exemplo).

O Brasil tem-se empenhado em fortalecer a participação da sociedade civil no processo de integração regional. Essa participação é assegurada, institucionalmente, em dois órgãos auxiliares do Comitê de Representantes da ALADI: o Conselho Assessor Trabalhista e o Conselho Assessor Empresarial.

Os trabalhos e a agenda de temas da ALADI relativos ao segundo semestre de 2012 e ao primeiro de 2013 foram prejudicados por conta da circunstância extraordinária da suspensão do Paraguai da UNASUL e do MERCOSUL, após a destituição do Presidente Fernando Lugo, em junho de 2012.

Atos internacionais assinados no âmbito a ALADI

Não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e a ALADI, mas sim acordos assinados no âmbito da Associação, ao abrigo do TM80. São acordos regionais ou parciais, que envolvem, respectivamente, todos ou alguns países da ALADI. Os Acordos de Complementação Econômica (ACEs) são os principais dentre eles. No caso do Brasil, por exemplo, os acordos comerciais constitutivos do MERCOSUL (ACE-14 e ACE-18) foram firmados no marco jurídico da ALADI (*ver anexo com lista de acordos*).

A Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL

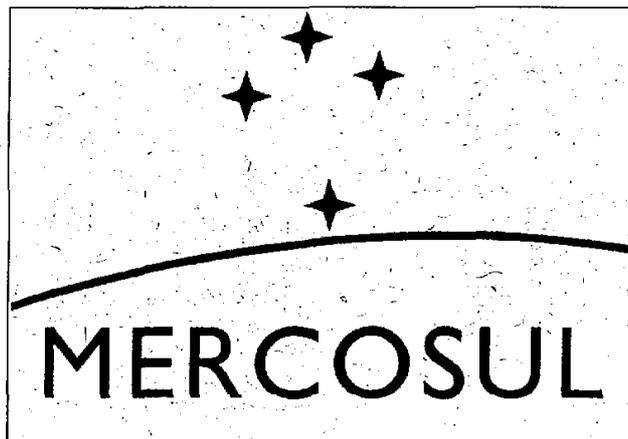
A Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL representa o país nos trabalhos desenvolvidos pelos dois organismos. Foi criada pelo Decreto Nº 318/1961, do Conselho de Ministros, então para atuar junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). O Decreto Nº 52.111/1963 dispôs que o Chefe do Posto teria as prerrogativas inerentes à função de Embaixador. Com o surgimento da ALADI, o Decreto Nº 85.893/81 transformou a delegação em "Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI". Por fim, o Decreto Nº 4762/2003 dispôs que ao Posto compete, também, a representação do Governo brasileiro junto ao MERCOSUL. Este passou a denominar-se "Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL".

ANEXO: ACORDOS CELEBRADOS PELO BRASIL NO ÂMBITO DA ALADI

Título	Partes	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
ACE 02	Brasil-Uruguai	20/12/1982	16/10/1985	20/06/1983
ACE 14	Brasil-Argentina	20/12/1990	20/12/1990	15/3/1991
ACE 18	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	29/11/1991	29/11/1991	27/05/1992
ACE 35	MERCOSUL-Chile	27/6/1996	1/10/1996	12/9/1996
ACE 36	MERCOSUL-Bolívia	17/12/1996	28/2/1997	28/5/1997
ACE 54	MERCOSUL-México	5/7/2002	5/1/2006	6/6/2003
ACE 55	MERCOSUL-México	27/9/2002	15/01/2003	6/11/2002
ACE 58	MERCOSUL- Peru	30/11/2005	6/2/2006	29/12/2005
ACE 59	MERCOSUL- Colômbia, Equador, Venezuela	18/10/2004	1/2/2005	31/01/2005
ACE 53	Brasil-México	3/7/2002	2/5/2003	23/09/2002
ACE 62	MERCOSUL-Cuba	21/7/2006	2/7/2003	26/3/2007
Acordo de Alcance Parcial (AAP-38)	Brasil-Guiana	27/6/2001	29/10/2001	29/10/2001
ACE 69	Brasil-Venezuela	26/12/2012	Em tramitação	A exposição de motivos nº45/2013 aguarda assinatura do Ministério da Fazenda
Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia	17/1/1990	1/2/1990	20/11/1990
Acordo Regional de Abertura de Mercados (AR.AM) em favor da Bolívia	Todos os membros da ALADI	30/4/1983	19/9/1983	19/9/1983
AR.AM em favor do Equador	Todos os membros da ALADI	30/4/1983	19/9/1983	19/9/1983
AR.AM em favor do Paraguai	Todos os membros da ALADI	30/4/1983	19/9/1983	19/9/1983
Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas áreas culturais, educacionais e científicas	Todos os membros da ALADI	27/10/1988	1/1/1989	8/2/1989
Acordo Regional Marco para a Promoção de Comércio mediante a Superação de Obstáculos Técnicos ao Comércio	Todos os membros da ALADI	9/12/1997	30/7/1998	30/7/1998
Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica	Todos os membros da ALADI	19/10/1993	4/4/1994	30/5/1994
Acordo Regional Relativo à Preferência Tarifária Regional	Todos os membros da ALADI	27/4/1984	1/7/1984	28/12/1984

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MERCOSUL



- Membros plenos
- Membros associados



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2013

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
Estados partes:	Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela
Estados associados:	Bolívia (desde 1996)*, Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004) *Em processo de adesão como Estado Parte desde 7 de dezembro de 2012.
Fundação:	26 de março de 1991
Ano de adesão do Brasil:	1991 (membro fundador)
Sede:	Montevideu (Uruguai), sede da Secretaria do MERCOSUL
Principais órgãos:	Conselho do Mercado Comum, Grupo Mercado Comum, Comissão de Comércio do MERCOSUL, Parlamento do MERCOSUL, Foro Consultivo Econômico e Social, Foro de Consulta e Concertação Política, Tribunal Permanente de Revisão e Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
Principais chefias:	Chefes de Estado dos Estados Partes CMC - Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Fazenda e de Comércio Exterior dos Estados Partes
Representação política:	Ivan Ramalho (Brasil), Alto Representante-Geral do MERCOSUL
Chefia administrativa:	Jéferson Miola (Brasil), Diretor da Secretaria do MERCOSUL,
Atual Chefe da missão brasileira junto ao MERCOSUL:	Embaixador Ruy Carlos Pereira

PERFIS BIOGRÁFICOS

Atualmente, cidadãos brasileiros ocupam cargos de relevância na estrutura institucional permanente do MERCOSUL: Ivan Ramalho é o Alto Representante-Geral do MERCOSUL, com atribuições políticas relacionadas ao processo de integração; Jeferson Miola é o Diretor da Secretaria do MERCOSUL, com funções administrativas e de gestão; e Raphael Vasconcelos é o Secretário do Tribunal Permanente de Revisão.

Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Ivan Ramalho

- Nasceu em 11 de agosto de 1949.
- Economista e funcionário aposentado do Banco do Brasil (1973/2003).
- Representante do Governo brasileiro na sessão inaugural do Tribunal Arbitral do MERCOSUL em 1998: solução de controvérsia Argentina-Brasil sobre o sistema de licenciamento das importações brasileiras.
- Coordenador das negociações internacionais com a República Popular da China desde 2003, incluindo a celebração de Acordo Bilateral Brasil-China de Restrição Voluntária de Exportação de Têxteis e Confecções.
- Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministro de Estado, Interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nas ausências do Ministro de Estado titular, de 2005 a 2010.
- Presidente do Conselho de Orientação do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento.
- Coordenador das Comissões Bilaterais de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina, Brasil-Uruguai, Brasil-Paraguai, Brasil-Venezuela, Brasil-Chile, Brasil-Bolívia, Brasil-México, Brasil-Moçambique, Brasil-Coreia do Sul e Brasil-Japão.
- Designado Alto Representante-Geral do MERCOSUL, para o período de 1º de agosto de 2012 a 1º de fevereiro de 2014, mandato prorrogável por uma única vez, pelo período de três anos, por Decisão do Conselho do Mercado Comum.

Diretor da Secretaria do MERCOSUL, Jeferson Miola

- Nasceu em Erechim/RS, em 9 de outubro de 1962.
- Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Especializado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Maria ("A construção do modelo de atenção em saúde bucal no contexto do SUS: elementos para sua problematização"), 1992.
- Serviu na Secretaria-Geral do Governo do Estado
- Delegado Federal no Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (2003-2004).
- Coordenador-executivo do Fórum Mundial Social de 2000 a 2005.
- Consultor do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 2005 e 2006.
- Nomeado Diretor da Secretaria do MERCOSUL para o exercício 2012-2013.

Secretário do Tribunal Permanente de Revisão, Raphael Vasconcelos

- Nasceu em Botucatu/SP, em 13 de abril de 1979.
- Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e completou mestrado em direito internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em direito internacional pela Universidade de São Paulo.
- Atualmente, é doutorando em direito internacional na Universidade de São Paulo e doutorando em direito internacional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- É professor assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (afastado para servir ao TPR). É professor convidado de cursos de pós-graduação e foi professor substituto na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Como advogado, atuou em São Paulo como contratado dos escritórios Boccuzzi Advogados Associados e Florence Boltz Associados nas áreas de contratos internacionais, direito bancário e direito societário.
- Cumpre desde janeiro de 2012 o mandato na Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, para um período de dois anos, prorrogável por outros dois anos. É o primeiro brasileiro a ocupar o cargo.

INFORMAÇÕES GERAIS

O MERCOSUL foi lançado no início dos anos noventa, na esteira da aproximação entre Brasil-Argentina, na década precedente, em contexto de redemocratização, reforma econômica e superação das hipóteses de conflito. Paraguai e Uruguai somaram-se às duas maiores economias da região para conformar, em 1991, o Mercado Comum do Sul.

A Venezuela passou a integrar o MERCOSUL como Estado Parte em 12 de agosto de 2012, quando entrou em vigor seu Protocolo de Adesão ao bloco, firmado em 4 de julho de 2006.

Em 7 de dezembro de 2012, na Cúpula de Brasília, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que deverá ser submetido à aprovação congressional pelos Estados Partes.

No momento, são Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (em processo de adesão como membro pleno), o Chile, o Peru, a Colômbia e o Equador. Encontra-se em negociação a adesão de Guiana e Suriname como Estados Associados.

Os acordos fundamentais do bloco são o Tratado de Assunção (26/3/1991), o Protocolo de Ouro Preto (17/12/1994), o Protocolo de Olivos (18/02/2002), o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile (24/7/1998) e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (9/12/2005). O Tratado de Assunção determinou a conformação de um Mercado Comum em 31 de dezembro de 1994. O Protocolo de Ouro Preto definiu a estrutura institucional dos principais órgãos do MERCOSUL, as atribuições específicas de cada um e seu sistema de tomada de decisões, além de atribuir personalidade jurídica de direito internacional ao bloco.

Dentre os diversos avanços de natureza institucional registrados na última década, ressaltam implementação do Protocolo de Olivos, que aperfeiçoou o sistema de solução de controvérsias; a instituição do Parlamento do MERCOSUL, que ampliou a dimensão democrática e participativa na região; ou, ainda, a criação do cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL (2010), que dotou o bloco de representação externa fortalecida.

O estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2005, marcou nova etapa no tratamento das assimetrias no âmbito do bloco. O Fundo visou ao financiamento de programas de convergência estrutural, desenvolvimento da competitividade, coesão social e fortalecimento institucional do processo de integração regional.

Em operação desde 2007, o FOCEM conta atualmente com carteira de 43 projetos, em valor total de cerca de US\$ 1,4 bilhão. O Fundo tem contribuído para a melhoria em setores como habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e infraestrutura sanitária, em particular em benefício das economias menores do bloco, Paraguai e Uruguai.

"MERCOSUL econômico e comercial"

O MERCOSUL pode ser caracterizado como uma união aduaneira imperfeita, em fase de consolidação, com matizes de mercado comum. O bloco se caracteriza pela eliminação dos entraves à circulação dos fatores de produção, bem como pela adoção de política tarifária comum em relação a terceiros países: característica definidora do MERCOSUL é a existência de uma Tarifa Externa

Comum (TEC). Concebem-se, ainda, instrumentos comuns de política comercial e iniciativas de integração produtiva em diferentes setores.

Desde 1991, o comércio no interior do bloco multiplicou-se em mais de doze vezes, saltando de US\$ 4,5 bilhões para cerca de US\$ 60 bilhões (2012). Em matéria de qualidade do comércio intrabloco, o mercado do MERCOSUL, em particular da ótica brasileira, é fundamental para o setor industrial. A participação de bens industrializados (manufaturados e semimanufaturados) nas exportações brasileiras para o bloco passou de 87%, em 1990, para 92,19% em 2011.

O MERCOSUL constitui, também, espaço privilegiado para investimentos, por meio de compra, controle acionário e associação de empresas dos Estados Partes. A ampliação da agenda econômica da integração, na última década, contribuiu para incremento significativo dos investimentos diretos destinados pelos Estados Partes aos demais sócios do bloco. O estoque de investimentos diretos brasileiros no MERCOSUL é estimado em US\$ 33,65 bilhões (de 2001 a 2008), segundo dados do BACEN.

"MERCOSUL social e cidadão"

A agenda social e cidadã do MERCOSUL ganhou densidade crescente na segunda década de existência do bloco, a partir do entendimento de que o projeto de integração não poderia prescindir do envolvimento e da participação das sociedades nacionais. A Cúpula Social do MERCOSUL, realizada, desde 2006, com marcada presença de movimentos sociais dos Estados Partes, é exemplo bem sucedido da importância atribuída à participação social no bloco.

Em dezembro de 2005, foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que instituiu o Parlamento como órgão de representação dos povos do Mercosul. O PCPM foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto 6.105, de 30 de abril de 2007, e entrou em vigor em fevereiro de 2007. A partir de maio de 2007, o Parlamento passou a reunir-se em sua sede, em Montevidéu, em sessões mensais. O órgão tem funções deliberativas e de recomendação ao Conselho do Mercado Comum.

O Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) é o instrumento fundamental para a consolidação da agenda social do bloco. O PEAS contém dez eixos e prevê, entre outros objetivos, a erradicação da fome, da pobreza e do analfabetismo na região, bem como a universalização dos serviços públicos de saúde.

O Instituto Social do MERCOSUL, com sede em Assunção, foi criado em 2007, e tem por principal finalidade subsidiar a formulação de políticas sociais regionais baseadas nos objetivos do PEAS. Importante desafio para a implementação do PEAS é o estabelecimento de mecanismos de financiamento para os projetos regionais de cunho social, tema atualmente em discussão no MERCOSUL.

O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, de 2010, é o principal elemento da agenda cidadã do bloco. O Estatuto visa a garantir uma série de direitos comuns aos nacionais dos Estados Partes, bem como estabelecer um espaço de livre circulação de pessoas na região. Uma das principais prioridades atuais da agenda cidadã é a execução do Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIM MERCOSUL), programa que tem o objetivo de impulsionar a circulação de estudantes e docentes na região.

Oportunidades e desafios

A ampliação do bloco e a renovação da agenda são os principais desafios atuais do processo de integração.

A suspensão do Paraguai, em junho de 2012, em resposta à ruptura da ordem democrática no país, deu mostras de capacidade de coordenação política do MERCOSUL e indicou, de forma inequívoca, que o respeito à democracia passou a constituir elemento incontornável no processo de integração regional no MERCOSUL e na América do Sul.

A reincorporação do Paraguai, uma vez superada a ruptura institucional que determinou sua suspensão do MERCOSUL, será uma das principais tarefas regionais no curto prazo.

Destaca-se, também, a paulatina consolidação da agenda produtiva do MERCOSUL, com ênfase em iniciativas que contribuam para a melhoria da competitividade das economias dos Estados Partes.

Dentre essas iniciativas, mencione-se o Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, da ordem US\$ 126 milhões de dólares, mecanismo inovador de financiamento de empresas de pequeno porte inseridas em cadeias produtivas regionais, cujo Regulamento foi aprovado em dezembro de 2012 e deverá ser proximamente submetido aos poderes Legislativos dos Estados Partes.

ANEXO

Cronologia

26/03/1991 – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, que fixa metas, prazos e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul, como o Programa de Liberalização Comercial, que consiste em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para que se chegue a uma tarifa zero em 1994.

19/09/1991 – Criada a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, por iniciativa de deputados e senadores dos Estados Partes do Bloco.

29/11/1991 – Firmado o Acordo de Complementação Econômica n.º 18 no âmbito da Associação Latino-americana de Integração (ALADI). Por esse instrumento são transpostas para o ordenamento jurídico da ALADI as disposições comerciais do Tratado de Assunção.

17/12/1991 – Protocolo de Brasília – institui o sistema de solução de controvérsias para o período de transição. Prevê quatro instâncias resolutivas, com procedimentos próprios: negociações diretas, intervenção do Grupo Mercado Comum, procedimento arbitral e reclamações de particulares.

5/8/1994 – Aprovada a Tarifa Externa Comum (TEC), a ser aplicada às importações de extrazona, a partir de 1/1/1995.

1/12/1994 – Criada a Comissão de Comércio do MERCOSUL - Com a finalidade de zelar pela aplicação de uma política comercial comum.

17/12/1994 – Assinado o Protocolo de Ouro Preto, que complementa o Tratado de Assunção, estabelecendo as bases institucionais do MERCOSUL.

23/07/1998 – Assinado o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, que estabelece as normas gerais para comércio de serviços intrabloco.

15/12/1997 – Inaugurada a Sede Administrativa do MERCOSUL em Montevideu, sob a denominação Edifício MERCOSUL.

24/07/1998 – Aprovado, na XIV Reunião de Presidentes do MERCOSUL, o Protocolo de Ushuaia, que dá força de lei à cláusula democrática nos Estados Partes do Bloco. Assim, o país signatário que não respeitar os preceitos democráticos não poderá permanecer no MERCOSUL.

19/02/2002 – Assinado pelos Presidentes do MERCOSUL, em Buenos Aires, o Protocolo de Olivios, que cria o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), com o objetivo de aperfeiçoar o mecanismo de solução de controvérsias do Bloco.

16/10/2003 – Criação da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), localizada em Montevideu, como órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC).

17/12/2004 – Reunião da Cúpula do MERCOSUL em Ouro Preto. Cria-se o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), para financiar programas de convergência estrutural, competitividade, coesão social, e infraestrutura institucional.

07/12/2005 – Após ser ratificado por Argentina, Brasil e Uruguai, entra em vigor o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL.

09/12/2005 – Assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

04/07/2006 – Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

18/01/2007 – Aprovados os primeiros projetos pilotos do FOCEM.

24/02/2007 – Entrada em vigor do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

07/05/2007 – Sessão de instalação do Parlamento, em Montevideu.

02/08/2010 – Aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM) por meio da Decisão CMC nº 27/10. A norma estabelece marco definido para a conformação de legislação aduaneira comum, além de permitir o tratamento conjunto dos institutos que regulam a matéria no Bloco.

16/12/2010 – O Conselho do Mercado Comum adota o Programa de Consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL pela Decisão CMC Nº 56/10. O Programa procura avançar nas seguintes frentes: eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC); aperfeiçoamento da política comercial comum; pleno estabelecimento do livre comércio intrazona; e promoção da concorrência em bases equitativas e equilibradas no interior do MERCOSUL.

20/12/2011 – Assinatura do Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (Ushuaia II)

28/06/2012 – Na reunião de Cúpula do MERCOSUL em Mendoza, aprovam-se a “Decisão sobre a Suspensão do Paraguai do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático” e “Declaração sobre a Incorporação da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL”.

12/08/2012 – Entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

07/12/2012 – Assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.

Atos multilaterais

Os três principais órgãos do MERCOSUL, constituídos de forma intergovernamental por representantes dos Estados Partes, têm a faculdade de expedir atos normativos nas respectivas áreas de competência, que correspondem a atos internacionais multilaterais. O Conselho Mercado Comum, órgão máximo do bloco, emite Decisões; o Grupo Mercado Comum, órgão executivo do MERCOSUL, expede Resoluções; e a Comissão de Comércio do MERCOSUL manifesta-se por Diretrizes.

Desde a constituição do bloco até maio de 2013, haviam sido editadas 2.663 normas MERCOSUL.

Conforme dispõe o Protocolo de Ouro Preto, todas as decisões do MERCOSUL são tomadas por consenso (Art. 37) e todas as normas aprovadas entram em vigor simultaneamente para todos os Estados Partes, quando concluídos os procedimentos necessários para sua incorporação (Art. 40).

Nos termos da Decisão CMC Nº23/00, algumas normas aprovadas pelos órgãos do MERCOSUL requerem incorporação aos ordenamentos jurídicos

internos dos Estados Partes; outras, por apenas regulamentarem aspectos do funcionamento do bloco, dispensam a etapa nacional antes das respectivas entradas em vigência. Todas as normas estão disponíveis na página eletrônica do MERCOSUL (www.mercosur.int) e na página brasileira do bloco (www.mercosul.gov.br).

Dados adicionais

Território

O MERCOSUL responde por 71,8% (12.789.558 km²) do território da América do Sul. Possui cerca de 3 vezes a área da União Européia.

ESTADOS PARTES	EXTENSAO TERRITORIAL
ARGENTINA	2.791.810 km ²
BRASIL	8.502.728 km ²
PARAGUAI	406.750 km ²
URUGUAI	176.220 km ²
VENEZUELA	912.050 km ²
TOTAL	12.789.558 km²

Fonte: IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

População

Somada, a população do MERCOSUL chega a 275 milhões de habitantes. A população do MERCOSUL corresponde a 69,78% da população da América do Sul e conta com variadas etnias e origens.

ESTADOS PARTES	POPULACAO (em milhões)
ARGENTINA	40,57
BRASIL	194,93
PARAGUAI	6,53
URUGUAI	3,37
VENEZUELA	29,77
TOTAL	275,17

Fonte: FMI (<http://www.imf.org/external/index.htm>)

Produto Interno Bruto (PIB)

O MERCOSUL conta com PIB nominal de US\$ 3,32 trilhões e ocuparia a posição de quinta economia mundial se fosse considerado como um único país.

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL
PIB (US\$ milhões)	447.644	2.492.908	21.236	46.872	315.841	3.324.501
PIB per capita	10.944	12.788	3.257	13.914	10.611	12.067,59
PIB PPP (US\$ milhões)	716.419	2.294.243	35.346	50.908	374.111	3.471.027
PIB PPP per capita	17.516	11.769	5.421	15.106	12.570	12.599,47
Crescimento esperado para 2012	2.6%	1.5%	-1,5%	3,5%	5,7%	
Projeção do crescimento para 2013	3.1%	4.0%	11.0%	4.0%	3.3%	

Fonte: World Economic Outlook Database - FMI

País	PIB (US\$ milhões)
1. Estados Unidos	15.094.025
2. China	7.298.147
3. Japão	5.869.471
4. Alemanha	3.577.031
MERCOSUL	3.324.501
5. França	2.776.324
6. Brasil	2.492.908
7. Reino Unido	2.417.570
8. Itália	2.198.730
9. Canadá	1.736.869
10. Índia	1.676.143

Fonte: World Economic Outlook Database - FMI

Comércio Exterior

Nos últimos cinco anos, as exportações do MERCOSUL mostraram dinamismo tanto no interior do bloco quanto no intercâmbio com restante do mundo. Entre 2007 e 2011, as exportações intra-regionais saltaram de US\$ 39,6 bilhões para US\$ 62,69 bilhões (aumento de 58,44%) enquanto o intercâmbio comercial do bloco com o mundo passou de US\$ 508,64 bilhões para US\$ 782,41 bilhões (aumento de 53,82%).

Exportações Intrabloco 2007-2011 (US\$ milhões)

Estado Parte	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	13.629	17.543	14.876	18.559	22.577
Brasil	22.078	26.887	19.439	26.455	32.444
Paraguai	1.386	2.392	1.650	2.303	2.908
Uruguai	1.353	1.840	1.723	2.415	2.726

Venezuela	1.123	1.548	1.443	1.703	2.039
MERCOSUL	39.569	50.210	39.131	51.435	62.694

Fonte: Aliceweb MERCOSUL (<http://alicewebMERCOSUL.desenvolvimento.gov.br>)

Intercâmbio Comercial dos Estados Partes do MERCOSUL com o mundo 2007-2011 (US\$ milhões)

Estado Parte	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	98.505	124.615	92.818	122.346	154.693
Brasil	281.267	370.927	280.717	383.684	482.279
Paraguai	8.356	12.969	9.658	13.932	17.019
Uruguai	9.810	14.543	11.934	14.859	18.129
Venezuela	110.700	140.200	94.700	96.500	110.290
MERCOSUL	508.638	663.254	489.827	631.321	782.410

Fonte: Aliceweb MERCOSUL (<http://alicewebMERCOSUL.desenvolvimento.gov.br>) e
Direction of Trade Statistics, FMI (Venezuela)

Intercâmbio Comercial dos Estados Partes do MERCOSUL com o mundo 2007-2011 (US\$ milhões)

Estado Parte	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	98.505	124.615	92.818	122.346	154.693
Brasil	281.267	370.927	280.717	383.684	482.279
Paraguai	8.356	12.969	9.658	13.932	17.019
Uruguai	9.810	14.543	11.934	14.859	18.129
Venezuela	110.700	140.200	94.700	96.500	110.290
MERCOSUL	508.638	663.254	489.827	631.321	782.410

Fonte: Aliceweb MERCOSUL (<http://alicewebmercosul.desenvolvimento.gov.br>) e

Direction of Trade Statistics, FMI (Venezuela)

Aviso nº 549 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 02/08/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 14058/2013